



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**AGRICULTURA URBANA EM TERESINA – PI: HISTÓRIAS DE VIDA
CULTIVADAS EM AMBIENTES DE HORTAS.**

Tiago Luis da Silva Soares

Lajeado, Janeiro de 2022



Tiago Luis da Silva Soares

**AGRICULTURA URBANA EM TERESINA – PI: HISTÓRIAS DE VIDA
CULTIVADAS EM AMBIENTES DE HORTAS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Jane M. Mazzarino

Lajeado, Janeiro de 2022

RESUMO

O Projeto Hortas Comunitárias em Teresina foi a forma que a prefeitura encontrou para gerar trabalho e renda para as famílias pobres do município. Ele faz parte de um conjunto de ações de enfrentamento à pobreza, realizadas com o objetivo de garantir meios e capacidade produtiva e de gestão a grupos comunitários, para promover a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida e organização social. Nesse sentido, este estudo entende que as hortas constituem uma possibilidade de mudança de contextos urbanos, que envolvem uma rede de atores, por meio da ocupação de espaços ociosos na urbe, gerando emprego e renda. Pensar as hortas urbanas como alternativa de desenvolvimento socioambiental em grandes cidades leva a questionar quais aspectos da vida das pessoas são afetados de forma mais relevante pelas atividades em hortas urbanas, em Teresina/Piauí. O objetivo geral da pesquisa é investigar mudanças na vida de pessoas que têm ou tiveram como ocupação o trabalho em hortas urbanas, em Teresina no Piauí. Como objetivos específicos definimos os seguintes: a) realizar uma análise integrativa dos temas “hortas” e “comunitárias”; b) analisar como os aspectos que emergiram da análise integrativa (sociais, institucionais, econômicos e produtivos) são dinamizados nas experiências dos hortelões; c) compreender como as trajetórias de vida dos hortelões são dinamizadas pela experiência nas hortas comunitárias. A pesquisa é exploratória e qualitativa, baseada em estudo bibliográfico, documental e de campo. Foram entrevistados em profundidade 12 hortelões. O tratamento dos dados foi baseado na análise textual. Como resultados, evidenciou-se a necessidade de ampliação de investimentos no projeto, considerando sua relevância socioeconômica e cultural. Com relação aos aspectos sociais, verificou-se que o trabalho nas hortas favorece laços de amizade e a boa convivência, que o trabalho coletivo ocorre por meio de mutirões para limpeza ou por solidariedade e que há conflitos em decorrência da venda informal de lotes/canteiros. Quanto aos aspectos institucionais, evidenciou-se que a falta de lotes/canteiros limita a ampliação da renda, enquanto há alguns abandonados e improdutivos. A capacitação é insuficiente e realizada, principalmente, pela Prefeitura, com quem os hortelões mantêm uma relação marcada por conflitos e contradições (falta de apoio para algumas demandas relevantes e a existência para outras). Em relação ao aspecto econômico, identificou-se o acesso a recursos por meio de financiamentos; que a

comercialização ocorre através de três canais (na horta, em feiras, para programas governamentais), com a renda variando entre meio a dois salários mínimos, valor que aumenta para quem tem mais área, pelo fato de acessar mais lotes/canteiros. Os ganhos com a horta melhoraram o poder econômico familiar, sendo um complemento de renda usado para a subsistência ou para ampliar o poder de consumo. Quanto aos aspectos produtivos, explora-se pouca diversidade de culturas. O acesso aos equipamentos e à água é insuficiente, sendo fornecidos pela Prefeitura e pelos hortelões. O manejo e o tratamento do solo misturam técnicas orgânicas e convencionais. A pesquisa insere-se na linha Espaço e Problemas Socioambientais do Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/Univates) e está relacionada mais diretamente a cinco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 01 - Erradicação da Pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12 - Consumo e Produção Responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Palavras-chave: Hortas; comunitárias; hortelões; aspectos; mudança, Teresina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produção de composto orgânico.....	60
Figura 2 - Mulher com tomates colhidos da horta	63
Figura 3 - Vista da horta.....	65
Figura 4 - Vista da horta [2].....	65
Figura 5 - Josefa Soares da Costa: a vida se amplia com a horta	74
Figura 6 - James Sousa Oliveira: visão de futuro que nasce na horta	77
Figura 7 - Luzinete de Sousa Cabral: força intergeracional que vem da horta.....	79
Figura 8 - Maria Edileusa do Nascimento Silva: superação que vem do trabalho na horta	82
Figura 9 - Maria de Jesus Silva Lima: resistência e emancipação pela liderança feminina nas hortas	86
Figura 10 - Antônio Pereira Lima: um encontro intercultural até chegar às hortas.....	89
Figura 11 - Eu e minha transformação em hortelão a partir da pesquisa	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias e aspectos abordados nas entrevistas.....	49
Quadro 2 - Perfil dos entrevistados do estudo exploratório.....	49
Quadro 3 - Perfil dos entrevistados do estudo aprofundado	50
Quadro 4 - Total de hortas do município de Teresina	51
Quadro 5 - Relação das hortas comunitárias na zona rural	52
Quadro 6 - Total de hortas implantadas sob os fios de alta tensão da CHESF/CEPISA	52
Quadro 7 - Campos agrícolas na zona urbana de Teresina.....	54
Quadro 8 - Relação dos campos agrícolas na zona rural.....	54
Quadro 9 - Total dos campos agrícolas do município de Teresina (quadro-resumo).....	54
Quadro 10 - Categoria social e seus elementos.....	55
Quadro 11 - Categoria institucional e seus elementos	57
Quadro 12 - Categoria econômica e seus elementos	61
Quadro 13 - Categoria aspectos produtivos e seus elementos	64
Quadro 14 - Comparação entre os dois sistemas de produção	65
Quadro 15 - Comparação entre os dois sistemas de produção	69
Quadro 16 - Síntese dos resultados conforme categorias e a dinâmica de seus elementos.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Problema de pesquisa	10
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 Justificativa.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Globalização e desenvolvimento sustentável: possibilidades conceituais.....	14
2.2 Rurbanidade: relações socioespaciais	18
2.3 Agricultura urbana: o espaço das cidades como possibilidade sustentável	22
2.4 Dimensões da sustentabilidade em hortas urbanas	31
2.5 Análise integrativa.....	36
3 METODOLOGIA	47
4 DINÂMICAS EM HORTAS COMUNITÁRIAS DE TERESINA	51
4.1 Aspecto social	55
4.1.1 Relacionamento nas hortas.....	55
4.1.2 Trabalho coletivo.....	56
4.2 Aspectos institucionais	57
4.2.1 Divisão dos terrenos	57
4.2.2 Capacitações	58
4.2.3 Relacionamento com a prefeitura	59
4.2.4 Produção orgânica	59
4.3 Aspecto econômico	61
4.3.1 Comercialização	61
4.3.2 Financiamentos	62
4.3.3 Renda	63
4.4 Aspectos produtivos.....	64
4.4.1 Culturas produzidas.....	64

4.4.2 Aquisição de equipamentos	66
4.4.3 Manejo	67
4.4.4 Sistema de água	68
4.4.5 Tratamento do solo	69
4.5 Considerações sobre o estudo por categorias.....	69
5 HISTÓRIAS DE VIDA CULTIVADAS EM AMBIENTES DE HORTAS	74
6 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS.....	99

AGRICULTURA URBANA EM TERESINA – PI: HISTÓRIAS DE VIDA CULTIVADAS EM AMBIENTES DE HORTAS

1 INTRODUÇÃO

A agricultura urbana é uma prática antiga que, ao longo do tempo, vem apresentando à sociedade moderna novas opções de trabalho, de ganho de renda e de exercício da cidadania. A prática da agricultura urbana também minimiza as necessidades alimentares das famílias, aumenta as áreas verdes da cidade, dá utilidade a terrenos baldios (muitos deles serviram como depósitos de lixo por muito tempo) e possibilita exercer um trabalho que respeite os recursos naturais.

O agravamento do êxodo rural no Piauí, assim como em todo o Brasil, a partir da década de 50, conduz a busca por alternativas de ocupação para as pessoas recém-chegadas à capital, que não encontram vagas no mercado de trabalho. Assim, a prefeitura, junto com outros órgãos parceiros, começou a desenvolver políticas públicas, a fim de reverter o efeito negativo produzido pelas altas taxas de crescimento populacional, registradas ao longo de várias décadas pelo fluxo migratório campo-cidade.

Segundo Matos (2000, p. 167), o primeiro plano urbanístico da capital do Piauí - Teresina - foi elaborado em 1852, pelo presidente da província do Piauí, o conselheiro José Antônio Saraiva. Durante os 100 primeiros anos da cidade, os espaços livres eram praças e a margem do Rio Parnaíba, mas, com o processo de

urbanização, os rios reduziram sua importância na paisagem urbana, dando espaço às políticas de organização da cidade.

Na década de 1990, a prefeitura elaborou um plano diretor de urbanização, do qual decorreu a construção de mais espaços livres, sendo as margens de rios e lagoas - consideradas áreas de preservação permanente - regidas por leis que regulamentam os usos do solo. A cidade foi dividida em cinco zonas administrativas (norte, sul, sudeste, centro e leste), com o objetivo de melhor gerenciá-la. Coube à Secretaria de Planejamento (SEMPPLAN), o papel de coordenar e executar as ações.

Teresina é a única capital da Região Nordeste que não se localiza no litoral. Com uma população estimada em 868.075 habitantes (em 2020), é a cidade mais populosa do Piauí. Está conurbada com a cidade maranhense de Timon, formando assim a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, que aglomera cerca de 1.194.911 habitantes (IBGE, 2010).

Hoje, as hortas comunitárias são destaque em Teresina. Na época da implantação, em 1987, o projeto tinha a finalidade de integração do menor abandonado, visando a uma qualificação profissional que gerasse condições para sua manutenção financeira. Com o passar dos anos, a demanda por trabalho e renda obrigou a inclusão dos pais no projeto.

A implantação das atividades agrícolas comunitárias ocorreu nas áreas de vilas e favelas do município de Teresina, identificadas como grandes bolsões de pobreza, nos quais as famílias são basicamente de origem rural, mas migraram em busca de melhores condições de vida, o que acarretou sérios problemas de ordem econômica e social para Teresina, conforme relato da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR, 2020).

Dessa forma, o Projeto Hortas Comunitárias em Teresina foi a forma que a prefeitura encontrou para gerar trabalho e renda para as famílias pobres do município. Ele faz parte de um conjunto de ações de enfrentamento à pobreza, realizadas com o objetivo de garantir meios e capacidade produtiva e de gestão a grupos comunitários para promover a melhoria de suas condições gerais de subsistência e de elevação do padrão da qualidade de vida e de organização social.

Os recursos iniciais para a implantação das hortas foram originários da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM), porém, atualmente, eles são fornecidos pelo Projeto Vila Bairro da prefeitura de Teresina. A partir da primeira experiência exitosa no bairro Dirceu Arcoverde, a prefeitura ampliou o número de hortas comunitárias na cidade, levando-as para outras áreas periféricas. Dados de 2020, publicados no *site* da Prefeitura de Teresina, apontam que o município possui 46 hortas espalhadas em todas as zonas da capital, além de 12 campos agrícolas em funcionamento e 17 em implantação (PREFEITURA DE TERESINA, 2020).

As visitas às hortas e aos campos agrícolas de Teresina permitiram o contato com os diversos elementos que compõem as hortas. Assim, diante da possibilidade de pesquisar sobre temas ambientais, passei a questionar quais seriam as relações de vida geradas nos espaços dessas hortas comunitárias do município onde vivo. A aproximação com o objeto de estudo, logo no início do mestrado, deu-se a partir da leitura de artigos científicos sobre hortas comunitárias, publicados no Portal da Capes, da qual decorreu a definição de algumas categorias de análise estabelecidas *a priori*, as quais compõem os objetivos específicos. Percebeu-se que os hortelões em sua maioria são influenciados pelos pais e os pais conseqüentemente influenciam os filhos sendo que o amor a terra une as histórias das pessoas.

Este estudo foi desenvolvido durante o ano de 2020 e 2021 durante a pandemia de covid 19.

1.1 Problema de pesquisa

É possível perceber as hortas urbanas para além de uma prática ou técnica agrícola, ou seja, elas podem apresentar-se como instrumento de mudança social e de sustentabilidade. Nesse contexto, propomos pensar as hortas como uma possibilidade de mudança de contextos urbanos, que envolvem uma rede de atores, por meio da ocupação de espaços ociosos na urbe, gerando emprego e renda.

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, é a única capital da Região Nordeste localizada fora do litoral (fica a 343 km da costa). Com uma população aproximada de 868.075 habitantes em 2020, é a cidade de maior população do Estado. Ela também é a 21ª maior cidade do Brasil, a 17ª maior capital de estado e a

7ª capital mais populosa.

O Projeto Hortas Comunitárias de Teresina é reconhecido internacionalmente, tendo sido premiado, em 1996, como semifinalista entre os melhores “Programas de Gestão Pública e Cidadania”, pela Fundação Getúlio Vargas/Fundação Ford. Em dezembro de 1999, Teresina foi incluída entre as seis cidades da América do Sul e o Caribe, escolhidas para apresentar seus projetos de agricultura urbana (Hortas Comunitárias) no encontro da Organização das Nações Unidas, que aconteceu em abril de 2000, em Quito, capital do Equador. Além de Teresina, somente Brasília representou o país no evento, cujo objetivo era divulgar as iniciativas geradoras de trabalho e renda no setor de agricultura urbana. As outras cidades participantes foram Texcoco (México), Havana (Cuba), Cuenca (Equador) e Camilo Aldao (Argentina). A assessora do Programa de Agricultura Urbana da ONU, Dra. Marielle Dubbeling, ao visitar Teresina nos dias 18 e 19/11/99 e conhecer o Projeto Hortas Comunitárias e a sistemática de trabalho dos horticultores, ficou bastante empolgada com o alcance social do projeto (SDR 2020).

A busca por estudos sobre hortas comunitárias no Portal de Periódicos da Capes aponta como aspectos mais discutidos pelos autores, os sociais, os institucionais, os econômicos e os produtivos. Estes aspectos são incorporados à pesquisa como categorias *a priori*, mas entendemos a necessidade de considerar, além destes, outros aspectos que venham a constituir-se como categorias de análise, como, por exemplo, dimensões que perpassam o modo de vida dos hortelões.

Portanto, este estudo diferencia-se dos demais por assumir como central a autobiografia socioambiental de hortelões, perpassada pela experiência nas hortas urbanas e pelos aspectos que a análise integrativa revelou serem relevantes, como também, indo além deles, por colocar a trajetória de vida e a interação com a natureza como categorias que englobam as demais e as ultrapassam. Ainda assim, o estudo está aberto a outras categorias que emergirem *a posteriori*.

Pensar as hortas urbanas como alternativa de desenvolvimento socioambiental em grandes cidades nos faz questionar:

Quais aspectos da vida das pessoas são afetados de forma mais relevante

pelas atividades em hortas urbanas de Teresina Piauí?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Investigar mudanças na vida de pessoas que têm ou tiveram como ocupação o trabalho em hortas urbanas, em Teresina, no Piauí.

1.2.2 Objetivos específicos

- Realizar a análise integrativa dos temas “hortas” e “comunitárias”;
- Analisar como os aspectos que emergiram da análise integrativa (sociais, institucionais, econômicos e produtivos) são dinamizados nas experiências dos hortelões, além de outras categorias que emergirem do estudo de campo;
- Compreender como a trajetória de vida dos hortelões é dinamizada pela experiência nas hortas comunitárias.

1.3 Justificativa

A relação íntima com o meio ambiente sempre foi significativa em minha vida, pois sou neto de agricultores e convivi, desde cedo, com a agricultura e a pecuária na zona rural. Meu avô tinha uma área de terra na cidade de Timon (Maranhão), de onde retirava o sustento da família, plantando em roças e criando pequenos animais. Minha avó, por sua vez, cultivava os mais variados legumes e hortaliças, em pequenas hortas no quintal. Como cresci nesse meio e aprendi a amar e a respeitar o meio ambiente, na minha caminhada enquanto estudante, sempre vislumbrava o curso de Agronomia; porém, não tive a felicidade de ser aprovado no vestibular, embora a paixão pela natureza sempre falasse mais alto.

Quando meu cunhado foi nomeado superintendente da zona rural no município de Teresina, tive a oportunidade de acompanhá-lo em diversas visitas a

hortas e a campos agrícolas, o que me permitiu um contato mais sensorial com os elementos socioambientais, aumentando ainda mais minha paixão, o que despertou o desejo de trabalhar com essa temática.

Sonhava em cursar um mestrado. Então, por indicação de um amigo, resolvi me inscrever no Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Através desse programa, considerando a experiência prévia e a adquirida ao longo dos estudos, busco contribuir com a sociedade, identificando empiricamente casos de pessoas que trabalham em hortas urbanas e conseguem romper com a linha da miséria, através do trabalho e do esforço próprios, sem prejudicar o meio ambiente.

A experiência me permitiu aprender que todo trabalho é digno e que, quando você se doa e trabalha com amor e perseverança, os resultados são consequência natural. Também aprendi que a agricultura urbana ainda é um grande pilar para a alimentação saudável das cidades. Nesse sentido, a prática da agricultura urbana, aliada à preservação do meio ambiente, pode culminar em resultados incríveis, favorecendo várias populações, quanto a aspectos nutricionais, de saúde e sociais.

Acredita-se que o empoderamento do agricultor urbano está atrelado à satisfação das suas necessidades básicas na horta, que não são muitas, dentre as quais citam-se a água, os insumos e a assistência técnica. Além disso, o grande nível de desemprego (14,4 milhões de pessoas IBGE 2021) em nosso país pode ser amenizado através de políticas sociais que incentivem as pessoas que vivem em ambientes urbanos a se relacionarem com a terra, a fim de produzirem possibilidades para sua própria subsistência, gerando renda e emprego e diminuindo as estatísticas de fome e de miséria no país.

Com base nesses pressupostos, esta pesquisa justifica-se, em grande parte, por vislumbrar a possibilidade de propor elementos que dinamizem o processo de emancipação do agricultor urbano, transformando-o em empreendedor social.

A pesquisa está relacionada mais diretamente a cinco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 01 - Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 02 - Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a

melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12 - Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Os cinco temas citados acima estão diretamente relacionados ao nosso estudo, que explora a vida intrínseca das pessoas, ao mapear casos de sucesso e mostrar a história de indivíduos que conseguiram romper a linha da miséria, através do trabalho digno nas hortas, com a ajuda dos órgãos públicos. Pretendemos também mostrar que nem sempre o trabalho “formal” (CLT) é o mais rentável ou vantajoso e que o empreendedorismo social hoje é uma ferramenta emergente que pode alavancar a emancipação socioeconômica de muitas famílias no curto prazo.

A proposta insere-se na Linha de Pesquisa do PPG Ambiente e Desenvolvimento Espaço e Problemas Socioambientais, por estudar as interações entre sociedade e natureza, implicações entre desenvolvimento, organizações produtivas e sociais, políticas públicas, práticas culturais e questões da cidadania.

Com vistas à defesa deste projeto, já foram realizadas as primeiras etapas de implementação da investigação, com estudos sobre pesquisas em hortas e com aproximação empírica junto aos hortelões de Teresina. Dados exploratórios foram coletados através de entrevistas diretas com horticultores, com ex-gestores do programa da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), além da busca de informações por meio de pesquisa bibliográfica, da análise documental e de pesquisas realizadas na internet.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Globalização e desenvolvimento sustentável: possibilidades conceituais

A globalização, como processo mundial de aproximação e desenvolvimento, apresenta como características propiciar novas possibilidades econômicas, informacionais, de desenvolvimento humano, de crescimento das tecnologias, bem

como a reestruturação das cadeias produtivas mundiais, como afirma Guimarães (2001), ao observar as relações entre a globalização e o processo sustentável, a partir de políticas públicas efetivas. Além disso, segundo Bauman (1999, p. 67),

O significado mais profundo transmitido pela ideia de globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado, e de autopropulsão de assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo.

Para Bauman, o processo global transmite em sua operacionalidade, uma gama de relativismos aplicáveis, apesar de colocar-se como alternativa de alinhamento entre as nações. Epistemologicamente, o processo de globalização tem relação íntima com fatores de desenvolvimento mundial, visto que, ao analisar esse processo como fenômeno global e, ao mesmo tempo, contemporâneo, as características supracitadas tornam-se possibilidades efetivas para o desenvolvimento humano em escala planetária. Entretanto, observa-se que diversos fatores ligados às práticas globais, como crescimento econômico exacerbado, desigualdade social, distribuição de renda ineficaz, dentre outros, vêm distanciando o atingimento desse objetivo. Bauman (1999), ao refletir sobre a convergência entre o conceito de globalização e de universalização, entende que eles apontam para o mesmo sentido no que diz a respeito às reais consequências desses processos.

Assim como os conceitos de “civilização”, “desenvolvimento”, “convergência”, “consenso” e muitos outros termos chaves do pensamento moderno inicial e clássico, a ideia de “universalização” transmitia a esperança, a intenção e a determinação de se produzir a ordem; além do que os outros termos afins assinalavam, ela indicava uma ordem *universal* – a *produção* da ordem numa escala universal, verdadeiramente global. Como os outros conceitos, a ideia de universalização foi cunhada com a maré montante dos recursos das potências modernas e das ambições intelectuais modernas. Toda a família de conceitos anunciava em uníssimo a vontade de tornar o mundo diferente e melhor do que fora e de expandir a mudança e a melhoria em escala global, à dimensão da espécie. Além disso, declarava a intenção de tornar semelhantes as condições de vida de todos, em toda a parte, e, portanto, as oportunidades de vida para todo mundo; talvez mesmo torná-las iguais (BAUMAN, 1999, p. 67, grifos do autor).

Pensar em ações coordenadas a partir de processos sociais como a globalização e a universalização é almejar mudanças e melhorias em escala global. Essa intencionalidade positiva, ligada à melhoria das condições de vida humana, possui contradições, principalmente, nas práticas globais atuais, sendo importante ampliar esse debate a partir de questões de interesse mundial, como o desenvolvimento econômico e o crescimento tecnológico. Porém, esses fatores são

também grandes responsáveis pelo impacto negativo com relação à sustentabilidade global.

Diante do evidente descompasso e abusos cometidos em busca do crescimento econômico desenfreado, a noção de desenvolvimento ultrapassa a acumulação de recursos materiais e direciona-se também à necessidade de manutenção dos ecossistemas e ao conceito de desenvolvimento sustentável em sua multiplicidade de definições e interpretações, mas que, ao mesmo tempo, convergem no entendimento de que o homem deve posicionar-se como produto do meio, integrante e atuante como agente transformador do meio ambiente que o cerca (BEVILAQUA, 2016, p. 24).

Conceitualmente, a sustentabilidade tem relação com o progresso, a evolução e o crescimento, mas não dialoga com práticas abusivas que utilizam esses parâmetros para alicerçar seus métodos. Além da sustentabilidade, a noção de desenvolvimento sustentável tem relação direta com uma gama de termos ligados ao crescimento, à conscientização e à preservação. Dessa maneira, alinhar a noção de sustentabilidade às práticas globais em vários campos tem sido uma tarefa árdua, que necessita de acordos internacionais, que, na grande maioria das vezes, não são efetivamente respeitados.

As várias definições da sustentabilidade apresentam contradições e imprecisões, principalmente, no que se refere à questão do desenvolvimento sustentável. A semântica da palavra é empregada no sentido de progresso, contrapondo-se ao crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos ambientais. A aplicação da nomenclatura e a significação da palavra sustentabilidade têm gerado discussões e debates no ambiente acadêmico, empresarial e governamental, não só no Brasil como também nas demais nações do mundo, já que tem havido constantes exigências socioambientais notadamente dos países que utilizam os recursos naturais e do meio social para acumular lucro e capital no contexto da economia e do mercado (BEVILAQUA, 2016, p. 25-26).

Bevilaqua (2016, p. 27) ressalta que

[...] imersos nesse cenário de produção, a globalização e o desenvolvimento tecnológico a todo vapor e o interesse por sustentabilidade tomaram maior força na década de 1980, a partir da conscientização dos países em descobrir formas de promover o crescimento sem destruir o meio ambiente, nem sacrificar o bem-estar das futuras gerações.

Esse objetivo vem liderando as práticas e os debates nas últimas décadas; entretanto, o avanço em práticas sustentáveis ainda é tímido, principalmente, se comparado a seus opositores no que diz respeito aos constantes exemplos de oposição à sustentabilidade global.

Por isso, é preciso pensar em sustentabilidade como prática coletiva ou até mesmo como política pública efetiva. Isto é, pode-se entender o Estado como um ator responsável pela aplicação de ações efetivas contra os danos causados por práticas não sustentáveis. Ainda, o poder público deve garantir a manutenção ambiental em forma de lei, sendo a educação uma alternativa incisiva e eficaz nesse processo.

O Poder público tem o dever constitucional de prevenir os danos ambientais, bem como, de prover aos cidadãos políticas públicas que lhes garantam um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio. Nesse sentido, a educação ambiental surge como instrumento para a realização de uma sustentabilidade socioambiental. Para tanto, deve ser analisada por uma ótica transdisciplinar e “pensando o meio ambiente não como sinônimo de natureza, mas como base de interações entre o meio físico-biológico com as sociedades e a cultura produzida pelos seus membros” (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005, p. 289).

De acordo com Sorrentino, Trajber, Mendonça e Ferraro Junior (2005), é preciso utilizar a educação ambiental como instrumento fundamental para a construção sólida de uma sustentabilidade socioambiental que gere impacto de conscientização direta no meio social. Modificar a compreensão do que, de fato, caracteriza o meio natural é, sem dúvida, uma ação necessária numa sociedade em declínio ambiental, visto que, nessa sociedade, as interações entre o meio físico e o natural estão cada vez mais desprestigiadas e insultadas por retrocessos e por práticas abusivas contra o meio ambiente.

Ao longo das seis últimas décadas, o debate sobre sustentabilidade vem sendo uma realidade em fóruns e em encontros em todo o mundo. Por isso, é preciso, além do debate pontual, ampliar o alcance dessas discussões não somente no âmbito oficial, mas levá-las também à população em geral.

Monteiro e Monteiro (2006, p. 50) ensinam que

[...] se faz mister reativar o debate em âmbito internacional sobre a construção de um novo tipo de desenvolvimento que não seja igualado ao conceito de crescimento e sim voltado para o alcance da sustentabilidade socioambiental, haja vista não existir ainda uma definição precisa entre cientistas ou entidades sobre o desenvolvimento sustentável.

Porém, apesar da ausência de um consenso conceitual, observa-se que o desenvolvimento sustentável como alternativa de continuidade humana é necessário e urgente. Dito isso, é preciso entender que a sustentabilidade (e aí remetemos à

gênese do termo, ou seja, “sustentabilidade” é 'qualidade ou condição do que é sustentável', que significa sustentar, apoiar e conservar) propicia a condição básica para a relação correta entre humanidade e natureza.

2.2 Rurbanidade: relações socioespaciais

Há de se perceber que existe uma relação histórica e social entre campo e cidade, onde, em vários momentos, essa aproximação converge e diverge, considerando aspectos sociais, espaciais e territoriais. As hortas urbanas são exemplo disso e remetem à rurbanidade e, muitas vezes, também à sustentabilidade. O termo é aprofundado em obra de Cimadevilla e Carniglia (2009).

O conceito de “Rurbanidade” leva os autores a refletirem sobre a amplitude epistemológica dessa teoria para além da relação de interdependência: “la relación entre campos y ciudades representa una temática clave de los estudios sociales contemporáneos y, en ocasiones, la discusión al respecto propone” (CIMADEVILLA; CARNIGLIA, 2009, p.21).

Sandra Lencioni (2008, p. 214) esclarece que a discussão do conceito de cidade evoca várias ideias. “Pensamos, por exemplo, na cidade grega, na cidade comercial da Idade Média, que fazia parte da liga Hanseática, na cidade colonial brasileira e, porque não, na São Paulo de hoje”. Para a autora, “ao refletirmos sobre o conceito de urbano, esse é visto mais como um fenômeno do que como objeto. Isso é comum aos adjetivos que assumem o sentido gramatical de substantivos, precedidos, em geral, de artigo, como é o caso de: o rural, o agrário, o informal, o social, o espacial”. Quanto ao conceito de cidade, Lencioni (2008, p.115) chama atenção para as diferentes denominações que tem recebido, para dar conta de sua diversidade de possibilidades: satélite, horizontal, verticalizada, mundial, moderna, administrativa, interiorana, informal, entre tantos outros adjetivos.

[...] a ideia de cidade é clara para todos, diferentemente da ideia de urbano. No entanto, o conceito de cidade é obscuro. Como um conceito pode abarcar desde cidades pequenas, de 2.000 habitantes, até cidades que abrigam milhões e milhões de habitantes? Como pode se referir a um objeto que se apresenta com características bem distintas e, que por isso, exige, frequentemente, o complemento de um adjetivo, a exemplo de: cidade de fronteira, cidade grega, cidade colonial, cidade medieval, cidade portuária, cidade turística, cidade mineradora, cidade industrial? Como pode se colocar como conceito, o que implica em ser reflexo de um objeto - segunda

observação - quando esse objeto se apresenta múltiplo e variável?. [...] Por não conseguirmos expressar as transformações constantes de algo tão mutável, temos mantido a palavra cidade e acrescentado a ela adjetivos (LENCIONE, 2008, p. 115).

Conceituar a cidade como um espaço homogêneo é algo frágil, tendo em vista a complexidade e a amplitude que esse fenômeno humano e estrutural pode apresentar em determinado contexto e tempo. Ao pensar a cidade como forma de compreender as relações que ali se realizam, não obstante, se distancia esse território dos fluxos do campo ou do rural. Para Karina Pontes (2004, p. 21), até o século XVIII, o rural apresentava importância primária para o conjunto da sociedade, “tendo uma maior concentração populacional, se comparado ao meio urbano, e representando uma significativa contribuição para a economia em termos produtivos”. Karina continua:

Portanto, a partir do século XVIII, o rural e o urbano são apresentados com uma perspectiva dicotômica, como sendo polos opostos, separados e com características antônimas. Tal visão associa o rural ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento, à falta ou precariedade de infraestrutura. Já, o urbano apresenta um significado de progresso, de desenvolvimento, de modernidade, de dinamicidade, de concentração de serviços, de infraestruturas, de comércio, de indústria, ou seja, elementos representativos do desenvolvimento (PONTES, 2004. p.21).

Essa subjugação na relação entre campo e cidade, apesar de equivocada, gera um distanciamento na compreensão da relação desses espaços geográficos, incentivada, conseqüentemente, por um discurso que rivaliza e, muitas vezes, fragmenta o real sentido dessa relação. Entender esses espaços a partir de uma cadeia de sobreposições engessada num discurso de progresso é regredir em virtude de uma bandeira que estampa a modernidade da vida urbana como única alternativa. Pensar o “rural” como dispersão e isolamento, como avesso a evoluções, é equivocado do ponto de vista conceitual e social.

A sociedade moderna contemporânea, conhecida pela urbanização e pela intensidade de fluxos de informações e serviços, pela artificialização da dinâmica temporo-espacial dos processos biogeocológicos, acredita estar distante do rural, concebido como um modelo contrário ao que supostamente o modo de vida urbano representa: a representação social hegemônica de rural repercute uma ideia de sociedade ligada à dispersão ou ao isolamento de grupos sociais, à lentidão e aversão às transformações, à reprodução de valores tradicionais comunitários sobre os individuais, às amarras do pensamento mítico-religioso, e ao peso dos fatores ambientais sobre a vida social. Estas características aparecem como contrárias à modernidade da vida urbana (GRACINA; FLORIANI, 2013. p. 02).

É preciso ir além, é preciso pensar a relação entre urbano e rural, cidade e

campo, para além de uma subjugação, pois ambos incorporaram elementos em suas práticas, favorecendo-se deles para sua existência e a permanência de suas relações. Para Hélio Baia (2015, p. 40), “a teoria do 'tecido urbano' é uma realidade espacial global, os avanços tecnológicos das comunicações e transportes estrangularam as fronteiras nacionais e regionais, conectando, por meio das redes tecnológicas, diferentes lugares da superfície terrestre”. Com isso, aspectos da vida urbana passam a fazer parte do cotidiano rural, em tese, alterando modos de vida e tradições. Baia (2015) levanta a tese de que os espaços, ao incorporarem elementos uns dos outros, transformam-se em grandes teias corporativas, não havendo sobreposições, mas relações simbióticas constantes, que colaboram entre si. A “rurbanidade” como elemento conceitual e fundamentalmente existente apresenta-se com uma possibilidade ampla, neste sentido.

Néstor García Canclini (2003: 69) explica que la dicotomía clásica (urbano/rural) llevó a concebir a la ciudad como todo lo que no es campo. Raymond Williams (2001 citado en Badenes 2007:2), sostiene que campo y ciudad son sólo dos tipos de asentamientos humanos, entre muchos, cuya definición por contraste es una de las formas en que se toma conciencia de la experiencia. Argumenta que la polarización sobre la cual se asentaron algunas definiciones, se quiebra al observar que ambas realidades están vinculadas en una historia común de modo que uno y otro se impactan mutuamente (CIMADEVILLA; CARNIGLIA, 2009, p. 43).

É importante notar a pluralidade desses conceitos, ainda mais quando se trata de expressões amplas, que devem ser vistas como categorias que possuem aproximações. Para Baia (2015, p. 41), “as ruralidades espaciais estimularam os geógrafos e sociólogos a utilizarem como contraposição a expressão ‘urbanidades’. Destaca-se nesse debate, o geógrafo Rua (2000; 2002)”. Hélio Baia (2015, p. 41) destaca que as ruralidades e as urbanidades estão sendo questionadas na área das Ciências Humanas. Baia (2015, p. 41) diz que “tanto o rural e as ruralidades, quanto o urbano e as urbanidades devem ser enfrentadas como categorias que expressam com maior proximidade a relação que esses espaços constituem entre si e o desdobramento metodológico que essas expressões trazem para as ciências humanas”.

Freyre (1982, p. 82-3) argumenta que a urbanização e a ruralização, no caso da comunidade pernambucana, mantém uma relação mútua que precisa ser reconhecida como um processo social complexo, que fundamenta a existência de práticas naturalizadas como sendo de espaços específicos, porém apresenta-se nos

demais territórios.

Existem afirmações que buscam formatar práticas rurais e urbanas, nomeando-as com os termos “ruralização” ou “urbanização”, o que as limita ou as aprisiona em suas práticas territoriais e sociais, quando, na verdade, essas práticas ultrapassam a rede territorial.

Um estudo de Cimadevilla e de Carniglia (2009, p. 47-48) problematiza a ruralização da cidade ao identificarem práticas rurais no contexto urbano de Rio Cuarto, Argentina, citando o caso do uso de transporte de tração animal para o trabalho, por grupos familiares, o que gerou um debate público sobre políticas aplicáveis: “qué hacer con los caballos y los carros - los cuales transitan por las calles junto a los automóviles y provocan consecuencias en el tránsito - y cómo pensar estrategias gubernamentales tendientes a no reproducir esas actividades” (CIMADEVILLA; CARNIGLIA, 2009, p. 47- 48).

Por muito tempo, as relações entre o Rural e o Urbano foram polarizadas, de modo que, ao proporem uma dicotomia entre ambos, sempre foram percebidas de formas heterogêneas.

Siqueira y Osório (2001), por su parte, sostienen que las relaciones entre lo urbano y lo rural no fueron siempre definidas por la heterogeneidad o por la polaridad, sino que la preocupación por conceptuar ambos términos como “dicotómicos” surgió en un momento específico. Afirman así que fue la diferenciación el proceso que creó lo rural como objeto de análisis. Las ciencias sociales, en especial la sociología, tuvieron entre sus principales planteos los cambios producidos por los procesos de urbanización y colocaron a lo urbano como dominante en lo que se ha dado en llamar la mirada “dicotómica”. Este modo de concebir las relaciones se fundó en la obra clásica de Pitirim Sorokin y Carlo Zimmermann, “Principles of Rural-Urban” que data de 1929 y contiene una serie de criterios diferenciales referidos a distintos rasgos de la sociedad rural y de la urbana. El siguiente cuadro resume las diferencias que considero más significativas de estos dos modos de acceder al conocimiento de la realidad (CIMADEVILLA; CARNIGLIA, 2009, p. 44).

Segundo Regina Cunha (2017, p. 01), o termo rurbanidade deriva de *rurban*, cunhado em 1918, por Charles Josiah Galpin, no livro *Rural Life (Vida Rural)*. No Brasil, a palavra aparece em 1955, em obra do sociólogo Gilberto Freyre. O termo rurbanidade, para Cunha, “consiste em práticas múltiplas, que transpassam espaços geográficos pré-definidos, ampliando as possibilidades e efetivamente colaborando para os territórios nos quais eles são praticados”.

As hortas urbanas são um perfeito exemplo de práticas “rurbanas”, trazendo a possibilidade de produção, antes direcionada apenas ao campo ou a espaços “rurais”, como uma realidade eficaz dentro das práticas sociais da urbe. Conhecer essas práticas é considerar a rurbanidade como uma simbiose de possibilidades. O estudo de Cunha (2017) traz um exemplo dessas possibilidades, realizado em hortas rurbanas na capital do estado de São Paulo. O projeto possibilitou identificar que a organização e a manutenção dessas hortas é uma ação voluntária dos moradores dos bairros próximos, sem uma estrutura hierárquica determinada, cada um colaborando conforme suas habilidades potenciais, disponibilidade de tempo ou de vontade.

As hortas, mesmo fazendo parte de uma prática estritamente ligada ao campo ou às áreas rurais, aqui compreendidas apenas pela sua localização geográfica em relação ao espaço urbano da cidade, têm funcionado como mecanismo de ligação que corrobora para a melhoria da vida na cidade. Isso nos mostra que, para além do conceito, a efetividade dessas ações “rurbanas” pode colaborar com a dinâmica social do espaço urbano, não havendo uma sobreposição, mas uma relação em rede, que se estende para além das divisões espaciais e conceituais. É importante perceber a Rurbanidade como um processo de coexistência dos contrários.

Como condición social significativa, interesa por lo que implica y expresa frente a lo que resulta dominante en el sistema cultural y también por lo que supone, en tanto negación de visibilidad, como oculto creciente, dramático y silencioso, y en otros casos como forma de existencia de algún modo integrada (GALIMBERTI, 2016. p. 104).

Destacar o conceito de rurbanidade como possibilidade de coexistência de práticas urbanas com características rurais, portanto rurbanas, é uma forma de trabalhar práticas socioculturais e ambientais que dilatam conceitos por meio de relações entre modos de vida e espaços territoriais; portanto, modos de desenvolvimento humano que têm relação com a agricultura urbana e com a sustentabilidade.

2.3 Agricultura urbana: o espaço das cidades como possibilidade sustentável

O espaço urbano, aqui denominado como a cidade e as áreas urbanizadas que a compõem, vem gradativamente sofrendo reconfigurações em sua estrutura e

organização, tanto no âmbito social como no geográfico. Esse fenômeno possibilita o surgimento de alternativas em vários segmentos, como permanência, desenvolvimento e sobrevivência, pois a configuração desse território é marcada por uma complexidade social, que resulta, conseqüentemente, em avanços econômicos, mas, por outro lado, traz camuflada uma desigualdade social. Nessa perspectiva, a noção de “urbano” e “rural” converge e diverge, uma vez que a segunda denominação pode adentrar o espaço da urbe como possibilidade real de modificação desse cenário desproporcional.

A agricultura no espaço urbano não se apresenta como alternativa recente; pelo contrário, revela-se uma prática eficaz em várias realidades metropolitanas, que se ajustam perfeitamente como instrumento de geração de renda, de emprego, de acesso da população a alimentos de qualidade e de diminuição da pobreza. Diante disso, pensamos nas duas realidades - urbana e rural - e como elas convergem, uma vez que a inserção de hortas em espaço urbanizado caracteriza essa alternativa de encontro.

Essa distinção entre as duas realidades leva a pensar que as diferentes formas de urbanização e de apropriação do espaço culminaram em maneiras também diferenciadas de inserção das hortas em meio urbano, o que poderia apontar para a relação entre sua existência e as políticas de gestão do território. Para contemplar essa indagação, torna-se necessário então compreender a realidade dessas iniciativas quando vistas sob o ponto de vista político e social da ocupação do espaço, para então conhecer quais os fatores que culminaram com sua implantação e persistência (ARAÚJO, 2016, p. 196).

As hortas urbanas, ou periurbanas, enquanto alternativas para a solução de problemas sociais diversos, não são um fenômeno singular, se forem relacionadas às políticas públicas do Estado e de iniciativas privadas. Conforme Branco e Alcântara (2011, p. 421),

A partir do início deste século, o apoio a hortas urbanas e periurbanas no Brasil passou a fazer parte da política nacional de redução da pobreza e garantia de segurança alimentar. Algumas dessas hortas foram financiadas com recursos federais e estavam incluídas no Programa Nacional de Agricultura Urbana¹.

Além dos recursos federais, os estados e os municípios investiram nessa implementação, possibilitando a criação de políticas públicas ampliadas, de incentivo

¹ Programa criado em 07 de fevereiro de 2018 através da portaria Nº 467, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em: 09/02/2018 | Edição: 29 | Seção: 1 | Página: 64.

a essa prática.

Dados do Governo Federal de outubro de 2008 indicavam que esse Programa financiou, além de hortas comunitárias em todas as regiões brasileiras, atividades como apicultura, avicultura e lavouras comunitárias. Foram beneficiadas cerca de 700.000 pessoas com um investimento de R\$ 36 milhões (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, s.d.). Porém, vale ressaltar que o Governo Federal não foi o único financiador de tais projetos; recursos estaduais e municipais também foram investidos nessa ação, o que significa que os valores investidos eram muito maiores dos aqui apresentados. As políticas públicas de incentivo a hortas urbanas e periurbanas impulsionaram o desenvolvimento dessa estratégia de combate à pobreza (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 421).

Para Silva (2014, p. 19), “a agricultura urbana é a prática sustentável do cultivo, processamento e distribuição de alimento nas áreas urbanas e periurbanas. Seu método biointensivo é de fácil utilização e bastante eficiente”. A eficiência desse método está ligada à alta produtividade quantitativa e ao acesso a essa produção, numa logística rápida e eficiente. Ainda, segundo Silva (2014, p.19),

Sua contribuição para a segurança alimentar se faz de duas maneiras: primeiro, ela aumenta a quantidade de alimento disponível para as pessoas que vivem nas cidades e, segundo, permite que frutas, legumes e produtos possam ser disponibilizados para os consumidores urbanos.

A agricultura urbana, nesse sentido, contribui para a gestão ambiental e, conseqüentemente, possibilita segurança alimentar, ampliando as possibilidades de acesso e a qualidade dessa produção (SILVA, 2014). Estudos atuais destacam também que o apoio da produção agrícola na urbe é uma possibilidade a mais para a qualidade de vida do meio social e ambiental.

Estudos recentes na América Latina e no Caribe permitem ver o papel da agricultura urbana na melhoria da gestão ambiental e da segurança alimentar dos setores mais pobres das cidades da região. Esta modalidade de agricultura proporciona ainda o sombreamento e a diminuição da temperatura. É capaz de controlar muitos efeitos adversos do ambiente urbano e contribui significativamente para a melhoria na qualidade de vida do homem. Não só representa uma melhor estética para as ruas, bairros e cidades, como também, sendo um plantio bem planejado, serve como proteção contra a ação dos ventos e chuvas. Além disso, minimiza os efeitos do aquecimento global e, sobretudo, significa ocupação e renda para os envolvidos (SILVA, 2014, p. 19).

A possibilidade de gerar benefício social efetivo através da prática da agricultura urbana deve ser encarada não somente como exemplo de boas práticas isoladas, ou de alternativas sustentáveis, mas também como políticas públicas reais, constantes e efetivas. Essas políticas devem estar alinhadas a um planejamento urbano, que possibilite uma eficácia para além do ponto de vista econômico desse

debate, pois refere-se também à possibilidade de inclusão.

Schmidt e Fontana (2017, p. 639) afirmam, em seu estudo sobre comunidades e planejamento urbano, que as

Políticas públicas não podem ser tratadas como assuntos técnicos, próprios do conhecimento especializado de determinada área, território de *experts*. É importante que estejam apoiadas em estudos técnicos, mas não se resumam a isso. São sempre, indiferentemente do discurso utilizado, resultado de opções baseadas em valores. Isso se revela com muita nitidez no planejamento urbano, cujos dispositivos e instrumentos carregam pontos de vista e valores diversos, que precisam ser discutidos. Por exemplo, o plano diretor não deve ser um plano arquitetônico, apartado da cidade vivida, sentida e compartilhada pelos cidadãos.

É preciso, portanto, lembrar que a implementação de uma prática agrícola na cidade deve estar alinhada aos agentes sociais que ali habitam, dialogando e observando as necessidades, gerando laços de aproximação e reconectando esses agentes às suas práticas ancestrais, pois cultivar em seu contexto diário não é nenhuma novidade na vida social urbana, já que, historicamente, em virtude da ausência de meios de transporte rápidos, o cultivo urbano era necessário para o abastecimento da população desses territórios.

As práticas de planejamento urbano estão, portanto, conectadas ao objetivo da agricultura na cidade. Então, é preciso pensar na potencialidade social que esse alinhamento e planejamento estratégicos podem gerar e na implementação da agricultura nesse espaço, principalmente, quando analisamos o planejamento urbano como forma de aproximação ou de distanciamento social.

A fragmentação social, uma característica especialmente forte nas grandes cidades, é um dos obstáculos para a tomada de decisões coletivas com aceitação ampla. O planejamento urbano é particularmente sensível à ausência de redes e conexões sociais robustas, o que vem levando a políticas de urbanização pensadas de forma tecnicista e unilateral. Quando o planejamento urbano está desconectado da rotina e da vivência dos moradores da cidade, sua legitimidade é baixa, o que incide severamente na eficiência e na eficácia dos seus mecanismos e dispositivos (SCHMIDT; FONTANA, 2017, p. 648).

O planejamento urbano precisa estar conectado diretamente à rotina e às vivências sociais da comunidade ou do território em que está inserido, não somente pelo caráter técnico, que, muitas vezes, toma o protagonismo nas etapas de elaboração do plano. Ressaltamos também que é preciso destacar a importância da prática agrícola urbana como estratégia de ação no combate à desnutrição e no

acesso à alimentação saudável pela população. Sendo assim, pensar a cidade como geradora do seu próprio alimento é compreender a aproximação de produção e consumo de forma ampla e democrática.

A importância da agricultura urbana cresceu tanto que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, uma organização das Nações Unidas cujo objetivo declarado é elevar os níveis de nutrição e de desenvolvimento rural, lançou recentemente um programa denominado Cidades Alimentando Cidades, que destaca o estabelecimento de hortas urbanas, a utilização de terrenos baldios para o cultivo de alimentos e, principalmente, o uso adequado da água nas cidades (SILVA, 2014, p. 24).

A agricultura urbana possibilita o realinhamento da cidade e a adoção de práticas sustentáveis através de sua ação. Talvez, repensar a utilização do espaço urbano seja um dos maiores desafios para as próximas gerações, o que requer reutilizar ou utilizar de forma adequada não somente as áreas, mas também os recursos disponíveis, sejam eles naturais ou econômicos, tornando a prática agrícola urbana uma possibilidade sustentável de continuação e melhoria de vida.

Além de cuidar da implementação, é preciso também apoiar os agentes que movimentarão essa prática, destacando a agricultura urbana como política de apoio empresarial e de combate à fome. É necessário, ainda, entender que as limitações de produção e de distribuição também aparecerão dentro da prática de produção na cidade, cabendo pensar na implantação de programas que deem conta dessas questões.

A agricultura urbana também merece destaque entre as políticas de apoio empresarial ao combate à fome. A atenção usualmente conferida à problemática agrícola rural faz com que as atividades urbanas de produção e de distribuição de alimentos raramente recebam uma consideração proporcional à sua importância. Para isso, seria necessário implantar um programa dirigido ao fortalecimento de pequenos e médios produtores urbanos de alimentos, de refeições prontas e principalmente à qualificação do pequeno varejo (SILVA, 2014, p. 23-24).

Os pequenos e médios produtores urbanos de alimentos, de refeições e do varejo, movimentarão o atendimento a essa população, de modo que o acesso a essa produção pelo contexto social real ocorrerá ao aproximar as pessoas da produção, conferindo qualidade à sua alimentação e à sua saúde. É importante também atribuir ao Estado o papel de responsável pelo planejamento, pelo incentivo e pelo desenvolvimento dessas práticas, uma vez que ele é detentor dos recursos necessários. Não se retira, aqui, a participação privada nessa prática; porém,

compreende-se o Estado como agente responsável pelo desenvolvimento urbano, e acima de tudo, humano.

Nessa perspectiva, cabe à sociedade e ao Estado a construção de um desenvolvimento local sustentável que busque conter os avanços negativos da globalização assim como promover um desenvolvimento socioeconômico sem, contudo, desprender-se das questões que permeiam a ideologia de preservação do meio ambiente (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006, p. 51).

Além do já dito, a agricultura urbana reafirma a importância não somente da produção em si ou da otimização da logística de acesso ao alimento a partir de sua produção dentro das zonas urbanas. Ela dá conta, também, da aproximação dos agentes sociais e de suas práticas iniciais, da elevação da qualidade de vida, da redução das desigualdades pelo acesso ao alimento, do combate à fome e, acima de tudo, da reafirmação do Estado como mediador e vetor fundamental na melhoria da vida humana.

Alessandra Araujo (2016), no artigo o planejamento urbano e ambiental na construção de cidades sustentáveis, menciona exemplos de hortas comunitárias nas cidades de Porto, Portugal e Belo Horizonte no Brasil e os relaciona ao desenvolvimento e ao planejamento urbano nas duas cidades. Segundo Araujo (2016) *apud* Oliveira (2013, p. 191), o cultivo de hortas no Brasil é uma herança portuguesa, introduzida desde a época da colonização, com diferenças entre o modo de concebê-las nos dois países. Em Portugal, as hortas se localizavam cada vez mais próximas às cidades e serviam para facilitar as remessas de alimentos, suavizando a distinção entre campo e cidade. No Brasil, as hortas sempre se voltaram mais marcadamente para a complementação alimentar ou para o autoconsumo dos que a cultivavam. Em Portugal, a produção se dava de maneira intensiva, enquanto, no Brasil, isso não ocorreu, por causa da mão de obra escassa, da localização dos terrenos, etc. O artigo de Alessandra Araujo (2016) é fruto de uma pesquisa que buscou compreender de que forma as políticas oficiais de planejamento das cidades do Porto, em Portugal, e de Belo Horizonte, no Brasil, estão vinculadas às práticas de agricultura urbana comunitária ali desenvolvidas. O objetivo principal foi avaliar se as hortas estariam contribuindo para a configuração dessas cidades como sustentáveis, bem como diagnosticar os principais desafios a serem superados para tal finalidade. A metodologia utilizada foi um estudo de caso comparativo, a partir da comparação entre os dois casos, apontando tendências,

discrepâncias e ações positivas que poderiam ser permutadas entre as realidades. A coleta de dados baseou-se na realização de entrevistas com os agentes ligados à agricultura urbana e na análise do diagnóstico dos planos de política territorial para as cidades do Porto e de Belo Horizonte.

Percebe-se uma diferença na motivação para a agricultura urbana nas cidades em estudo. Enquanto, em Porto, o envolvimento com a atividade mostrou ampla finalidade, em Belo Horizonte, restringiu-se basicamente à segurança alimentar e à possibilidade de incremento na renda familiar. Percebeu-se também que a cidade de Porto possui potencial para exercer a prática do planejamento ambiental englobando a AU como parte da estrutura ecológica, com uma metodologia já existente e bem estruturada. Já em BH, a metodologia da Trama verde – azul (uma das aspirações do PDDDI de BH) ainda oferece limitações para um plano que busque tal inclusão. Observou-se que, em Porto, as hortas não obedecem a uma tendência de distribuição, pois estão localizadas tanto no centro histórico como no limite do município. Em BH, as hortas acontecem na periferia, onde as necessidades e a situação dos moradores são conhecidas e, de certa forma, mais homogêneas.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foram encontradas algumas limitações, entre elas, a falta de acesso ao Plano diretor municipal do Porto, o reduzido número de publicações brasileiras ou em português sobre a temática e o intervalo de tempo entre as entrevistas realizadas nas duas cidades, o que levou a pesquisadora a amadurecer ou a reformular determinados objetivos, que não puderam ser retomados na entrevista já realizada.

Os autores concluíram que ainda é limitada a contribuição da AU nas cidades estudadas, no sentido de consolidar um planejamento urbano de viés sustentável. A não incorporação da AU como categoria de uso do solo e o não reconhecimento de sua multifuncionalidade pelos planejadores foram os principais desafios colocados para essa consolidação. Apesar de indiscutivelmente benéfica à sociedade, ao ambiente e à economia locais, a agricultura urbana não parece corroborar, até então, nos dois casos, os ideais de sustentabilidade nos planos oficiais de gestão do território.

O presente artigo trabalhou a questão do planejamento urbano e ambiental em duas cidades distintas, de países distintos, bem como mostrou que a agricultura urbana em consonância com o desenvolvimento sustentável ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelos órgãos governamentais e pela sociedade. Esse artigo foi útil para o desenvolvimento do nosso trabalho, pois permitiu observar o planejamento das cidades, bem como a maneira como elas se apropriaram do conceito de sustentabilidade, que foi bastante explorado na nossa pesquisa.

Queiroz e Guedes *et al.* (2018) tratam do programa Prohuerta, que é uma política pública argentina promovida pelo ministério do desenvolvimento social e pelo instituto nacional de tecnologia agropecuária (INTA) argentino, com o objetivo de melhorar a segurança e a soberania alimentar de setores vulneráveis da população, favorecendo sua participação e organização, para que tenham uma dieta mais diversificada e equilibrada com a produção em pequena escala de alimentos frescos.

O programa conta com a participação de voluntários advindos de diversos segmentos da sociedade que estimulam a participação dos cidadãos para a formação de hortas familiares e comunitárias. Este artigo propõe-se a analisar a atuação de um grupo de promotores que colaborou ativamente com a equipe do Pro Huerta na agência de extensão rural do Inta, em Rio Cuarto, na década de 2000, até o início de 2010, discutindo seu papel na transmissão de conhecimentos e de tecnologias da agricultura orgânica para os cidadãos beneficiários dessa política pública. A metodologia utilizada foi a realização de entrevistas em profundidade com os promotores do programa e a realização de visitas às hortas familiares, comunitárias ou institucionais, em diversos municípios do departamento em Rio Cuarto.

Os autores observaram que o INTA distribui as sementes para o cultivo das hortaliças e trabalha com um grupo de promotores cadastrados que são responsáveis por transmitir aos horticultores o conhecimento sobre a formação e o trabalho com as hortas, considerando a distribuição do plantio das diversas espécies cultivadas, conjugado com o cultivo de flores e ervas aromáticas, respeitando as regras informadas pelo instituto e que sejam consideradas orgânicas.

O programa conta com uma rede de técnicos do INTA e com promotores voluntários em todo o país, que pertencem a instituições diversas, como escolas, organizações não governamentais, grupos de aposentados, sistemas carcerários e centros de saúde. Esses voluntários se articulam com a equipe do programa, numa parceria que resulta não somente na formação de hortas particulares e comunitárias, como também na difusão do conceito de agricultura orgânica. Os promotores têm o papel de incentivar os horticultores a manter o cultivo de suas hortas, realizando a tarefa de “assistência técnica”, através da orientação de técnicas de cultivo e ajudando a solucionar dúvidas, inclusive, consultando os técnicos do ProHuerta, quando necessário.

Foram entrevistados 12 promotores do grupo estudado, indicados pela equipe do ProHuerta, em Rio Cuarto. Observou-se que o vínculo institucional é um elemento essencial para a formação do voluntariado que apoia o programa na figura dos promotores. Não é obrigatório que seja um vínculo formal ou empregatício, mas é imprescindível que o promotor tenha vínculo com trabalho cooperativo. Constatou-se um forte sentimento de satisfação destes voluntários pela oportunidade de poderem atuar nesta política pública, cuja longevidade foi ressaltada como aspecto de suma importância.

As dificuldades mais ressaltadas pelos promotores foram a falta de tempo, a escassez de recursos e a dificuldade de comercialização dos produtos, em razão de fatores como produção insuficiente e preço elevado, o que, muitas vezes, direciona o comércio desses alimentos para grandes supermercados ou lojas especializadas.

A relação de trabalho com os profissionais do programa foi descrita pelos promotores como sendo de elevado espírito de cooperação e de esforço conjunto para superar as dificuldades e realizar o trabalho de forma satisfatória para alcançar os objetivos propostos. Também foram relatadas histórias de vida de cidadãos que aproveitaram a oportunidade apresentada pelo INTA, de promoção de hortas orgânicas, como forma de superar a própria crise financeira ocasionada pela crise que se abateu sobre o país.

Por fim, os autores chegaram à conclusão de que o trabalho dos voluntários na difusão dos referidos conceitos contribuiu bastante para o aprendizado a respeito

de tecnologias de fácil apropriação para a produção de alimentos sem agrotóxicos, pelo público-alvo do programa. O conceito de agricultura orgânica ficou marcado na agenda local, graças ao esforço da unidade do INTA em Rio Cuarto e à atuação dos promotores voluntários. Pôde-se concluir também que o ProHuerta, além de apoiar as comunidades na produção de alimentos para o próprio consumo e na capacitação para o processamento e comercialização do excedente de produção, promovem a articulação entre estado e sociedade civil através de seus promotores.

O presente estudo contribuiu significativamente para a nossa dissertação, pelo fato de abranger um tema desafiador na área de horticultura, que é a agricultura orgânica, que exploramos no nosso trabalho no sentido de expandir a ideia de transformar vidas e contribuir para uma alimentação mais saudável e balanceada da população.

2.4 Dimensões da sustentabilidade em hortas urbanas

A horticultura é a ciência responsável pelo cultivo de hortaliças, de frutas e de flores. Devido à evolução tecnológica e à chegada das máquinas nas áreas de cultivo, ela passa a operar em duas modalidades: a tradicional e a moderna. O primeiro modelo de agricultura apresenta-se de forma historicamente aplicável, desde as primeiras civilizações humanas, quando foram criados os primeiros processos de controle do cultivo. Para Oliveira (2018), a

[...] horticultura tem uma história que começou na antiguidade com as atividades inerentes à horta e à jardinagem. Desde os primórdios da agricultura e ao longo dos séculos, o cultivo de espécies hortícolas evoluiu para um processo de interação entre homem e planta. A horticultura, como parte de um setor amplo da produção de alimentos, tem desempenhado um papel importante na transição do homem primitivo para sociedades civilizadas. Assim, a história da horticultura é, em grande parte, a história da civilização, ainda que, quando comparada com a de outras espécies vegetais, possa-se dizer que a horticultura é uma atividade agrícola recente” (OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Ao pensar que a prática da horticultura emerge do campo e das urbes, em processos consecutivos, é importante entender que a horticultura urbana, como uma

prática de reaproximação, conecta atividades desenvolvidas historicamente dentro do espaço da cidade e, recentemente, passou novamente a integralizar as zonas urbanas e periurbanas de forma efetiva.

A horticultura urbana e periurbana (HUP) inclui uma grande variedade de legumes, cereais, flores, árvores ornamentais, hortaliças aromáticas e cogumelos. Geralmente, os tipos de culturas cultivadas variam de acordo com a região, influenciados pela cultura e pela tradição local. Nas cidades, as culturas de ciclo curto são os preferidos, enquanto, nos arredores da cidade, as culturas de ciclos mais longos são cultivadas, por exemplo, em pomares (SILVA, 2014, p. 27).

A horticultura urbana possui uma gama de práticas e alternativas de aplicabilidade, como a possibilidade de desenvolvimento humano, a redução da fome, a política pública efetiva e, sem dúvida, a prática sustentável. A intervenção através das hortas urbanas pode ser pensada a partir de dois pontos práticos: o primeiro diz respeito à horta urbana como possibilidade de intervenção de caráter transitório, com alternativas de produção e de ocupação de espaços até então inutilizados, direcionando as particularidades daquela realidade e agindo de forma dialógica com os agentes daquele território.

Primeiramente parto da premissa que toda horta urbana é uma intervenção que pode possuir um caráter transitório no espaço que se propõe. Não apenas por ser de fácil implantação, mas, principalmente, por seu processo técnico e organizacional não ser complexo. O caráter particular de uma intervenção consiste na particularidade que cada espaço urbano possui alinhado à especificidade que cada intervenção temporária pode assumir. A relação do espaço e de uma intervenção é única e possui características próprias que desencadearão processos de transformações específicos em cada local onde a intervenção ocorre (YAMAMOTO; MOREIRA, 2019, p. 76).

Ainda, Yamamoto e Moreira (2019, p. 76) defendem que

As ações temporárias constituem atitudes de movimentos coletivos dentro do contexto urbano, como forma de transformação espacial e das relações entre os envolvidos. Com isso, essas intervenções temporárias deixam marcas permanentes nos lugares, ainda que de diferentes impactos e intensidades.

Em segundo lugar, é preciso compreender que a implementação das hortas urbanas é, acima de tudo, uma ação coletiva de práticas sustentáveis num espaço tipicamente contrário a elas. Nessa perspectiva, angariar coletivamente os agentes que compõem a implementação, o entorno, e que receberão a produção dessas hortas é, acima de tudo, garantir um vínculo social para a realização dessas práticas. As hortas urbanas ainda se apresentam como método diverso, de técnicas

variadas, que podem abranger desde espaços compactos, até lotes de maior extensão, utilizando métodos e técnicas tradicionais ou modernas.

Considerando os métodos de produção, as culturas são realizadas em pequenas hortas ou lotes maiores, utilizando práticas tradicionais ou tecnológicas e inovadoras. Algumas técnicas já foram adaptadas à situação urbana, principalmente aquelas relacionadas ao combate dos diversos tipos de restrições existentes nas cidades. Estas incluem a produção de hortícolas em áreas edificadas utilizando vários tipos de substratos, como, por exemplo, a parte superior do telhado, a produção biológica e a produção hidropônica (SILVA, 2014, p. 28).

Essas práticas de cultivo, ao longo dos anos, já se adaptaram às normas do espaço urbano, pois não somente necessitam de adaptabilidade na técnica de cultivo, conferindo essas novas abordagens dentro de uma realidade executável e produtiva, mas também se moldaram às limitações da cidade, que vão desde sua extensão territorial para o cultivo em massa até a aplicação de técnicas de controle de pragas.

Para Yamamoto e Moreira (2019, p. 79),

As hortas urbanas apresentam a capacidade de promover um sentido de comunidade, gerando comunicação entre a população e compartilhamento de conhecimentos, sendo uma ferramenta de construção de coesão social, vitalidade, que fortalece o sentimento de segurança entre a vizinhança.

Essas hortas também se amparam na sustentabilidade como pedra fundamental e na existência de uma prática de agricultura responsável e efetiva, que se insere no contexto urbano de contato com a terra e de produção de alimentos consumidos no cotidiano, além de vantagens para a saúde humana.

O aspecto sustentável das hortas urbanas é incontestável. Segundo a autora Ângela Maria Ribeiro da Silva Morais Abreu (2012), elas promovem inclusão e coesão social e permitem estabelecer contato com a terra e com a natureza. A autora defende ainda que as hortas urbanas são vistas como meio de recuperarem a saúde física, psíquica e emocional, sendo promotoras de mudança na forma como observamos os espaços verdes, o ambiente e a vida da cidade (YAMAMOTO; MOREIRA, 2019, p. 79).

É preciso, portanto, compreender as hortas urbanas como intervenção, partindo da premissa de que essa configuração gera benefícios para o desenvolvimento social urbano. Já quanto aos fatores ligados à produção, à distribuição e ao acesso, outro fator social importante é o que diz respeito, especificamente, à ocupação dos espaços ociosos e abandonados da urbe, o que gera, sem dúvida, uma contribuição ocupacional e alguma segurança, já que as

práticas realizadas a partir das hortas urbanas podem ser direcionadas ao campo educacional, aproximando dessas áreas, instituições tradicionais como as escolas e setores diversos da comunidade.

Yamamoto e Moreira (2019, p.81) defendem que

Uma horta urbana constitui uma intervenção que proporciona benefícios na esfera social e urbana. Como características, ela proporciona a recuperação ou a revitalização dos espaços onde são implantadas, pois se apropriam do espaço público de maneira dinâmica, geram relações sociais e integram a comunidade com o contexto urbano.

A prática da horta urbana, para além da produção de alimentos, apresenta-se como alternativa efetiva para o desenvolvimento social dos espaços urbanos e periurbanos, além do seu caráter econômico.

Vale ressaltar também que o desenvolvimento econômico gerado a partir das hortas urbanas e da sua produção diversa pode ser uma prática fundamental de caráter inovador do ponto de vista do manuseio, da qualidade do produto e do acesso ao consumidor final, além de apresentar a vantagem de alimentar uma cadeia produtiva local. O autoconsumo refere-se a uma matriz econômica dessa prática, que torna possível a subsistência dos produtores e possibilita a gestão de vendas ao consumidor final, alargando a margem de lucro dele (JOELI, 2018).

O processo econômico de práticas agrícolas tradicionais enfrenta, em sua perspectiva de venda, fatores diversos de escoamento da produção e da comercialização, além do controle de preço pelo mercado. Já a horticultura urbana segue uma linha contrária, que possibilita ao sistema uma proximidade tanto no consumo como na comercialização.

Ao retratar as dimensões das hortas comunitárias urbanas, do ponto de vista econômico, enfatiza que estas correspondem a um sistema de comercialização diferente (inovador) do habitual, um sistema produtivo voltado primordialmente ao autoconsumo e, secundariamente, parte da produção destina-se à comercialização (JOELI, 2018, p. 35).

Além do controle econômico por parte dos agentes protagonistas da horticultura urbana, a garantia efetiva da utilização da terra no espaço da cidade para a realização de hortas configura-se como um fator de atenção. Portanto, é preciso garantir a posse aos agentes produtores, impedindo a descontinuidade da prática por ausência dessas garantias básicas.

O tipo de posse da terra é importante quando se pensa na manutenção desses projetos no longo prazo e em sua sustentabilidade social, econômica e ambiental. Hortas cultivadas em áreas urbanas particulares ou públicas, sem qualquer tipo de regulamentação, são atividades inseguras para os horticultores, porque os projetos: a) dependem da vontade política momentânea dos governantes nos casos em que há subsídios governamentais envolvidos; b) sofrem pressões provenientes da expansão urbana desordenada dos municípios, o que afeta a área disponível para o cultivo; c) têm dificuldades para a formação de parcerias, o que dificulta o acesso a recursos financeiros para custeio e/ou investimento; d) têm dificuldades de acesso ao crédito oficial, como, por exemplo, o PRONAF, devido à falta de regulamentação da posse da terra; e) têm dificuldades para criar incentivos para a realização de investimentos por parte dos horticultores urbanos (BRANCO; ALCANTARA, 2011, p. 424).

Como destacado anteriormente, garantir a posse da terra é de fundamental importância para desenvolver uma prática de hortas urbanas a longo prazo, concretizando possibilidades econômicas, ambientais, sociais e, principalmente, as dimensões da sustentabilidade. Assim, é necessário garantir, junto aos órgãos responsáveis por implantar as hortas urbanas, a manutenção e o incentivo constante dessas estruturas, o que novamente destaca o Estado como ator fundamental do processo envolvendo as hortas, visto que é detentor dos recursos e deve ser o maior interessado no desenvolvimento ambiental e social de sua população. Ainda, cabe salientar que a agricultura familiar é urgente no território brasileiro, considerando o seu real potencial de desenvolvimento local e de qualificação da vida dos agentes que integram o território, que é afetado por essa modalidade de cultivo.

Portanto, a instituição de políticas destinadas à agricultura familiar é urgente no Brasil, haja vista a magnitude deste tipo de atividade e suas possibilidades na promoção do desenvolvimento local, com a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de uma agricultura ambientalmente sustentável (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006, p. 52).

As hortas urbanas, enquanto possibilidade real e potente de desenvolvimento sustentável, ainda são um grande desafio para a realidade das cidades pelo mundo, especificamente, no Brasil. Não se pode negar, porém, a existência de práticas exitosas, inovadoras e promotora de desenvolvimento social, ambiental e humano.

Entretanto, precisamos aplicar a horticultura urbana de maneira constante, robusta e ampliada, a fim de integralizar os espaços da cidade oportunizando acesso à alimentação de qualidade e, acima de tudo, garantir práticas sustentáveis no cotidiano urbano mundial. Pelas razões mencionadas até aqui, é preciso pensar no futuro e no desenvolvimento humano a partir de boas práticas, bem como defender uma economia responsável e humanizada, que gere benefícios em toda

cadeia produtiva. Trata-se de uma forma de conexão da humanidade com suas práticas ancestrais, que se reflete na sustentabilidade global. Nesse sentido, questionamos: o que tem sido produzido de conhecimento científico em torno desta problemática?

2.5 Análise integrativa

Para responder à questão que encerra a seção anterior, realizamos uma seleção de publicações sobre o tema da dissertação, no Portal de Periódicos da Capes, tendo como termos de busca “hortas” e “comunitárias” utilizando o filtro nos últimos 10 anos, o que resultou em 70 publicações sendo 18 publicações diretamente relacionadas com o tema central desta pesquisa. Além desses textos, foram incluídos outros dois, aos quais se teve acesso aleatoriamente, pois tratavam sobre hortas em Teresina, totalizando os 20 estudos que compõem este subcapítulo.

Vieira e Silva (2015) analisam os conceitos de agricultura urbana e de hortas comunitárias, afirmando que estão intrinsecamente relacionados. Os autores adotam uma perspectiva econômica, financeira e social no seu estudo, ao desenvolverem uma reflexão sobre as contribuições das hortas comunitárias para a sustentabilidade social, tendo em vista a inclusão dos economicamente marginalizados. O método do estudo foi uma pesquisa bibliográfica, que se aprofundou nos temas do empreendedorismo social, capitalismo, políticas públicas, etc. (VIEIRA; SILVA, 2015).

Segundo a pesquisa, governos, empresários e a sociedade em geral tem se interessado de forma mais intensa pelo tema “empreendedorismo social” nos últimos anos, devido à globalização e às mudanças profundas que ocorreram na sociedade, principalmente, na configuração dos mercados ao redor do mundo, o que levou esses atores a ter um olhar mais aguçado para a área social, promovendo ações de desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de hábitos, principalmente, em comunidades menos privilegiadas, a partir de políticas públicas, como a criação e a gestão de hortas comunitárias no meio urbano das grandes cidades (VIEIRA; SILVA, 2015).

O estudo mostra que o Brasil, nos últimos 50 anos, tem passado por um

processo de urbanização muito acelerado. Vieira e Silva (2015, *apud* BELTRAN, 1995) afirmam que, na década de 1940, a população que, no Brasil, vivia nas cidades correspondia a 25%; já em 2000, houve um aumento que saltou para 82%, fato que gerou enormes mudanças culturais, como a desnaturalização dos saberes e costumes relacionados à agricultura, a perda da identidade das novas gerações com a terra e o “inchaço” das cidades, ocasionando problemas sociais, como o aumento do número de vilas e favelas. Diante disso, governos e organizações sociais procuram desenvolver políticas públicas que envolvam estas pessoas, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social e combater o desemprego e a exclusão. Entre estas políticas está a valorização da produção agrícola urbana e familiar, com o intuito de incentivar, facilitar, orientar e acompanhar seu desenvolvimento.

Vieira e Silva (2015) desenvolveram seus estudos em hortas comunitárias e institucionais (escolares e terapêuticas), quando perceberam que, nas hortas escolares, o intuito é promover a reciclagem, a educação alimentar, a educação ambiental e a exposição prática de conteúdos ensinados em sala de aula nas áreas de biologia, ecologia, técnicas agrícolas, etc. Já nas hortas terapêuticas, observaram que a finalidade é possibilitar um tratamento fitoterápico ou uma atividade ocupacional para idosos ou pessoas acometidas por problemas mentais e portadores de deficiência. Já as hortas comunitárias, diretamente ligadas ao fator econômico e desenvolvidas por famílias em comunidades geridas por cooperativas ou com a participação do poder público, que contribui com suporte técnico e logístico, têm a finalidade de assegurar a subsistência das famílias e abastecer mercados, bem como possibilitar um clima mais agradável entre os moradores e melhores condições de vida, ao permitir que parte da produção seja vendida, o que possibilita melhores condições de vida para as pessoas, que, muitas vezes, viviam em condições precárias.

Vieira e Silva (2015) concluíram que, diante da necessidade de resgate da dignidade humana, é necessária a construção de novas políticas públicas que possibilitem meios de subsistência da população e a diminuição dos índices de desigualdade social, desemprego, fome, entre outros. Verificaram que ainda há várias barreiras de cunho político e cultural e que a sua implementação somente se concretizará com êxito, se houver um plano contínuo de estímulo, de orientação, de

acompanhamento e de apoio técnico especializado. Portanto, é preciso pensar políticas públicas educacionais que orientem e acompanhem o desenvolvimento da agricultura familiar, mais especificamente, as hortas comunitárias.

Para Oliveira e Santos (2018), a agricultura urbana é resultado de atividades antes entendidas como prioritariamente rurais, que ganham ressignificação no espaço urbano, preservando saberes agrícolas tradicionais, por meio de técnicas de manejo, cuja produção é diretamente voltada à população da cidade, fortalecendo assim a criação de uma nova categoria profissional, a de “Agricultor Urbano”. O estudo de Oliveira e Santos (2018), desenvolvido na cidade de Campo dos Goitacazes –RJ, analisou um projeto da prefeitura, que, em conjunto com a Câmara de Vereadores, criou a lei municipal número 5101/1990, ou o programa denominado “Eco hortas comunitárias”, que previa a limpeza, a manutenção e o plantio de hortas populares, em terrenos cedidos pela Prefeitura, cuja produção era destinada à população, por meio das instituições e da rede municipal de ensino, possibilitando inserir as pessoas desempregadas, para que contribuíssem com a economia da cidade. Grande parte das hortas localizava-se no perímetro urbano do município. Os terrenos não edificadas eram destinados, em concordância com o proprietário, à construção de hortas. Os proprietários recebiam como incentivo a isenção do IPTU (Imposto Territorial Predial Urbano), ao passo que os agricultores tinham sua produção subsidiada pela prefeitura, com isenção de aluguel, de água e de luz, além de receberem sementes e os equipamentos para o trabalho e a assistência técnica. O programa contou com cerca de 150 hortas, das quais 57 foram reestruturadas. Os agricultores cadastrados participavam de cursos sobre práticas agroecológicas e recebiam orientações por meio de parcerias com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a empresa de pesquisa agropecuária do Rio de Janeiro (PESAGRO), que condicionavam os agricultores às regras do programa, como, por exemplo, proibir culturas acima de 60cm de altura, para evitar o crescimento de mato e o acúmulo de lixo.

Observou-se que o programa começou bem, gerando renda e fomento para as famílias, mas, depois de certo tempo, os acordos começaram a ser descumpridos. No acordo, estava previsto que, da produção final, 20% seria destinada ao agricultor e 80%, às instituições beneficentes, como asilos, creches e escolas. O destino da parte dos 80% da produção nunca foi concretizado. Havia

hortas nas quais esse montante ou parte dele nunca foi recolhido. Já a Prefeitura, que deveria repassar a ajuda de custo ao agricultor, não fazia esses repasses. Além disso, equipamentos como enxadas, pás, carrinhos de mão eram de péssima qualidade e não chegavam a durar dois meses, obrigando os agricultores a comprarem novos equipamentos por conta própria, além do gasto que já tinham com telas, mangueiras e regadores, que eram cobertos com seus próprios recursos. As sementes, que, no início, chegavam religiosamente, não eram mais distribuídas regularmente, além de serem de má qualidade, o que levou os agricultores a arcarem com o custo da compra de sementes e do esterco de gado. Por causa desses empecilhos, o programa foi enfraquecendo. A política pública, implementada com vigor e interesse por parte do poder público, começou a dar espaço para interesses individuais em detrimento do interesse coletivo. Nesse contexto, as hortas na zona urbana, agora desativadas, passaram a ser objeto de questionamentos e utilizadas pela especulação imobiliária, segundo Oliveira e Santos (2018).

Os fatos descritos pelos autores neste artigo foram de grande importância para a realização do nosso trabalho, que aborda o descaso do poder público com o empreendedorismo social. Milhares de projetos cujo objetivo é fomentar a agricultura urbana perdem-se no tempo por falta de engajamento e fiscalização do poder público, o velho e conhecido “jeitinho brasileiro”, que leva ao insucesso e à desmotivação de pessoas que sonham ter uma condição de vida melhor. Agentes públicos, quando corrompidos por empresas, colocam o interesse particular acima do interesse público, ocasionando a falência de vários projetos sociais.

Branco e Alcântara (2011), discorrendo sobre hortas urbanas e periurbanas, apontam que o cultivo de hortaliças e a criação de hortas comunitárias têm se destacado no Brasil nos últimos anos, com a criação de programas sociais de combate à pobreza, realizados pelos governos federal, estadual e municipais. Muitos projetos voltados à área da agricultura urbana foram financiados com recursos públicos e foram incluídos no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Constata-se que houve uma melhoria das condições de vida e a redução da pobreza, porém ainda há muito a fazer. Muitas dificuldades foram relatadas na pesquisa, segundo os autores, como a falta de organização, a carência de assistência técnica, a dificuldade de acesso aos créditos bancários, etc. Para avaliar os resultados alcançados pelos programas de redução da pobreza implantados no

Brasil, os autores realizaram uma vasta pesquisa e chegaram a 191 trabalhos publicados na literatura brasileira sobre hortas urbanas e periurbanas, entre os anos de 1996 e 2010. Minas Gerais e São Paulo foram os estados que apresentaram maior número de relatos de experiências, que ocorreram no maior número de cidades (16 e 12, respectivamente), enquanto em estados como Goiás e Piauí, os trabalhos se concentraram nas cidades mais desenvolvidas do estado.

Os autores observaram um aumento no número de publicações a partir de 2004, devido à ênfase dada pelos governos a programas sociais de combate à pobreza e à liberação de recursos financeiros para projetos de hortas urbanas e periurbanas. A pesquisa também mostrou que as hortas urbanas e periurbanas estavam localizadas em terrenos públicos, privados, em áreas arrendadas e áreas privadas. Como agravante, quanto à regulamentação das atividades agrícolas, dos 80 municípios pesquisados, apenas seis encontravam-se regularizados. Nestes, a legislação concedia benefícios, como, por exemplo, a redução de impostos para terrenos privados, observando que o único estado que possui uma legislação que regulamenta a agricultura urbana é Minas Gerais (Lei 15.973 de 12/01/2006). Quanto ao tempo de existência das hortas, a maioria tinha menos de três anos. Hortas com mais de 20 anos só foram encontradas em quatro cidades (Petrolina - PE, Juazeiro - BA, Teresina - PI e Sete Lagoas - MG). Todas contavam com o apoio de órgãos públicos.

Segundo as autoras, o sucesso desses projetos parece depender muito mais da organização comunitária e da decisão política de apoiá-los em relação à assistência técnica, compra de insumos, acesso a créditos etc. do que de tecnologias avançadas. Superando estas barreiras, as hortas urbanas e periurbanas geram diversos benefícios, contribuindo para a redução da pobreza e a garantia da segurança alimentar, bem como para a melhoria das condições ambientais.

Sperandio e Mattos (2015) descreveram uma experiência que aponta a utilização de vazios urbanos em terrenos públicos, resgatando a função social da propriedade e gerando um sentimento de bem-estar, decorrente da “topofilia”, uma espécie de conexão sentimental que emerge em relação a determinados lugares. Os autores citam como exemplos de lugares que valorizam as áreas verdes em espaços urbanos, o metrô de Tóquio (*Projeto Saradofarms*), no Japão, por meio da

implantação de hortas nas superfícies das estações, e o caso de São Francisco, nos Estados Unidos, que elaborou uma lei para a ocupação sustentável de terrenos desocupados. Em troca, os proprietários teriam um desconto nos impostos durante cinco anos.

Em Conchal/SP, também temos um exemplo de ocupação de um vazio urbano para a construção de hortas comunitárias, um projeto na perspectiva de planejamento urbano para cidades sustentáveis. A horta estudada por Sperandio e Rosa (2016) traz as reverberações sociais e territoriais decorrentes do uso de parte de um antigo vazio urbano, no bairro Jardim Planalto, no qual foi desenvolvido o projeto piloto vinculado a uma disciplina de pós-graduação. O terreno, doado pela prefeitura, possuía cerca de nove mil metros quadrados. Inicialmente, 11 famílias foram beneficiadas por sorteio, no início do projeto, número que evoluiu para 24 famílias. Em conjunto, as famílias envolvidas e os funcionários da prefeitura limparam o terreno, retiraram o lixo e trataram o solo para receber as mudas das plantas que foram levadas pelos próprios moradores. Os autores chegaram à conclusão de que as pessoas envolvidas no projeto (faixa etária média de 59 anos) e os profissionais da prefeitura de Conchal se envolveram tanto que criaram uma espécie de corresponsabilidade, manifestando um sentimento de pertencimento ao local e a comunhão de desejos comuns em prol do projeto. O sentimento de coletividade predominou, uma vez que pessoas residentes no entorno da horta iam até o local para comprar alimentos. Com o apoio dos funcionários da prefeitura, os agricultores cercaram a área para evitar a entrada de animais. Em nenhum momento, foram detectados furtos, invasões ou depredações. Os participantes demonstraram orgulho dos canteiros verdes e férteis. Verificou-se que o sentimento de inclusão social e de solidariedade criou um vínculo forte com o local e maior respeito pelo espaço público e pelo meio ambiente. Os participantes alegaram que as atividades desenvolvidas na horta refletiram-se no consumo de alimentos saudáveis, na geração de renda, na prática do trabalho em equipe, na melhoria da saúde mental e na saúde de modo geral, entre outros benefícios. Os autores chegaram à conclusão de que o projeto da horta comunitária em Conchal é uma política pública que converge com a construção de uma cidade saudável, uma vez que visa estimular a prática do trabalho coletivo na comunidade, promovendo a dignidade social e humana das famílias. Também foi possível observar a melhoria

da qualidade de vida e do espaço, bem como a intensificação das relações sociais e dos laços afetivos entre os envolvidos. Também foram constatados benefícios econômicos para os trabalhadores, uma vez que eles economizam ao consumirem os produtos que cultivam, além de ganharem, vendendo-os para os moradores do bairro. Quando perguntados acerca do trabalho coletivo na manutenção da horta, verificou-se um sentimento de valorização e de autoestima elevada, além de a horta passar a ser um referencial espacial, sendo cenário de diversas relações sociais. O artigo demonstra como é possível mudar a vida de uma comunidade através do trabalho coletivo e da organização coordenada pelos órgãos públicos. Entendemos que a pesquisa evidencia que a horta pode proporcionar dignidade aos envolvidos, contribuindo para que pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar ou que encontram-se desempregadas ou desassistidas pelo poder público alcancem algum grau de emancipação, além de reforçar o senso coletivo.

Quevedo e Oliveira *et al.* (2015) abordam a atuação de universitários no projeto Rondon, ao explorarem a vivência de cultivo de hortas comunitárias, com a reutilização de resíduos orgânicos e de água da chuva, tendo como base os conceitos agroecológicos, em duas localidades no interior do Maranhão. Os autores concluíram que a educação ambiental proporciona a perenidade das ações de gestão ambiental, já que a horta tornou-se gradativamente um espaço produtivo, educativo e atraente, proporcionando a visualização dos assuntos discutidos na teoria pela população e gerando um sentimento coletivo de trabalho. A comunidade participou ativamente das oficinas, o que gerou a formação de multiplicadores ambientais. Evidenciou-se que este tipo de projeto pode tornar-se uma alternativa de vida para as populações economicamente menos favorecidas.

Os estudos de Pavesi e Freitas (2016) mostram que a horticultura escolar tem uma função específica nas múltiplas dimensões da sustentabilidade, que consiste na construção da resiliência e da capacidade adaptativa de comunidades frente a perturbações e crises. Os Sistemas Socioecológicos (SSE), podendo a horta servir de exemplo, traz a possibilidade de integração entre campos disciplinares tradicionalmente separados, com a perspectiva de produzir efeitos na compreensão e na gestão de sistemas complexos formados pelos componentes natural e social, realizando o encontro de três qualidades inerentes: viabilidade econômica, integridade ecológica, justiça e coesão social. Os autores citam o caso da cidade de

Detroit, que passou pela migração da indústria automobilística, que ocasionou desemprego e pobreza e evidenciou uma paisagem devastada. A urgência em encontrar uma saída levou a população a organizar-se em torno de um projeto para reerguer a economia da cidade e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A solução encontrada foi cultivar o solo urbano, o que fez a comunidade engajar-se em processos de aprendizagem que lhe permitiram abrir mão de valores inspirados na modernidade, para resgatar suas raízes e saberes pré-industriais e assimilar e aplicar saberes científicos e técnicos, necessários para resolver problemas associados, como a recuperação de solos contaminados, a erosão de áreas ribeirinhas e o preenchimento da paisagem urbana, antes ocupada pela indústria. O projeto foi amplamente apoiado e promovido por uma rede de organizações governamentais e não governamentais, que ofereceram todo tipo de recursos para a comunidade e suas instituições, inclusive educativas. O projeto obteve bastante sucesso e mostrou que a efetividade de novas propostas pautadas na coprodução de conhecimentos e o trabalho em equipe levam a cenários alternativos e sustentáveis e constroem a capacidade adaptativa das comunidades. Os autores concluíram que, para chegar à sustentabilidade, é preciso traçar um caminho, planejar estratégias, fortalecer a capacidade adaptativa das pessoas e oferecer oportunidades para a aprendizagem situada e colaborativa, necessária para religar os mundos tradicionalmente separados entre seres humanos e a natureza. Sem essas estratégias, continua-se contribuindo para a perpetuação de uma cultura insustentável.

Também relacionado à perspectiva colaborativa, o estudo de Barata e Albuquerque (2018) aborda o processo de participação em programas de hortas urbanas de caráter comunitário, relacionando essa participação com a promoção da sustentabilidade local. O trabalho buscou compreender o que motiva os cidadãos a participarem, de que forma participam e quais os resultados dessa participação, tendo como estudo de caso as hortas urbanas no município de Cascais, que, desde 2005, desenvolve um programa de hortas comunitárias. Em 2016, existiam 11 hortas comunitárias nos terrenos de uma autarquia pública, que eram espaços de lazer abandonados. Os terrenos foram divididos e equipados com abrigos para ferramentas e pontos de água comuns, sendo cada espaço atribuído a um único titular, que recebe o auxílio de familiares. Os participantes, que foram selecionados

por ordem de inscrição, considerando a proximidade de sua residência em relação à horta, receberam formação prática e teórica sobre agricultura sustentável e biológica e sobre as normas de convivências nos espaços comuns. Os participantes apontaram o gosto pelo contato com a terra e com a natureza como uma das principais motivações para sua participação. Também mencionaram a melhoria da alimentação familiar, a possibilidade de obterem produtos hortícolas de maior qualidade e de evitarem o controle exercido pelas grandes plantações, que ditam o que os consumidores urbanos consomem, de verem crescer os seus próprios alimentos, desfrutando a sensação de liberdade de escolha por não terem de comprar produtos cultivados industrializados, sujeitos a tratamentos e fertilizantes químicos. A poupança na economia familiar também foi identificada como motivação e um benefício esperado, além da possibilidade de proporcionar aos filhos, um local para poderem estar em contato com a natureza, correr, sujar-se, semear, plantar, regar, etc. Viam no projeto a oportunidade de aprenderem sobre esta temática, retomarem tradições familiares e culturais, ocuparem o tempo livre, acessando um sentimento de satisfação por terem alcançado algo que contribuiu para o combate ao isolamento e para o estreitamento das relações de vizinhança. Os autores concluíram que os cidadãos são motivados pelo contato com a natureza, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida, da alimentação e, em alguns casos, pela possibilidade de poupança na compra de bens hortofrutícolas. A participação no projeto criou um sentimento de responsabilidade, potenciando o envolvimento em outros assuntos da comunidade.

Silva (2019) ressalta que a agricultura urbana contribui para a segurança alimentar, pois aumenta a quantidade e a qualidade de alimentos disponíveis para quem vive nas cidades, contribuindo significativamente para a qualidade de vida e para a estética do espaço urbano, além de minimizar os efeitos do aquecimento global, proporcionando ocupação e renda para os envolvidos.

Para a autora, o êxito do desenvolvimento da agricultura urbana depende do acesso à terra e a espaços para a comercialização dos produtos, além de conhecimentos acerca do manejo sustentável do processo, de modo a integrar a atividade agrícola com o ambiente urbano em expansão, o que requer alternativas que proporcionem qualidade de vida. A agricultura urbana, como política social, ampara marginalizados e pode inseri-los numa atividade produtiva por meio da

ocupação de áreas vazias. Ainda, em escolas, creches, institutos governamentais, em templos religiosos, as hortas podem ser usadas como instrumentos pedagógicos para crianças e jovens, gerando renda e segurança alimentar, além de ajudar no combate à fome, na conservação da biodiversidade, no desenvolvimento de atividades econômicas locais e regionais, na melhoria da paisagem e na qualidade de vida das pessoas.

Para Ribeiro e Franco *et al.* (2011), é importante recuperar as velhas práticas saudáveis e sustentáveis por meio de experiências agroecológicas e da agricultura urbana. O processo acelerado de urbanização das últimas décadas influenciou o consumo de alimentos das pessoas, bem como a escassez de tempo contribuiu para comportamentos alimentares inadequados, que causam muitos problemas de saúde. A diminuição do consumo de alimentos frescos e saudáveis como frutas e legumes e o aumento do consumo de ultraprocessados como enlatados e alimentos industrializados têm contribuído para estatísticas preocupantes, que alertam as autoridades em saúde em todo o mundo. A alta quantidade de calorias e a baixa quantidade de nutrientes vêm causando doenças crônicas como diabetes, sobrepeso, hipertensão, etc. O estudo aponta que as hortas servem como estratégia para a criação de “mutirões comunitários”, como forma de potencializar a produção agrícola integrando as pessoas ao projeto, ao mesmo tempo em que resgatam práticas solidárias esquecidas no tempo e empoderam por meio da conquista da autonomia. Os depoimentos coletados evidenciaram o desenvolvimento de competências na dimensão ambiental, sinalizando um novo olhar dos participantes para o meio ambiente e um desejo coletivo de contribuir para a preservação da natureza. Foram incorporadas práticas sustentáveis também em suas casas, comunidades, além de novas práticas agrícolas nas dimensões segurança alimentar e nutricional e saúde, sob diversos ângulos.

Segundo Ribeiro e Azevedo (2011), é possível produzir alimentos dentro do perímetro urbano e periurbano por meio de métodos intensivos, propiciando a estabilidade da força do trabalho, a produção diversificada de cultivos e a criação de pequenos animais durante o ano todo. A agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos de ecologia ao desenho e ao manejo de agroecossistemas sustentáveis, com foco no empoderamento do agricultor. É percebida como ciência em construção, com características transdisciplinares, que integra conhecimentos de

diversas outras ciências e incorpora o conhecimento tradicional, validado por meio de tecnologias científicas. As autoras desenvolveram uma experiência de agricultura urbana agroecológica na cidade de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo, por meio do Projeto Colhendo Sustentabilidade, baseado na sensibilização e na mobilização das famílias por meio de processos de capacitação para a produção agroecológica. O projeto capacitou 840 pessoas, abordando temas como saúde, meio ambiente, agroecologia, agricultura orgânica, permacultura, soberania, segurança alimentar, cooperativismo, associativismo e economia solidária. As ações contaram com a parceria de organizações da sociedade civil e do poder público municipal. Na segunda fase, o projeto foi ampliado com a implantação de 13 hortas comunitárias, em diversos bairros do município. Verificou-se que houve o desenvolvimento da consciência ambiental, alterações nos hábitos alimentares, além do desejo coletivo de contribuir com a preservação da natureza. Os resíduos orgânicos antes destinados ao aterro sanitário transformaram-se em adubo orgânico; os resíduos sólidos como pneu, madeira, entulho, entre outros passaram a fazer parte da infraestrutura das hortas. Ocorreram mudanças nos hábitos alimentares e de consumo, diminuindo as despesas com alimentos industrializados. No campo psicossocial, foram percebidas transformações em pacientes com problemas de depressão, fobia social ou dependência química. Essas pessoas tornaram-se mais proativas e foram inseridas socialmente. As autoras concluem que o projeto contribuiu para o fortalecimento do empoderamento local, para o protagonismo individual e coletivo, para a criação de um ambiente saudável, promovendo saúde e qualidade de vida, além da mobilização comunitária.

Orsini e Kahane (2013) entendem que o processo de urbanização traz consequências indesejáveis, como a redução de terras férteis, o desmatamento, a poluição do ar e da água, a redução da drenagem das chuvas e a criação de áreas periurbanas, onde as restrições socioeconômicas são exaltadas e a pobreza é condensada. As previsões para 2020 davam conta da existência de, no mínimo, 27 megalópoles, das quais 13 localizam-se na Ásia; seis, na América Latina; cinco, entre a Europa e a América do Norte; três, na África. A tendência é que em vez de fugir das cidades em direção às áreas rurais, os moradores estão agora se mudando para centros menores com boas conexões com a cidade. O artigo informa que mais da metade da população urbana vive abaixo da linha da pobreza, exposta à

insegurança laboral e alimentar e mais sujeita à violência e à criminalidade. A falta de recursos econômicos é a principal causa dessa vulnerabilidade. Nesse contexto, a horticultura urbana contribui de forma significativa para a segurança alimentar e nutricional dos moradores urbanos, com benefícios sociais, fisiológicos, socioeconômicos, culturais, educacionais e recreativos, principalmente, nos países em desenvolvimento. Os autores acreditam que a horticultura se tornará crucial para a sustentabilidade do abastecimento alimentar das cidades no futuro.

Os estudos ajudam a construir um panorama da agricultura urbana, demonstrando que ela está presente tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, com grande importância na vida das pessoas. Acreditamos que a chave para a tão sonhada sustentabilidade se relaciona diretamente com o estudo da agricultura urbana, pois, como os estudos evidenciam, quando ela é implantada de forma efetiva, traz resultados sociais satisfatórios sem agredir a natureza.

3 METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, esta realizada por meio de entrevistas com os horticultores. Concluídas as entrevistas, foi realizada a análise textual de todas elas.

A pesquisa bibliográfica tem como base materiais publicados em livros, revistas e periódicos. Duarte e Barros (2005, p. 54) ressaltam que os pesquisadores precisam revisar a literatura existente sobre o assunto para conhecer o que já existe e afirmam que “[...] a revisão da literatura acompanha o trabalho acadêmico desde a sua concepção até sua conclusão”. Além disso, a pesquisa bibliográfica inclui a análise integrativa, que, neste caso, diz respeito a estudos já realizados e publicados sobre o tema da dissertação.

A busca por esses estudos foi realizada entre abril e junho de 2020, no Portal de Periódicos da Capes, com os termos “hortas” e “comunitárias”, usando como filtro os últimos 10 anos. Foram encontrados 71 artigos. Ao ler os títulos e os resumos desses artigos, constatou-se que 18 estavam diretamente relacionados, de alguma forma, com o tema proposto nesta pesquisa. Além desses textos, foram incluídos

outros dois, que tratavam sobre hortas em Teresina, totalizando os 20 artigos, a partir dos quais definiram-se as categorias de análise do estudo empírico que compõe essa dissertação. A exclusão dos demais deu-se por não terem relação direta com o tema da pesquisa, tratando mais especificamente de questões alusivas às áreas da Pedagogia, Nutrição, Arquitetura, programas de habitação, saúde da família, etc.

Este estudo também buscou embasamento em documentos públicos ou privados, o que também o caracteriza como pesquisa documental, que é semelhante à bibliográfica, porém difere desta porque “se vale principalmente de fontes que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação específica” (CHEMIN, 2015, p. 61).

Nesta pesquisa, foram consultados os seguintes documentos que constam no acervo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e que contêm dados relevantes do município de Teresina: plano diretor municipal de hortas; manual do horticultor desenvolvido pelos técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Rural; planilhas com dados das hortas; campos agrícolas; revistas; relatórios; anais de trabalhos sobre Educação Ambiental; além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com os horticultores. Essas entrevistas, do tipo não-estruturadas, foram compostas por questões norteadoras que facilitaram a conversa entre o pesquisador e o pesquisado, colocando-os em sintonia. “Como qualquer relação pessoal, a arte de uma entrevista bem-sucedida depende fortemente da criação de uma atmosfera amistosa e de confiança” (GOLDEMBERG, 1998, p. 90). As entrevistas aconteceram na própria horta, por meio de visitas individuais a horticultores que manifestaram interesse em participar da pesquisa.

As conversas com os entrevistados levantaram dados de perfil (sexo, idade, estado civil, se reside no bairro, tempo que trabalha na horta), bem como permitiram identificar os pontos relevantes em relação ao que se definiu como categorias de análise, a partir dos elementos abordados nos artigos da pesquisa integrativa, que é foco de um dos objetivos específicos: aspectos sociais, institucionais, econômicos,

produtivos (conforme o QUADRO 1).

Quadro 1 - Categorias e aspectos abordados nas entrevistas

Categorias/Aspectos	Elementos
Sociais	Relacionamento nas hortas Trabalho coletivo
Institucionais	Divisão dos terrenos Capacitações Relacionamento com a Prefeitura Produção orgânica
Econômicos	Comercialização Financiamentos Renda
Produtivos	Culturas produzidas Aquisição de equipamentos Manejo Sistema de água Tratamento de solo

Fonte: Do autor (2021).

Os registros foram feitos através de anotações, fotos, vídeos e gravações no celular dos áudios proferidos pelos horticultores. Estiveram envolvidos no estudo exploratório seis hortelões: uma jovem, três idosas e dois idosos, que foram selecionados com a ajuda dos representantes das hortas. Eles foram escolhidos devido ao longo período como participantes da horta, bem como pelo destaque da produção em seus canteiros.

Esta parte do estudo (exploratório) foi realizada em três hortas (Promorar, Tabuleta e Itararé), que estão entre as dez maiores da cidade e concentram maior número de horticultores. A maioria dos entrevistados não tem o Ensino Fundamental completo. Alguns já estão aposentados e usam a horta como complementação de renda. A coleta de dados nas saídas a campo foi realizada entre janeiro e abril de 2021. No Quadro 2, caracterizam-se os entrevistados.

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados do estudo exploratório

Nome	Horta a que pertence	Idade	Estado Civil	Tempo de moradia no bairro
R	Promorar	62	Casada	12 anos
J	Promorar	65	Casado	16 anos

C.	Itararé	74	Casado	15 anos
MA	Itararé	61	Casada	25 anos
MH	Tabuleta	70	Casada	20 anos
F	Tabuleta	67	Solteira	20 anos

Fonte: Do autor (2021).

Na etapa do estudo aprofundado (após a qualificação), expandimos a coleta de dados para mais seis entrevistados, dessa vez, para conhecer, além dos aspectos relativos às categorias de análise definidas, suas histórias de vida. Nesta etapa, foram entrevistados outros seis hortelões (dois em cada uma das três hortas - Tabuleta, Promorar e Itararé), mantendo o estudo nestes três espaços (QUADRO 3).

Quadro 3 - Perfil dos entrevistados do estudo aprofundado

Nome	Horta a que pertence	Idade	Estado Civil	Tempo de experiência de trabalho em horta
1 - Josefa	Itararé	58	Casada	10 anos
2 - James	Itararé	38	Casado	21 anos
3 - Luzinete	Promorar	63	Casada	47 anos
4 - Maria Edileusa	Promorar	53	Casada	23 anos
5 - Maria de Jesus	Tabuleta	45	Casada	17 anos
6 - Antônio	Tabuleta	73	Casado	52 anos

Fonte: Do autor (2021).

As entrevistas foram realizadas individualmente, contemplando as categorias mencionadas anteriormente. Também foi entrevistado um ex-gestor da Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR), a fim de obter informações sobre as especificidades de cada espaço, as regras gerais para a aquisição de um canteiro e o processo de participação das pessoas neste programa.

Os dados foram tratados por meio da análise textual (MORAES, 2005), que se aprofunda e mergulha nos discursos para compreendê-los. O conjunto de textos submetido à análise passou pela categorização definida *a priori*, gerando relações que produziram novos entendimentos. Isso, porque a análise textual qualitativa é um processo que se propõe a fazer uma leitura aprofundada de materiais textuais, a fim de descrevê-los e interpretá-los (MORAES, 2005).

Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e os termos de cedência de uso de imagem. A pesquisa está atrelada ao projeto do grupo de pesquisa, com parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da

Univates, registrado junto à Plataforma Brasil, que autoriza a forma de coleta de dados. Número do Parecer: 5.044.134.

4 DINÂMICAS EM HORTAS COMUNITÁRIAS DE TERESINA

O projeto Hortas Comunitárias de Teresina é reconhecido internacionalmente, tendo sido premiado como semifinalista entre os melhores “Programas de Gestão Pública e Cidadania” pela Fundação Getúlio Vargas/Fundação Ford, realizado em 1996. Em dezembro de 1999, Teresina foi incluída entre as seis cidades da América do Sul e do Caribe, escolhidas para apresentar seus projetos de agricultura urbana (hortas comunitárias), no encontro da Organização das Nações Unidas, que aconteceu em abril de 2000, em Quito, capital do Equador.

Além de Teresina, somente Brasília representou o país no evento, que teve como objetivo divulgar as iniciativas geradoras de trabalho e renda no setor de agricultura urbana. As outras cidades participantes foram Texcoco (México); Havana (Cuba); Cuenca (Equador); e Camilo Aldao (Argentina) (MANUAL DO HORTICULTOR SDR-THE, 2013).

Teresina conta com 45 hortas espalhadas em todas as zonas da capital, sendo 42 urbanas, que reúnem 1719 lotes (QUADRO 4). Além disso, cerca de 10 mil pessoas vivem direta ou indiretamente da produção de hortaliças nas hortas urbanas. A maior delas é a do bairro Itararé, na Zona Sudeste da capital. Esta horta, criada em 1986, tem cinco quilômetros de extensão.

O projeto hortas comunitárias em Teresina contribui para uma cidade mais saudável, uma vez que estimula a prática do trabalho coletivo, promovendo a dignidade das famílias atendidas. O projeto propicia uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que moram nos arredores da horta, principalmente, devido à oferta diária de hortaliças variadas para a dieta alimentar. É importante salientar que, aos sábados, as pessoas da comunidade saem de suas casas e vão à horta comprar legumes e verduras, processo que gera renda através da venda desses produtos.

Quadro 4 - Total de hortas do município de Teresina

Zona	Hortas nº	Área (ha)	Nº lotes
------	-----------	-----------	----------

Urbana	42	101,4	1.719
Rural	3	5,0	122
Total	45	106,4	1.841

Fonte: Branco e Alcântara (2011).

As hortas comunitárias rurais, que envolvem 122 hortelões, estão distribuídas conforme ilustra o Quadro 4.

Quadro 5 - Relação das hortas comunitárias na zona rural

Item	Denominação/zona	Ano	Área (ha)	Nº lotes
01	Ave Verde	2001	1,0	22
02	Cerâmica Cil		2,0	50
03	Soinho	2008	2,0	50
	TOTAL	-	5,0	

Fonte: Branco e Alcântara (2011).

O ex-gestor da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) relatou que, no início do processo, foi feita uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CHESF) e a Prefeitura de Teresina, a fim de aproveitar os terrenos por onde passam suas linhas de transmissão (local insalubre para a construção de unidades habitacionais), para implantar hortas comunitárias. Também foram aproveitadas áreas da própria prefeitura às margens dos rios e na periferia da cidade. Do total de 40,4 ha de hortas implantadas sob os fios de alta tensão da CHESF/CEPISA, 22,6 ha são contínuos e interligam as hortas Itararé, Renascença, Parque Ideal, Vila Paris e Monte Horebe.

Quadro 6 - Total de hortas implantadas sob os fios de alta tensão da CHESF/CEPISA

Item	Denominação/zona	Ano	Área (ha)	Famílias beneficiadas
01	Itararé/SE	1987	9,0	120
02	Renascença/SE		3,2	38
03	São Francisco Norte/N		1,0	20
04	Promorar/S		2,0	41
05	São Francisco Sul/S	1988	1,0	10
06	Santa Maria da Codipi/N		4,0	50
07	Nova I/LE	1989	4,0	30 (Continua...)
Item	Denominação/zona	Ano	Área (ha)	Famílias beneficiadas

08	Santa Luzia/S	1993	1,0	5
09	Dique/N	1994	4,0	15
10	Ideal/SE		8,0	100
11	Risoleta Neves/N		1,0	36
12	Nova II/LE ⁽⁶⁾	1995	3,0	40
13	Beira Rio/N ⁽⁵⁾		4,3	100
14	Monte Horebe/SE	1996	1,0	26
15	Mafrense ⁽¹⁾ /N		1,5	38
16	Wall Ferraz/N		8,0	134
17	Piçarreira/LE	1997	2,0	40
18	Tabuleta/S		5,5	100
19	Geovane Prado/LE	1998	2,8	81
20	Monte Verde/N		1,3	30
21	Alto da Ressurreição/SE	1999	0,9	28
22	Apolônia/N		2,0	40
23	Bel Terra/SE		1,4	15
24	Carlos Feitosa/N		3,0	60
25	Glória I/S		1,9	40
26	Glória II/S		1,0	23
27	Avião/LE ⁽⁵⁾		0,1	1
28	Sinhá Borges/N		2,0	56
29	Ferrovária/SE		1,8	23
30	Fraternidade/LE		2,0	45
31	Irmã Dulce/S		3,8	78
32	Nossa Senhora da Guia/SE		1,0	18
33	Nossa Senhora do Rosário/S		0,7	20
34	Nova III/LE		1,8	38
35	Paris/SE		2,0	23
36	Santa Fé/S		2,6	36
37	Poti/SE		0,8	26
38	Ininga/LE		1,0	2
39	São Raimundo/SE		2,0	36
40	São Francisco Sul II/S		1,0	18
41	Alegria/S	2,0'	24	
42	Avião II	2005	1,0	15

Fonte: Branco e Alcântara (2011).

Além das hortas comunitárias rurais e urbanas, há 12 campos agrícolas em

funcionamento e 17 em implantação. Mesmo não sendo o objeto de estudo, entende-se relevante caracterizá-los minimamente nas zonas rural e urbana, o que se faz nos quadros que seguem. São 367 lotes, numa área de 99,3 ha.

Quadro 7 - Campos agrícolas na zona urbana de Teresina

Item	Denominação/zona	Ano	Área (ha)	Nº lotes
01	Sta M. da Codipi II ⁽²⁾ /N	1999	5,4	22
02	Apolônia II ⁽²⁾ /N		20,0	48
03	Monte Verde ² /N		4,7	20
03	Sinhá Borges II ⁽²⁾ /N		11,2	32
04	Alegria ² /S	2000	8,0	16
05	Camboa ⁽²⁾ /N	2004	5,0	8
	TOTAL	-		

Fonte: Branco e Alcântara (2011).

Quadro 8 - Relação dos campos agrícolas na zona rural

Item	Denominação/zona	Ano	Área (ha)	Nº lotes
01	Ave Verde II/N		2,0	16
02	Baixão do Tamboril/LE		4,0	7,0
03	Nova Olinda/SE		3,0	22
04	Serra do Gavião/LE		8,0	16
05	Tapuia/LE	2004	12,0	25
06	Soinho/LE	2008	2,0	50
07	Eliza Romaro/N	2011	10,0	10
	Total	-	,0	

Fonte: Branco e Alcântara (2011).

Quadro 9 - Total dos campos agrícolas do município de Teresina (quadro-resumo)

Zona	Campos nº	Área (ha)	Nº lotes
Urbana	5	56,3	161
Rural	7	43	206
Total	12	-	-

Fonte: Branco e Alcântara (2011).

Segundo o ex-gestor da SDR, o perfil dos horticultores é de pessoas que já estão há muitos anos envolvidas no programa. A maioria são mulheres, na faixa etária entre 55 e 65 anos, cujos filhos e netos nem sempre querem continuar o trabalho. Segundo um dos entrevistados, o que motiva essas pessoas a

permanecerem por muito tempo nas hortas é que, com 15 anos de trabalho comprovado, e com a idade mínima de 65 anos, o horticultor tem direito à aposentadoria. Ainda, a partir das entrevistas, foi possível observar questões relacionadas à melhoria de vida, bem como insatisfações decorrentes da falta de apoio dos órgãos públicos.

Considerando o dito até aqui, estão elencados, na sequência, diversos aspectos que contribuem para o entendimento de outros desdobramentos das hortas. Os dados coletados em relação às quatro categorias de análise são oriundos das entrevistas realizadas com 12 hortelões (seis no período do estudo exploratório e seis no período do estudo aprofundado).

4.1 Aspecto social

Quadro 10 - Categoria social e seus elementos

Categoria	Elementos
Social	Relacionamento nas hortas Trabalho coletivo

Fonte: Do autor (2021).

4.1.1 Relacionamento nas hortas

Segundo alguns horticultores do bairro Itararé, o aspecto mais positivo da horta é a convivência da população idosa, que propicia fortes e saudáveis laços de amizade. Além disso, constatou-se que, nos ambientes das hortas, também existem conflitos de natureza humana, como a venda informal de lotes, em que os hortelões repassam seus canteiros para outros, sem a anuência da prefeitura, além de pequenos furtos de encanação ou de equipamentos, por exemplo.

Como a região de Itararé fica em zona periférica e não dispõe de iluminação durante a noite, vândalos entram no espaço da horta e furtam os equipamentos de trabalho. A esse respeito, questionou-se a viabilidade de contratação de um vigia; porém, os entrevistados afirmaram não haver consenso entre os hortelões, já que nem todos aceitam pagá-lo.

Apenas na horta de Itararé foram relatados conflitos. Na horta do bairro Itararé, foi detectado um conflito de natureza política, pois o espaço destinado às reuniões dos hortelões foi cedido pela gestão anterior a uma família que usa o espaço para a realização de festas particulares, o que caracterizou um conflito e vem sendo objeto de questionamento junto à Prefeitura. O atual prefeito prometeu aos hortelões retomar o espaço e entregá-lo aos hortelões, mas, até o fim desta pesquisa de campo, não se constatou a resolução do problema.

Quanto às reuniões para tratar dos problemas, elas sempre ocorrem, organizadas pelo coordenador da horta. Na Tabuleta, elas são semanais. Em algumas oportunidades, os técnicos da prefeitura comparecem para dar sua contribuição, mas, na maioria das vezes, são compostas por membros das próprias hortas, que se reúnem com a finalidade de resolver pequenos problemas e achar soluções em conjunto. Entre os problemas mais comuns, os entrevistados citaram a falta de melhorias estruturais das hortas, como, por exemplo, a expansão do sistema de irrigação e de bombeamento. A segurança, tema de conversas entre eles, é uma grande preocupação dos hortelões.

4.1.2 Trabalho coletivo

Quanto ao quesito mobilização para o trabalho coletivo, verificou-se, que, na horta da Tabuleta, ela foi efetiva para dar início à horta, mas, atualmente, só ocorre como sistema de mutirões, sempre que a mata avança e invade os caminhos por onde passam os clientes que compram os legumes. Quando isso acontece, todos os hortelões se reúnem para fazer a limpeza do terreno e deixar o caminho limpo para a livre circulação do público. Os demais trabalhos são realizados individualmente.

Na horta do bairro Promorar, constatou-se que, em algumas oportunidades, quando um hortelão está doente ou em dificuldades financeiras, costuma-se realizar mutirões de limpeza e de plantio nos canteiros da pessoa, como uma espécie de ação social, para ajudar o companheiro em dificuldade.

Também se constatou que, em algumas ocasiões, é feita uma vaquinha entre os hortelões para o conserto de máquinas e equipamentos.

4.2 Aspectos institucionais

Quadro 11 - Categoria institucional e seus elementos

Categoria	Elementos
Institucional	Divisão dos terrenos Capacitações Relacionamento com a Prefeitura Produção orgânica

Fonte: Do autor (2021).

4.2.1 Divisão dos terrenos

A ideia de criar as hortas surgiu como incentivo para a produção e como forma de gerar renda para as famílias. No bairro Promorar, existia um terreno baldio pertencente à prefeitura, que foi adaptado para a construção da horta. Já as hortas da Tabuleta e de Itararé foram implantadas pela Prefeitura em áreas por onde passava a linha de transmissão da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e Parnaíba (CHESF), que estavam ociosas.

Uma das entrevistadas da Tabuleta conta que o terreno foi adaptado. A área foi desmatada pelas máquinas Prefeitura e os hortelões, coletivamente, terminaram de beneficiá-la, limpando e retirando os tocos ainda existentes. A principal reivindicação da horta hoje é uma área maior para trabalhar.

O ex-gestor da SDR informou que, para a aquisição de um canteiro, a equipe de assistentes sociais promove uma seleção, visando pessoas que têm aptidão para o trabalho na horta. Em seguida, é feito um cadastro e uma análise de perfil, a fim de identificar se há realmente interesse da pessoa em produzir. Todavia, em muitas situações, entende-se que a prefeitura perde o controle e muitos selecionados passam, informalmente, o canteiro para membros da família ou para amigos ou até vendem o lote, sem autorização do órgão responsável. Quando é detectada a irregularidade, o terreno é retomado e o infrator perde o direito sobre a terra.

As entrevistadas da Tabuleta informaram que há uma lista de espera de pessoas que querem trabalhar na horta e que não ocorre venda informal de lotes. O controle é feito pela Associação, junto com os assistentes sociais da Prefeitura.

No caso de dois entrevistados, um no bairro Tabuleta e outra no Bairro Promorar, evidenciou-se a necessidade de evolução da Prefeitura no quesito “aquisição de canteiros”, pois as pessoas começaram a progredir financeiramente e se viram impossibilitadas de crescer, por não haver mais canteiros disponíveis na horta. Por isso, procuraram terrenos privados para aumentar a produção e, conseqüentemente, a renda. Como contraponto ao problema, foram detectados vários terrenos abandonados, improdutivos, mas sem possibilidade de serem cedidos a outras pessoas, pelo fato de já terem donos, que não cederam os direitos de produção. Nas demais hortas, os hortelões convivem satisfeitos com seus lotes.

4.2.2 Capacitações

No que diz respeito à capacitação e aos treinamentos dos horticultores, as entrevistas apontam que a prefeitura, esporadicamente (a cada 3 ou 4 anos), oferta cursos aos trabalhadores, número considerado insuficiente pela maioria dos produtores. A tendência é as capacitações ocorrerem em período eleitoral, conforme foi relatado por entrevistados das três hortas.

Entrevistadas da Tabuleta relatam que foram disponibilizados cursos de capacitação aos hortelões, os quais ajudaram muito na produção. Constatou-se que a prefeitura já realizou uma capacitação sobre agricultura orgânica. A respeito das temáticas dos cursos, o ex-gestor da SDR disse que a finalidade das capacitações promovidas pela prefeitura através de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social é abordar, por exemplo, o manejo correto dos espaçamentos e da quantidade de insumos, etc.

Evidenciou-se que há cursos de capacitação oferecidos pela prefeitura em todas as hortas visitadas, principalmente, de agroecologia, focado no combate às pragas existentes na horta com remédios naturais, sem o uso de inseticidas ou produtos químicos. Foram relatadas experiências com a folha do “Nim”, árvore de origem indiana que tem propriedades repelentes a insetos, experiências com cinzas de queimadas, com sabão neutro, entre outras, ainda em testes.

4.2.3 Relacionamento com a prefeitura

O relacionamento com a Prefeitura tende a ser atravessado por conflitos. Muitas reclamações foram relatadas pelos hortelões entrevistados, como a falta de água no bairro Itararé, a falta de apoio técnico e a falta de manutenção dos poços no bairro Promorar, além da falta de segurança, que se caracteriza como um dos maiores problemas no bairro Tabuleta.

Chamou atenção a observação de uma hortelã do bairro Itararé a respeito da necessidade de um banheiro nas hortas. Em nenhuma das hortas visitadas foi detectada a existência de instalação sanitária que atendesse a essa necessidade primária de bem-estar.

No bairro Promorar, também foi relatado um problema relacionado ao transporte, que, muitas vezes, não atende a demanda da horta, causando prejuízos aos hortelões, que não conseguem entregar sua produção em tempo hábil.

Uma horticultrice do bairro Tabuleta comentou que existem muitas reclamações entre os horticultores, relativas ao comodismo. Apesar dos investimentos feitos pela prefeitura, como cercamento, troca da bomba por uma mais potente, entrega de aspersores, de mangueiras de gotejamento e de pagamento da energia elétrica (que é 100% custeado pela prefeitura), segundo ela, muitos agricultores não valorizam esse apoio e reclamam sem motivo aparente.

4.2.4 Produção orgânica

Uma novidade que surgiu em 2016 foi a produção orgânica; porém, a certificação desse tipo de produção pelo Ministério da Agricultura ainda está em processo. Essa parceria envolve dez hortas e órgãos como o Sebrae, a Universidade Federal do Piauí, a SDR e a Embrapa.

Para que haja a certificação de produtos orgânicos, não é permitido nenhum uso de produto químico. Até o esterco utilizado nessas hortas precisa ser feito de compostos orgânicos adquiridos pela prefeitura numa usina de compostagem, com a qual foi firmado um convênio, envolvendo a companhia energética da cidade

(Equatorial) e duas indústrias de envasamento de água de coco. Na produção desse composto orgânico, usa-se toda a poda de árvores e cascas de coco, que devem seguir para a usina, onde os resíduos são triturados e misturados a outros compostos orgânicos, como o esterco, passando por um período de decomposição que dá origem ao adubo agroecológico.

No bairro Promorar, foi citada a má qualidade do adubo agroecológico vindo da usina de compostagem. Segundo o hortelão, vêm muitas impurezas no adubo, como pedras, restos de animais, plástico, entre outros materiais, o que o levou a recusar o recebimento do adubo em algumas oportunidades e optar por continuar com o adubo orgânico. Nas demais hortas, não houve observações sobre o adubo.

Figura 1 - Produção de composto orgânico



Fonte: Do autor (2021).

A Unidade de Compostagem Pedra Mole/Anita Ferraz, mantida pela prefeitura de Teresina, produz entre 50 a 60 toneladas de material todos os meses, montante que é utilizado na fabricação de composto orgânico para o plantio de hortaliças em hortas e campos agrícolas da cidade, sem uso de agrotóxicos. Segundo o ex-gestor da SDR, a produção da usina de compostagem tem várias vantagens: o custo de produção é baixo e o produto não oferece riscos de contaminação aos trabalhadores, aos consumidores e ao meio ambiente. “Buscamos aproveitar melhor os recursos naturais existentes de forma sustentável, dando um incremento na produção de hortaliças”, diz.

Ele explica que o volume de produção varia, uma vez que a quantidade de matéria-prima depende da poda de árvores feita pela Equatorial e da coleta das cascas de coco verde, feita por duas envasadoras da cidade. Todo o material é destinado a hortas e campos agrícolas, que produzem alimentos sem uso de agrotóxicos. No total, são oito hortas comunitárias de base agroecológica: Camboa, Cerâmica Cil, Serra do Gavião, Assentamento 17 de Abril, Ave Verde, Soim, Assentamento Alegria e Vale da Esperança. Através da SDR, os horticultores recebem todo o suporte nas áreas de técnicas agrícolas, agronomia e assistência social.

“Esse é um compromisso da gestão municipal de apoiar a produção sustentável, ajudando não só os horticultores, mas também o meio ambiente”, ressalta o ex-gestor da SDR. Ele ainda diz que a maioria das podas vão diretamente para o aterro sanitário da cidade, descaracterizando sua função. Nesse sentido, a ampliação da usina de compostagem seria uma solução ideal para o problema ambiental das podas, pois ajudaria a diminuir os custos dos horticultores e melhorar o desempenho e a produção, gerando emprego e renda de forma sustentável.

4.3 Aspecto econômico

Quadro 12 - Categoria econômica e seus elementos

Categoria	Elementos
Econômico	Comercialização Financiamentos Renda

Fonte: Do autor (2021).

4.3.1 Comercialização

Com relação à comercialização da produção, observou-se que a maioria dos indivíduos vende seus produtos na própria horta, enquanto outros preferem ir para as feiras livres, onde conseguem um preço melhor, vendendo os produtos diretamente aos munícipes, que sempre procuram alimentos frescos e saudáveis. Também, semestralmente, a Prefeitura realiza a feira do produtor em pontos variados da cidade, como praças, bairros e ginásios, onde são disponibilizados

espaços para que os horticultores exponham e vendam seus produtos.

Ainda há os cadastrados em programas governamentais como o Compra Direta, através de convênio com a prefeitura, que compra a produção para abastecer as escolas do município. O ex-gestor da SDR afirmou que grande parte dela vai para a merenda escolar municipal através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Também vendem por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os horticultores, por meio das associações que os representam, celebram convênios com a Secretaria Municipal de Educação (Semec) e vendem seus produtos a preço de mercado.

4.3.2 Financiamentos

Com relação aos programas sociais de auxílio ao pequeno produtor, verificou-se que os hortelões recebem apoio do Banco do Nordeste para pequenos empréstimos. Para concedê-lo, o representante do banco vai à horta e analisa a viabilidade do projeto; porém, para ter acesso ao empréstimo, os hortelãos precisam ter um documento emitido pela Agência de Defesa Agropecuária do Piauí (ADAPI), atestando que eles são agricultores urbanos. O fomento ao crédito, bem como a dinamização dos canais de comercialização que conduzem os horticultores à independência com relação à prefeitura ainda são emergentes.

A respeito dos recursos que financiam as hortas, a maior parte da manutenção é feita com recursos do tesouro municipal. A SDR, segundo o ex-gestor, dá suporte às hortas nos quesitos técnicos e de infraestrutura, por meio de sua equipe de técnicos (assistentes sociais, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas). Ainda, de acordo com o ex-gestor, o Banco Popular da Prefeitura tem uma linha de crédito para os horticultores, que é utilizada com frequência.

Na horta do bairro Tabuleta, foi mencionada a falta de compromisso de alguns hortelões com os financiamentos adquiridos. Conforme os relatos, muitos usam o dinheiro que deveria ser investido na horta para comprar bens materiais como motos, carros, entre outros bens, fato que tem contribuído para a negativação do nome de muitos hortelões e a consequente negativa para adquirir novos financiamentos. Nas demais hortas, não houve relatos desta natureza.

4.3.3 Renda

A renda média mensal dos hortelões das três hortas está entre meio e a dois salários mínimos. Contudo, há hortelões que ganham menos de meio salário. A renda é oriunda das vendas na horta, nas feiras livres e da entrega para a merenda escolar, por meio das associações.

Mesmo com dificuldade, percebeu-se que a renda mensal oriunda do trabalho nas hortas é um complemento, usado na subsistência da família. Tal acontecimento demonstra a importância dessa atividade, não só enquanto fator de melhoria da qualidade alimentar das famílias, mas também como promotora de ganhos extras para os participantes, uma vez que muitos deles ascendem economicamente.

Dois entrevistados mencionaram uma renda acima da média dos demais hortelões, justificada pelo fato de os dois serem empreendedores que ultrapassam o limite da horta e adquirem ou alugam terrenos para aumentar a produção. Porém, a tendência é ficar com uma renda na faixa de um salário mínimo. Uma das hortelãs relata que a horta lhe deu maior renda, além de outras experiências profissionais.

Nessa vida já fiz de tudo, trabalhei em casa de família, em restaurante, fui garçõete, vendia galinhas, porcos, mas até hoje o melhor trabalho que encontrei foi aqui na horta. Daqui consegui construir duas casas, uma para mim e outra para minha filha, tenho carro, moto e vivo uma vida tranquila sem dever a ninguém (F, participante 1).

Figura 2 - Mulher com tomates colhidos da horta



Fonte: Do autor (2021).

O ex-gestor da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) afirma que, para muitas pessoas, as hortas comunitárias deixaram de ser apenas um complemento de renda e passaram a ser uma fonte real de recursos para o sustento das famílias de menor poder aquisitivo.

Observou-se que, em algumas hortas, uma das maiores fontes de renda dos hortelões é a venda através dos programas de governo como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de outros, de compra direta do governo.

Também foram apontados os baixos preços pagos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o que, muitas vezes, inviabiliza a venda da produção. Muitos desses programas incentivaram os hortelões a saírem de sua zona de conforto e procurarem novas oportunidades, como foi o caso de uma hortelã do bairro Promorar, que adquiriu um terreno na cidade vizinha para ampliar sua produção e melhorar sua renda. Quando os preços pagos pelos programas sociais do governo são baixos, desestimula-se a produção e ocorre a desistência nos cadastros.

4.4 Aspectos produtivos

Quadro 13 - Categoria aspectos produtivos e seus elementos

Categoria	Elementos
Aspectos Produtivos	Culturas produzidas Aquisição de equipamentos Manejo Sistema de água Tratamento de solo

Fonte: Do autor (2021).

4.4.1 Culturas produzidas

As principais culturas observadas nas hortas foram a cebolinha, o coentro, a couve, a alface, a beterraba, o tomate cereja, a cenoura e algumas plantas medicinais como mastruz, malva do reino, cidreira, capim-santo, etc. Destas, as culturas mais rentáveis e procuradas são as hortaliças, produzidas nas três hortas

em estudo.

Quadro 14 - Comparação entre os dois sistemas de produção

Parâmetro	Horta convencional	Horta tipo campo agrícola
Principais culturas recomendadas	Cebolinha, Coentro, Alface e Couve	Macaxeira, Feijão, Milho, Melancia e Batata-doce

Fonte: Do autor (2021).

Quanto às sementes, uma parte é fornecida pela Prefeitura, através de um convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Secretaria Estadual de Agricultura, ao passo que outra é financiada diretamente pelos hortelões.

Figura 3 - Vista da horta



Fonte: Do autor (2021).

Figura 4 - Vista da horta [2]



Fonte: Do autor (2021).

4.4.2 Aquisição de equipamentos

Os equipamentos para o trabalho, como pás, enxadas, carrinhos de mão e regadores, geralmente são financiados com recursos dos próprios trabalhadores, havendo esporadicamente (de 4 em 4 anos), a distribuição de novos materiais pela prefeitura, porém, considerada insuficiente. Uma horticultora também cita alguns outros investimentos feitos pela prefeitura, como o cercamento, a troca da bomba, dos aspersores, das mangueiras de gotejamento e o pagamento de 100% da energia elétrica.

Com relação à ajuda dos órgãos governamentais, a entrevistada da Tabuleta afirma que já receberam os *kits* de aspersão, alguns equipamentos como pás, enxadas e, através da emenda parlamentar de um deputado federal, foi adquirida uma espécie de moto furgão para a entrega das hortaliças, além de um trator de arado, doado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Coodevasf), empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Na garagem da Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR), constatou-se que havia várias motocicletas de arado e motocicletas-baú de transporte de alimentos em estado de abandonadas, além de vários equipamentos como botas, pás, enxadas empilhadas e guardadas. Se esses equipamentos

recebessem manutenção adequada, poderiam ajudar muito na produção das hortas.

4.4.3 Manejo

As principais pragas identificadas foram lagartas, formigas e pulgões, que geralmente são combatidos com inseticidas vendidos no mercado. Já as plantas daninhas, controladas através de capina manual, não chegam a ser um fator que atrapalha a produção, pelo fato de a cidade ser muito quente e não constituir um habitat muito favorável a essas espécies. Uma horticultora do bairro Promorar afirmou que não há uma solução definitiva para a formiga e que é necessário aprender a conviver com elas, pois ela muda de lugar com facilidade.

Conforme mencionado pelos entrevistados, a prefeitura já realizou uma capacitação sobre agricultura orgânica, porém o número de participantes foi pequeno. Alguns confessaram que já ouviram falar de agricultura orgânica e que têm interesse em aprender mais sobre o assunto.

Chamou atenção uma capacitação oportunizada pelo Banco do Nordeste a respeito do combate às pragas com inseticidas naturais. Para combater a lagarta, por exemplo, pega-se a folha do Nim (árvore bastante usada como sombra na porta das casas), tritura-se e mistura-se esse material com água, deixando a solução reagir por 10 minutos. Em seguida, coloca-se a mistura no regador e aplica-se sobre as plantas.

Outra planta que pode ser usada como inseticida é a folha da cebola verde, que, triturada e misturada à água, é muito eficiente para o combate ao pulgão. Para o combate ao gafanhoto, recomenda-se o uso de uma solução feita com 200g de sabão em pó misturados a 200ml de água sanitária, colocada junto ao sumo de dez limões misturados em 20 litros de água numa bomba de pulverização. O conteúdo aplicado nos canteiros tem evitado o ataque de pragas.

No que diz respeito às pragas, as entrevistadas da Tabuleta mencionam que são controladas com inseticidas naturais, como a calda de mamão e de Nim, que são aplicadas nas plantas através de um borrifador. Quanto às formigas, entendem que é preciso aprender a conviver com elas. Já o pulgão e a lagarta precisam ser

controlados.

Com relação à adubação, a prefeitura não disponibiliza o esterco para os horticultores, mas um carro para o transporte e dá apoio técnico. O esterco é comprado em conjunto pelos hortelões.

4.4.4 Sistema de água

Quanto às instalações hidráulicas, percebeu-se uma disparidade entre as hortas do bairro Promorar e as da Tabuleta e de Itararé. Em todas elas, existe um poço artesiano montado com bomba submersa que fornece água aos horticultores; no entanto, enquanto no primeiro bairro a nutrição das plantas (rega) é feita de forma manual pelos hortelões, nas outras duas, existe um moderno sistema de irrigação por aspersão, que facilita a vida dos horticultores, proporcionando resultados mais rápidos e eficientes.

Constatou-se que, no bairro de Itararé, o sistema de irrigação não abrange todos os horticultores, pois ainda está em fase de implantação. Nesse sentido, quando ocorrem problemas de natureza elétrica, que prejudicam o funcionamento do poço, os próprios hortelões se organizam e fazem uma espécie de “vaquinha”, para arrecadar o dinheiro necessário para o conserto do sistema. Segundo eles, esperar pela prefeitura é muito burocrático e demorado e acaba prejudicando a produção.

As entrevistadas da Tabuleta relataram que a máquina da Prefeitura perfurou o poço e instalou uma caixa d'água de 10.000 litros. O sistema hidráulico, segundo as entrevistadas, está satisfatório. A irrigação é feita por microaspersão, atendendo a todos os horticultores

No bairro Promorar, descobriu-se um poço montado com uma caixa d'água e com toda a encanação pronta, mas, parado há anos, por falta de bomba. Segundo os horticultores, esse poço adicional poderia melhorar muito o trabalho de todos, pois o único poço existente é insuficiente para a quantidade de canteiros, principalmente, porque falta água para os canteiros mais afastados. Vale lembrar que esses elementos evidenciam a burocracia do serviço público.

Como incentivo à produção nas hortas, foi informado pelo ex-gestor da

Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) que a Prefeitura se encarrega de toda a parte de perfuração e de manutenção dos poços.

Quadro 15 - Comparação entre os dois sistemas de produção

Parâmetro	Horta convencional	Horta tipo campo agrícola
Fonte de água para irrigação	Poço tubular	Águas superficiais de rios.
Sistema de irrigação	Condução da água até os lotes com armazenamento em manilhas. A rega dos canteiros é manual.	Sistema de irrigação usando aspersores.

Fonte: Do autor (2021).

4.4.5 Tratamento do solo

No que diz respeito ao aspecto ambiental, são adotadas várias alternativas para manter o solo mais fértil, entre elas, a utilização de cobertura morta (especialmente palha de coco), que preserva o solo, acrescentando nutrientes. Essa técnica é muito utilizada nos canteiros de coentro e de cebolinha, que não suportam a intensidade da luminosidade. No geral, a adubação é o esterco animal, mas também se aplica adubação química (NPK). Ainda pouco difundida, usa-se também a adubação vegetal/verde (a compostagem orgânica está em processo, mas não atende a todas as hortas, conforme já abordado).

4.5 Considerações sobre o estudo por categorias

Concluído o estudo aprofundado, ficou evidenciada a redundância nas respostas quanto aos aspectos abordados nas categorias, o que ratifica a validade científica do estudo qualitativo com a amostra de 12 entrevistados, divididos entre as três hortas comunitárias nas quais foi realizado o estudo empírico.

A síntese dos resultados em relação à categoria social aponta a presença de vínculos sociais e de aspectos solidários entre os hortelões, bem como conflitos

decorrentes de disputas pelo uso dos espaços e por insegurança. Quanto à categoria relativa a questões institucionais, foram evidenciadas a falta de uma política mais efetiva com relação à distribuição de terrenos; a falta de continuidade nas capacitações, apesar do interesse; o cumprimento parcial por parte do município quanto ao apoio e à estruturação para um trabalho mais efetivo nas hortas comunitárias. Com relação aos aspectos econômicos, verificou-se a presença de canais de comercialização heterogêneos, com acesso a financiamentos, evidenciando-se uma pequena até média ascensão econômica para quem migrou para o trabalho nas hortas comunitárias, tendo alguns melhorado bastante seu poder econômico familiar. Quanto aos aspectos produtivos, verificou-se que há pouca diversidade de culturas produzidas pelos hortelões; faltam equipamentos facilitadores do trabalho nas hortas, além da dificuldade de acesso ou acesso irregular à água; mistura de formas de manejo e de tratamento do solo (convencional e orgânica), com tendência à aceitação de práticas ecologicamente mais sustentáveis, o que não é devidamente explorado por falta de apoio técnico e de capacitação dos hortelões.

Quadro 16 - Síntese dos resultados conforme categorias e a dinâmica de seus elementos

Categorias/Aspectos	Elementos dinamizados pelas hortas
Social	<p>Relacionamento nas hortas: reuniões para a busca de soluções coletivas (infra-estrutura, irrigação); favorece laços de amizade; gera boa convivência; conflitos em decorrência de venda informal de lotes/canteiros; cedência de espaços da horta para uso privado; existência de furtos.</p> <p>Trabalho coletivo: mutirões para a limpeza dos caminhos da horta; por solidariedade a hortelões com dificuldades; “vaquinha” para consertos de máquinas e equipamentos.</p>
Institucionais	<p>Divisão dos terrenos: hortas instaladas em terrenos baldios ou ociosos, sob linhas elétricas; seleção de hortelões por cadastramento, aptidão e interesse; repasse informal e irregular de lotes/canteiros entre hortelões; falta de lotes/canteiros para produtores limita a renda, enquanto há lotes/canteiros abandonados e improdutivos que não são cedidos para produtores que têm interesse.</p> <p>Capacitações: apesar do interesse por capacitação, os cursos promovidos pela Prefeitura são esporádicos e insuficientes, não atendendo todos os hortelões; alguns em parceria com governo federal, cursos de manejo, técnicas de produção, especialmente orgânica.</p> <p>Relacionamento com a Prefeitura: marcado por conflitos e contradições: falta de apoio para manutenção, infra-estrutura, segurança, saneamento, transporte; por outro lado, reconhecem o apoio para irrigação e energia elétrica; prefeitura subsidia 100% da energia elétrica.</p> <p>Produção orgânica: Prefeitura subsidia composto orgânico oriundo das podas, mas há reclamações quanto à sua qualidade e misturas; oferece</p>

	transporte para quem usa esterco na produção.
Econômicos	<p>Comercialização: venda na horta ou em feiras, direto ao consumidor; vendas em feiras promovidas pela prefeitura; venda para programas governamentais de aquisição de alimentos; insatisfação com valores pagos.</p> <p>Financiamentos: pequenos empréstimos bancários com aval da agência agropecuária estadual; recursos do tesouro municipal; empréstimos por meio do Banco Popular da Prefeitura; desvio no uso de recursos.</p> <p>Renda: de meio a dois salários mínimos; para grande parte dos hortelões, é a principal fonte de renda, outros usam os ganhos como complemento de renda, para subsistência ou para ascender economicamente; o trabalho na horta comunitária melhorou o poder econômico familiar; inserir-se em programas governamentais amplia a renda; quem tem mais área para produção tem renda ampliada, o que é limitado pelos canteiros disponíveis para cada hortelão.</p>
Produtivos	<p>Culturas produzidas: sementes são ofertadas pela Prefeitura e adquiridas pelos hortelões; produzem cebolinha, coentro, couve, alface, beterraba, tomate, cenoura, plantas medicinais (mastruz, malva do reino, cidreira, capim-santo, etc).</p> <p>Aquisição de equipamentos: o fornecimento de equipamentos pela Prefeitura é insuficiente, sendo necessária a compra pelos hortelões; equipamentos que poderiam auxiliar hortelões estão armazenados em espaços da Prefeitura.</p>
(Conclusão) Categorias/Aspectos	Elementos dinamizados pelas hortas
Produtivos	<p>Manejo: lagartas, formigas e pulgões, geralmente, são tratados com inseticidas vendidos no mercado; plantas daninhas são controladas através da capina manual; poucos hortelões passaram por capacitação para produção orgânica; Banco do Nordeste promoveu curso de combate às pragas com inseticidas naturais; usam Nim para lagarta e cebola verde para pulgões, além de sabão em pó com água sanitária e limão para gafanhotos.</p> <p>Sistema de água: Prefeitura faz perfuração de poços e fornece aspersores, mangueiras de gotejamento; em algumas hortas, a rega é manual, o que demonstra um tratamento desigual de acesso entre as hortas; problemas de manutenção elétrica para irrigação são, muitas vezes, resolvidos com recursos dos hortelões; faltam bombas, que poderiam melhorar o acesso à água a fim de atender as demandas das produções dos hortelões.</p> <p>Tratamento de solo: usam palha de coco, esterco animal, compostagem de podas, adubação química.</p>

Fonte: Do autor (2021).

Chamam atenção os aspectos relacionados à vida dos participantes, cujas falas demonstraram que houve aumento da qualidade de vida por terem uma ocupação, bem como progresso socioeconômico devido à complementação da renda pós-aposentadoria. Os benefícios sociais e econômicos prevalecem quando os hortelões analisam a presença da horta na sua vida, uma vez que “a pessoa parada, sem atividades, acumula muitas doenças e na horta temos uma ocupação

trabalhando e tendo renda”, como relatou (M., participante 2, do estudo exploratório).

Verificou-se que as hortas, de fato, mudam vidas, como foi o caso de MH. “Minha vida mudou 99%, pois, quando era sacoleira, trabalhava com o alheio e ganhava somente comissão e vivia de aluguel. Agora não, o que eu vendo é meu, consegui construir minha casinha, tenho um carrinho para me deslocar, antes só conseguia arrumar o que comer” (MH, participante 4, do estudo exploratório).

Constatou-se que as hortas comunitárias são espaços inclusivos, que proporcionam aos hortelões um sentimento de satisfação por terem conquistado algo a mais na vida. Esse sentimento tende a contribuir para o combate ao isolamento e para o estreitamento das relações com os companheiros. “A gente, aposentado, estando parado em casa, só pensa em besteira. E aqui na horta as pessoas chegam, mesmo que comprem pouco, mas sentam e conversam e aí o tempo passa melhor” (C., participante 3, do estudo exploratório).

Os relatos dos entrevistados apontam para uma mudança de vida individual a partir das hortas, o que nos remete a Pavesi e Freitas (2014), que citam estudos acerca de civilizações que se extinguíram devido à incapacidade de reorganizar-se para enfrentar crises e perturbações, enquanto outras comunidades se uniram e arregaçaram as mangas para se reconstruírem depois de enfrentarem grandes problemas, como foi o caso da cidade de Detroit (EUA), que deixou de ser a cidade do motor para tornar-se a cidade da agricultura. A contribuição dos autores refere-se à categoria social enquanto trabalho coletivo, o que, nas hortas pesquisadas, não foi identificado, já que houve pouquíssimas menções referentes ao trabalho coletivo em prol do bem de todos. Observamos um individualismo exacerbado nas hortas urbanas estudadas, pois cada um cuida do seu canteiro e preocupa-se com os seus resultados. Entende-se que, se o trabalho coletivo fosse mais incentivado, os resultados seriam mais promissores e as mudanças seriam bem mais visíveis, especialmente, em relação à busca de acesso ao que depende do apoio da administração municipal.

Wandscheer e Medeiros (2012) referem-se ao problema de transporte citado pelos hortelões como causador de perdas consideráveis, devido à perecibilidade dos produtos, que, muitas vezes, passam dias à espera de um transporte. Uma hortelã

no bairro Promorar afirma que o transporte concedido pela prefeitura é insuficiente para atender as demandas dos hortelões, o que traz sérios prejuízos, como a perda de produtos, que aumenta o custo e diminui a margem de lucro, pois os pagamentos são feitos geralmente por volume e peso.

Conforme Silva e Ferreira (2016), o sistema de cultivo de hortaliças na cidade de Teresina é predominantemente orgânico, o que traz uma sensação de segurança alimentar. Ao abordar a categoria relativa aos aspectos institucionais, no quesito produção orgânica, evidenciou-se que o controle das plantas daninhas é feito por capina manual, bem como usa-se adubo orgânico (esterco animal) no manejo do solo, enquanto o combate às pragas é feito, geralmente, através de práticas agroecológicas. Também identificamos que essas práticas se misturam a outras, convencionais.

Segundo Monteiro e Monteiro (2006), a agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção na qual prevalece a propriedade, o trabalho e a gestão financeira da unidade familiar. Por sua vez, Brandenburg *et al.* (1999, p.85) afirmam que existem diferentes tipos de agricultores familiares, desde os que realizam uma agricultura predominantemente de subsistência aos que se inserem num modelo empresarial capitalista. No caso da agricultura familiar realizada nas hortas comunitárias estudadas, os hortelões tendem a caracterizar-se pela produção para a subsistência e para o complemento de renda; porém, detectamos três casos de empreendedores, que alavancaram melhores resultados e, conseqüentemente, maior desenvolvimento econômico. Nesse sentido, evidencia-se a relevância da implementação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, que possibilita o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Segundo Oliveira e Santos (2014), a agricultura urbana é resultado de atividades antes entendidas como prioritariamente rurais, que ganham ressignificação no espaço urbano, ajudando a preservar saberes tradicionais, por meio da técnica do manejo, o que favorece a criação de uma nova categoria profissional, a do agricultor urbano. Evidenciou-se no estudo a origem rural dos hortelões, que trazem consigo os saberes tradicionais adquiridos na roça, o que é fundamental para sua prática produtiva. Aliado a isso, o bom desempenho na plantação depende de capacitação. Apesar de serem esporádicos, periodicamente,

a Prefeitura oferece cursos de aperfeiçoamento.

Em relação aos saberes tradicionais, observou-se que as novas gerações (filhos e netos dos hortelões entrevistados) não têm a preocupação de levar adiante o trabalho de seus genitores, o que pode acarretar a desnaturalização dos saberes e da profissão de agricultor urbano. Por outro lado, o incentivo por meio do trabalho coletivo e de políticas públicas, com a devida capacitação, poderá reverter esse quadro e gerar a valorização desta forma de trabalho ambiental.

5 HISTÓRIAS DE VIDA CULTIVADAS EM AMBIENTES DE HORTAS

Neste capítulo, são apresentadas as histórias de seis entrevistados - dois de cada horta, Tabuleta, Promorar e Itararé, que contam a sua trajetória de vida entremeada pelo cultivo de alimentos. Esses relatos ajudaram a compor o capítulo anterior, em que se faz a leitura dos dados da pesquisa de campo, a partir de categorias definidas *a priori*.

Diferente do anterior, este capítulo valoriza elementos singulares da experiência de alguns dos hortelões, atendendo ao terceiro objetivo específico, que busca compreender como as trajetórias de vida dos hortelões são dinamizadas pela experiência nas hortas comunitárias. O capítulo é resultado da estratégia metodológica de aprofundamento do estudo, por meio dos relatos de personagens encontrados nas hortas, que demonstraram ter histórias relevantes e instigantes.

Figura 5 - Josefa Soares da Costa: a vida se amplia com a horta



Fonte: Do autor (2021).

Josefa Soares da Costa, 58 anos, casada, atua na horta Itararé. Nasceu na zona rural do município de Alto Longá – PI, situado a 81km da capital, Teresina. Cresceu em meio à rotina da zona rural na roça, tendo que ajudar os pais no sustento diário. Aos 15 anos de idade, veio para Teresina, para trabalhar como empregada doméstica em casa de família e, aos 18 anos, conseguiu uma vaga de trabalho no comércio. Passou um ano trabalhando numa loja de confecções, quando vislumbrou o sonho de uma vida melhor na cidade de São Paulo e decidiu arriscar, influenciada por amigos. Decepcionou-se, pois, apesar de conseguir uma vaga de trabalho no comércio paulistano, as despesas com aluguel e condução consumiam boa parte do salário, inviabilizando a sonhada vida digna na capital paulista. Desiludida, decide retornar a Teresina, volta a estudar e conclui o curso Magistério. Em seguida, através de um vereador, consegue a vaga de secretária numa escola municipal, onde trabalhou durante 30 anos, até a aposentadoria, em 2011. Sua chegada na horta se deu no mesmo ano, através de uma vizinha que mudou-se para o município de São João da Serra – PI, por motivos de saúde. Como era muito apegada ao trabalho na horta, repassou a tarefa à Josefa, que poderia manter o mesmo zelo e cuidado que ela tinha.

Depois de refletir por alguns dias, ela aceitou a proposta, recebendo um lote de terra com 33 canteiros. Segundo Josefa, a adaptação ao plantio não foi tão difícil, pois tinha conhecimentos agrícolas adquiridos na infância, em sua cidade natal. Mas a adaptação ao clima, ao sol e ao esforço físico (trabalho braçal) foram fatores que colocaram em dúvida se fizera a melhor escolha. Ela confessa que, muitas vezes, tinha vontade de desistir, mas, como o rendimento da aposentadoria como funcionária pública não era suficiente, pois tinha que ajudar as filhas e netos, resolveu continuar. Ela conta com a ajuda esporádica do marido (ele é pedreiro e nem sempre pode ajudar) e das filhas.

Com a venda das hortaliças, adquiriu outros terrenos, vizinhos ao seu, aumentando sua área de produção. Atualmente, tem três lotes com 99 canteiros sendo cuidados por ela e pelas três filhas. Ela se sente realizada, pois, além da renda extra conseguiu quitar a casa, comprar uma moto para ela e para as filhas, além de ajudar o marido nas despesas mensais da casa. Ela conta que é feliz por

ver as filhas trabalhando dignamente, obtendo seu sustento diário da horta. Josefa observa que muitas pessoas não valorizam o trabalho nas hortas, desistem ou não cuidam dos seus espaços.

Ela calcula que um lote bem cuidado possibilita um retorno financeiro entre um e 1,5 salário mínimo mensal, mas, segundo ela, muitas pessoas não conseguem esse feito por falta de zelo. As culturas mais cultivadas e comercializadas são a cebolinha, o coentro, a couve, o quiabo, o tomate cereja, além das plantas medicinais. Josefa considera que um dos fatores que contribuíram para o seu sucesso foram as capacitações desenvolvidas pela Prefeitura de Teresina, por meio da Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR), que ofereceu vários cursos nas mais variadas áreas agrícolas. Um dos cursos de que mais gostou foi o de relações humanas, que capacitou os hortelões para o relacionamento com os clientes e com os outros hortelões, o que ela destaca como um diferencial na sua prática cotidiana. Para ela, o segredo para a fidelização do cliente é o atendimento e a oferta de produtos de qualidade, características que ela sempre procurou aperfeiçoar. Durante a pandemia, 2020 e 2021, ela relata que jogou fora a colheita de quatro canteiros de hortaliças, por falta de acesso ao comércio; contudo, conseguiu sustentar-se com a venda de plantas medicinais, cuja procura aumentou durante a pandemia. Josefa não está satisfeita com as instalações hidráulicas da horta Itararé, pois o poço não atende a demanda de todos e, por isso, as plantas recebem uma quantidade insuficiente de água, o que se configura como o principal problema da horta. Ela reconhece que a prefeitura é importante, pois paga as contas de água e de luz da horta. Em relação às práticas de trabalho coletivo, Josefa entende que seria uma possibilidade interessante, já que na horta existe muita gente idosa que precisa de ajuda.

Com relação às pragas, sua principal dificuldade é com o pulgão, que ataca principalmente as couves, muitas vezes, inviabilizando a produção. Outra dificuldade relatada é a ausência de banheiros. A horta completa 35 anos de existência em 2021 e até hoje nenhum governante se preocupou em construir um banheiro para os hortelões, o que os obriga a buscar casas vizinhas para realizar suas necessidades fisiológicas, quando não usam a própria horta. Josefa foi eleita, em 2019, presidente da Associação dos Horticultores do Bairro Itararé para representar a categoria, participando de feiras, dando entrevistas e inspirando outros hortelões.

Figura 6 - James Sousa Oliveira: visão de futuro que nasce na horta



Fonte: Do autor (2021).

James Sousa Oliveira, 28 anos, casado, também atua na horta Itararé. É filho de horticultores, nasceu e cresceu na cidade de Teresina, praticamente dentro da horta do bairro Itararé. Seus pais, oriundos da cidade de Capitão de Campos – PI, chegaram a Teresina a convite de um parente, que conseguiu uma vaga para trabalharem nas hortas. Depois de algum tempo, ofereceu-lhes uma vaga de desistência, oportunidade em que eles se mudaram para a capital e foram morar numa pequena área de invasão, que se transformou numa vila e hoje é um bairro.

Começou a trabalhar vendendo hortaliças pelo bairro, andando de rua em rua, de casa em casa. Tinha 14 anos. Tomou gosto por, diariamente, ter o seu próprio dinheiro e poder custear suas despesas. Seu pai contribuiu muito para o seu crescimento, pois nunca o explorou e sempre o orientou a como usar o dinheiro de forma correta. Para ter acesso ao dinheiro, James e seu irmão tinham a obrigação de ajudar seus pais na horta durante um turno, período em que se ocupavam regando, plantando, semeando, capinando, entre outras atividades.

Com 16 anos, ele adquiriu uma banca no mercado do Bairro Dirceu I e iniciou

suas atividades como microempreendedor. Vendia verduras da horta dos pais e oriundas da Ceasa. Assim começou sua vida produtiva: trabalhava na parte da manhã na banca e de tarde ia para a escola, até que chegou o momento em que teve de escolher entre o estudo e o trabalho, quando optou pelo trabalho, encerrando sua vida de estudante ao concluir o Ensino Médio.

Um fator preponderante para ele não prosseguir nos estudos foi a gravidez precoce da namorada, que o levou a investir no trabalho para sustentar a família. Foi aí que James começou a diferenciar-se dos demais permissionários daquele mercado, pois procurou inovar trazendo produtos até então desconhecidos para os consumidores: couve-flor vinda do Ceará, frutas mais refinadas como kiwi, caqui, maçãs importadas, etc. Passou a ir diariamente para a Ceasa. Com o reconhecimento dos clientes e com uma venda ascendente, veio a necessidade de adquirir uma banca maior. Com isso, James passou a comprar toda a produção de seus pais, bem como a dos vizinhos, para complementar a linha de produtos trazidos da Ceasa.

James também comprou uma moto e adaptou-a com uma “cesta” na garupa, que usava para vender seus produtos pelas ruas do bairro. No ano seguinte, comprou um pequeno carro de carroceria, para ampliar as entregas e colocou um funcionário para a venda na moto. Com o lucro das vendas, James comprou mais bancas de vizinhos, somando três bancas, mais a venda volante no carro e na moto.

Observando o grande fluxo de pessoas que comprava hortaliças na horta, teve a ideia de alugar uma casa na frente dela e colocar uma pequena frutaria, com todas as frutas e hortaliças que também disponibilizava no mercado. Para James, essa pequena frutaria foi um diferencial na sua trajetória, pois trazia mais comodidade aos clientes, que preferiam comprar na loja, que era sombreada, bem ventilada, com bom atendimento, ao mesmo preço da horta, mas com uma variedade bem maior.

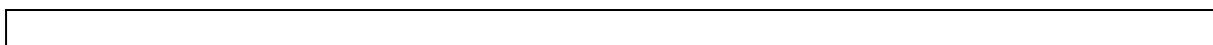
A loja iniciou em 30 metros quadrados e foi sendo ampliada para hoje ser um comércio de médio porte, com 120 metros quadrados, que explora o ramo de mercadinho e hortifrutigranjeiros, caracterizando-se como Microempreendedor Individual (MEI). James conta com os serviços de dez funcionários e tem planos

para abrir uma nova filial no bairro vizinho.

Para ele, o segredo do sucesso é a fé. Acreditar em si próprio é fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento, além da autoconfiança e da coragem para tomar decisões. Esses são diferenciais para ascender na vida, diz. Outro fator que ele ressalta é a comunicação: “Não basta apenas colocar o comércio, é necessário saber relacionar-se com pessoas, pois dependemos das pessoas para comprar, para fornecer e para trabalhar para a gente. Se algum desses setores não for bem, afeta os resultados do comércio”.

Ele considera que o aspecto financeiro ainda é um aprendizado, que só se aperfeiçoará com o passar do tempo. É importantíssimo saber poupar e priorizar o pagamento de impostos, de pessoal e os fornecedores, para só depois pensar no lucro, ressalta. Segundo James, muitas pessoas encerram suas atividades cedo por não saberem conciliar tais requisitos. Além disso, é preciso saber enfrentar as dificuldades e não se abater com os primeiros obstáculos. James hoje é um comerciante bem sucedido, reconhecido pela população da zona sudeste de Teresina, que iniciou sua vida trabalhando na horta comunitária do bairro Itararé e que tem seu negócio lucrativo atrelado a esta primeira experiência junto aos pais.

Figura 7 - Luzinete de Sousa Cabral: força intergeracional que vem da horta





Fonte: Do autor (2021).

Luzinete de Sousa Cabral, 63 anos, casada, atua na horta Promorar. Natural da cidade de Nazaré do Bruno – MA, iniciou sua vida na zona rural, ajudando seus pais e irmãos na agricultura e na criação de pequenos animais. Em 1974, seus pais se mudaram para Teresina, à procura de melhores condições de vida, oportunidade em que conquistou um terreno de invasão no bairro Aeroporto, zona norte da capital. Próximo a esse terreno, havia uma horta comunitária mantida pela prefeitura de Teresina. Seu pai adquiriu um lote e começou a trabalhar, levando os filhos.

Luzinete iniciou a vida de adolescente trabalhando numa banca no mercado do bairro Mafuá, onde vendia a produção de sua família, auxiliando assim no seu sustento. Aos 18 anos, casou-se e mudou-se para o bairro Promorar, zona sul de Teresina. Seu marido e pai dos três filhos trabalha na construção civil como pedreiro. Como a renda não era suficiente para sustentar a família, Luzinete resolveu procurar uma ocupação para contribuir com a renda do marido. Como já tinha experiência em horta, cadastrou-se para um lote na horta do bairro Promorar. Depois de quatro meses de espera, houve uma desistência e ela foi contemplada com o lote.

Começou a trabalhar plantando coentro, cebolinha, alface e couve. Como já tinha experiência com o trabalho, não teve muita dificuldade, porém afirma que os

cursos de capacitação que realizou, promovidos pela prefeitura, foram muito importantes para ampliar seus conhecimentos. Luzinete comenta que o esforço físico e o sol intenso foram fatores que quase a fizeram desistir, mas a vontade de vencer foi maior.

Com o tempo e a desistência de outros hortelões, ela foi adquirindo mais lotes e viu sua produção crescer. Seus filhos, já adolescentes, a ajudavam, um (o mais velho), no período da manhã e os outros dois, no período da tarde; no turno oposto, estudavam. Quando podia, seu marido ajudava nos finais de semana e nos feriados. Toda a produção era comercializada na própria horta e, eventualmente, nas feiras dos bairros, nas quais ia aos domingos para vender o excedente da produção.

Com o passar dos anos, os filhos casaram e as noras também começaram a trabalhar na horta com ela e os filhos. Foi quando veio a necessidade de expandir os negócios, aumentar a produção e profissionalizar mais a comercialização. Como tinha experiência com a comercialização no mercado, procurou uma banca de verduras na Ceasa. Depois de nove meses, conseguiu a concessão, oportunidade em que entregou os canteiros nas hortas para os filhos e ela ficou com a venda da produção da horta, complementando-a com frutas e verduras vindas de fora. Hoje sua pequena banca transformou-se no Pomar Hortifrut, onde vende para os mais variados comércios e restaurantes de Teresina.

Luzinete faz questão de não perder o vínculo com sua horta, que até hoje os filhos mantêm no bairro Promorar. Hoje ela compra toda a produção dos filhos e de mais outros hortelões, além de receber produtos de outras cidades. Ela relata que um dos principais problemas da horta, atualmente, é a falta de segurança, pois muitos vândalos entram de noite para roubar os canteiros, o que prejudica os hortelões. Ela relata que já foram realizadas reuniões para resolver o problema, mas não há consenso, pois vários alegam que não têm condições de pagar um vigia e alegam que a obrigação é da Prefeitura.

Segundo Luzinete, a horta do bairro Promorar é composta basicamente por mulheres e idosos, havendo poucos jovens. A maioria dos idosos são aposentados, que procuram a horta como complemento para a renda e para ter uma ocupação no tempo livre. Ela considera o relacionamento entre as pessoas satisfatório, porém

observa que não há ações cooperadas ou mutirões, pois cada um cuida de seu lote. Também menciona que, às vezes, há discussões e desentendimentos por motivos banais, mas entende que isso faz parte da convivência humana. Para Luzinete, uma das principais dificuldades enfrentadas foi a pandemia, que, em 2020 e 2021, acarretou a diminuição das vendas e prejuízos, tendo em vista a sobra da produção, que é perecível.

Luzinete hoje é reconhecida dentro da Ceasa-PI como uma empreendedora, que iniciou a vida dentro da horta comunitária do bairro Promorar e hoje possui uma empresa bem sucedida que emprega familiares, tem casa própria, carro, sítio e ainda ajuda os filhos, que também estão em processo de emancipação.

Figura 8 - Maria Edileusa do Nascimento Silva: superação que vem do trabalho na horta



Fonte: Do autor (2021).

Maria Edileusa do Nascimento Silva, 53 anos, casada, atua na horta Promorar. Natural do município de Miguel Alves-PI, é filha de mãe solteira, com quem viveu até os cinco anos, quando a mãe, não tendo condições de criá-la, entregou-a aos cuidados de uma família da cidade. Ela cresceu nessa família como empregada doméstica, recebendo em troca alimentação, roupa, calçados, etc. Trabalhava na cozinha, fazia faxina e cuidava das crianças da família.

Segundo ela, foram tempos difíceis, pois não teve infância, não tinha liberdade e, às vezes, passava por situações de humilhação e até de agressões físicas, o que perdurou até os 16 anos. Com 17 anos, casou e mudou-se para a cidade do marido, Barras–Pi, onde teve quatro filhos. A vida seguia sofrida, pois o marido também era pobre e sobreviviam da roça e da extração de amêndoas da quebra do coco-babaçu. Edileusa comenta que só conseguia arrumar o que comer e nada mais. Vestir, calçar e outras necessidades básicas eram ignoradas, por falta de dinheiro. Ela aproveitava as roupas doadas nos projetos de fim de ano, realizados pela prefeitura (bazares) ou as ganhava de pessoas que se compadeciam com sua situação e a de seus filhos.

Eventualmente, o marido trabalhava na capital como servente de pedreiro e, numa dessas oportunidades, estava sendo invadida uma área próxima ao bairro Promorar (Vila Carolina Silva), onde ele conseguiu um lote de terra. Assim, trouxe a família para morar na capital. Maria Edileusa afirma que, no início, tiveram muitas dificuldades. O marido continuou trabalhando na construção civil e ela, para ajudar nas despesas da casa, fazia faxina e lavava roupa nas casas dos bairros vizinhos.

No ano seguinte, iniciou a horta do bairro Promorar. Edileusa conseguiu cadastrar-se e adquirir um lote de terra. Nos três primeiros anos, a produção foi usada para a subsistência da família, pois era muito difícil vender. As pessoas ainda não visitavam muito a horta e, como era ainda uma área nova, muitos não conheciam o projeto.

Com o passar dos anos, com a união, a força de vontade e o auxílio da Prefeitura, os hortelões foram conseguindo seus primeiros contratos através de programas sociais da Prefeitura e do governo federal, através da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que fornecia hortaliças na merenda escolar. Foi quando as coisas começaram a melhorar. Edileusa passou a dedicar 12 horas por dia preparando e cultivando seus canteiros e colocou os filhos para estudar na escola municipal próxima da sua casa. Priorizou a educação dos filhos, pois, segundo ela, o único caminho para a pessoa não sofrer na vida é através do estudo. Ela sempre quis que seus filhos não passassem pelas dificuldades que ela passou. Eles estudavam na parte da manhã e, após a realização das tarefas, ajudavam na horta. Seus filhos a orgulham. Uma está formada em licenciatura plena em Biologia

e já atua como professora. A outra é técnica em logística. O filho do meio (que a acompanha na foto) faz o curso técnico em agropecuária e o mais novo está no Ensino Médio, se preparando para o Enem. Todos são egressos de escola pública.

Edileusa considera-se uma mulher vitoriosa, pois, considerando a condição sub-humana em que vivia, chegou a não acreditar que conseguiria emancipar-se financeira e socialmente e, acima de tudo, educar seus filhos e ter uma família íntegra e honrada. Dos quatro filhos, três já estão casados e têm a vida encaminhada. O mais novo ainda mora com ela. Edileusa possui casa própria, renda mensal entre um e três salários mínimos, tem seu transporte e utensílios domésticos (o que era o seu sonho quando casou) e confessa sentir muita paz espiritual, o que lhe faltava no passado. Edileusa avalia que tudo o que tem e o que construiu foi através da horta. Chegou a ter bolsa-família, ajuda que foi cortada há mais de seis anos por conta da renda, que não se encaixava mais nos critérios do programa.

Com relação às capacitações, Edileusa afirma ter recebido algumas do Senar, como o curso de agroecologia, e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (Semar), o curso de agricultura orgânica. Sua horta está em processo de tornar-se uma horta 100% orgânica, sem uso de adubos químicos, inseticidas ou de qualquer outro produto de origem industrial. Ela comenta que a máquina de compostagem da Prefeitura não fornece um adubo de qualidade aos hortelões, o que dificulta o processo de transição. Edileusa relata que já foram achados no meio da compostagem pedaços de ossos, pedras, entre outros materiais de difícil decomposição, o que torna o adubo ineficaz.

As principais culturas produzidas na sua horta são alface, coentro, cebolinha, couve, rúcula, quiabo, etc. Com relação ao trabalho coletivo, ela reconhece que acontece esporadicamente, quando algum horticultor está doente. Segundo ela, as instalações hidráulicas são satisfatórias, pois a horta possui dois poços equipados com bombas submersas e duas caixas de 20.000 litros d' água, o que ela avalia como suficiente para abastecer todos os horticultores. Na horta, há uma casa de higienização de hortaliças, construída pela Fundação Banco do Brasil, local onde é feita a limpeza e a desinfecção dos produtos antes de serem encaminhados às escolas e/ou aos clientes.

Quanto às pragas, ela as combate de forma orgânica. No caso de formigas, mistura de sabão líquido com vinagre e para o pulgão usa mistura de sabão neutro (sem cor e sem cheiro) e uma pitada de sal. A mistura, colocada em uma bomba de pulverização e aplicada sobre as plantas, é um remédio muito eficaz.

No tocante à escoação da produção, Edileusa avalia que é um momento muito bom, pois, com normalização de alguns setores após a pandemia perder força, muitos projetos estão voltando a funcionar, reaquecendo o mercado. Durante a pandemia, ela teve muitos prejuízos por falta de clientes.

Edileusa fornece alimentos da horta para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ela considera que o valor do PAA é insatisfatório, porém o valor pago pelo PNAE está dentro da realidade e ajuda bastante os horticultores. Ela relata que os ganhos com as vendas vão para a conta da associação e a tesoureira faz o rateio entre os horticultores, com base na produção de cada um.

Segundo ela, o maior desafio da horta hoje é o transporte para a entrega das hortaliças. Não há um carro definido para fazer as entregas. A Prefeitura fornece um carro que é insuficiente, o que obriga muitos hortelões a fretarem carros, o que aumenta os custos. Diz ela que o carro para as entregas de mercadorias, que já era insuficiente indo três vezes por semana, agora passou a fazê-las somente duas vezes. A Prefeitura disponibiliza adubo orgânico (esterco de caprinos) aos hortelões.

Ela avalia que a faixa etária das pessoas trabalhando na horta é de transição da idade adulta para idosos, sendo que as mulheres correspondem a cerca de 80% dos hortelões. Segundo Edileusa, o relacionamento é considerado satisfatório, sem relatos de brigas ou atritos nos últimos seis meses. Mensalmente, há uma reunião ordinária, quando são tratados os problemas da horta. Com relação ao processo de aquisição de canteiros, Edileusa afirma que a taxa de desistência é muito pequena e que há fila de espera.

Edileusa relata ser uma mulher realizada e que tudo só deu certo por causa da sua fé e força de vontade para ter uma vida melhor. Para ela, o suor derramado é abençoado e nenhum resultado acontece da noite para o dia. É preciso ter paciência, foco e muita perseverança, pois as mudanças sempre se dão de forma

lenta e gradual.

Figura 9 - Maria de Jesus Silva Lima: resistência e emancipação pela liderança feminina nas hortas



Fonte: Do autor (2021).

Maria de Jesus Silva Lima, 45 anos, casada, atua na horta da Tabuleta. Nasceu no município de União-PI e viveu na cidade até os 10 anos. Sua família vivia basicamente da agricultura e da criação de pequenos animais. Em 1985, seu pai conseguiu um emprego em Teresina como caseiro de um sítio, oportunidade em que trouxe a família e começaram uma nova vida na periferia da capital. O pai de Maria Jesus, em paralelo ao trabalho no sítio, nas horas vagas, cultivava um terreno cedido por um vizinho, onde plantava mandioca, milho e feijão, o que melhorava a qualidade de vida e ajudava no sustento da família.

Depois de trabalhar por dez anos no sítio, o pai de Maria de Jesus comprou um terreno e construiu uma casa no bairro Promorar (zona sul da cidade) para residir com a família. Sem emprego fixo, as coisas começaram a ficar difíceis. Ele levava a vida fazendo bicos, diárias, limpezas de terreno e serviços diversos, mas sua renda era insuficiente para sustentar a família. Foi então que a esposa tomou a iniciativa e cadastrou-se para receber um lote na horta do bairro Promorar. Após alguns meses, ela foi contemplada. Começou a trabalhar plantando coentro, alface e

cebolinha, o que ajudava na subsistência e na renda da família.

Maria de Jesus tinha 14 anos. Vendo a dificuldade de seus pais, começou a trabalhar como empregada doméstica em casas de família. Passou 15 anos nessa profissão. Aos 20, casou-se. Com o primeiro filho, as coisas começaram a ficar difíceis, por não conseguir mais conciliar o trabalho com a criação do filho e não tinha com quem deixá-lo. Largou o trabalho para dedicar-se à família. O marido trabalhava numa fábrica de refrigerantes e ganhava um salário mínimo. Sem a renda da esposa, as dificuldades financeiras aumentaram. Foi então que sua mãe, já tendo conseguido melhorar um pouco sua situação, pois já havia conseguido cadastrar-se em alguns programas de compra de hortaliças do governo, convidou-a para trabalharem juntas, na horta do bairro Promorar.

Maria de Jesus não aceitou, pois não acreditava que a renda da horta fosse suficiente para ajudar o marido a sustentar a família. Seguiu procurando emprego, uma vez que, com o tempo, a criança já ficava numa creche durante o dia. Trabalhou como auxiliar de serviços gerais numa construtora no centro de Teresina, oito horas diárias, e o marido numa fábrica de refrigerantes. No final da tarde, buscavam a criança na creche e viviam dentro de suas limitações, até que a empresa onde o marido trabalhava entrou em falência e, logo em seguida, a construtora também a demitiu sem justa causa, depois de três anos de trabalho. Com o dinheiro dos direitos trabalhistas e a ajuda de ex-patrões (para quem trabalhou como doméstica), conseguiram comprar um pequeno terreno no bairro Promorar e construíram uma humilde casa de dois cômodos.

A mãe de Maria de Jesus, vendo a dificuldade da filha, novamente incentivou-a a trabalhar com ela na horta. As coisas haviam melhorado, pois os órgãos públicos estavam comprando a produção através dos programas do governo e havia uma previsão de aumento nos pedidos, o que motivava sua mãe a aumentar a produção, mas, para isso, precisava de mais gente para trabalhar.

Maria de Jesus, mesmo sem motivação e com muitas dúvidas, resolveu aceitar a proposta, passando a trabalhar na horta junto com o marido. No início, não gostou muito, porém, como não tinha nada para fazer, ficou ajudando a mãe no plantio, na rega das plantas e nos cuidados diários. Já o marido não gostou e

resolveu tentar um novo emprego.

Maria de Jesus foi tomando gosto pelo trabalho quando viu os primeiros resultados com a entrega das hortaliças nas escolas e o volume de dinheiro que entrava, baseado na produção de cada um, que era pesada e registrada pelo presidente da associação. Quando recebeu seu primeiro salário, fruto do trabalho com sua mãe, percebeu ali uma grande oportunidade de mudar de vida, pois o *pró-labore* recebido junto com a mãe era similar ao que recebia como assalariada no emprego formal. Foi quando veio a ideia de aumentar e diversificar a produção.

Conversou com o marido, ainda desempregado, que aceitou o desafio. Com a ajuda e a influência da mãe, conseguiram adquirir um lote e iniciaram seus canteiros. Maria de Jesus continuou ajudando a mãe e, junto com o marido, cadastrou-se na Associação e tirou a Declaração de Aptidão ao Programa da Agricultura Familiar – DAP/Pronaf.

Meses depois, já estava vendendo sua produção. As coisas começaram a melhorar e seu esposo, animado, começou a aproveitar o quintal da casa para fazer canteiros e ajudar no aumento da produção. Com o tempo, a produção dobrou de tamanho, gerando a necessidade de procurar uma nova área para ampliar a produção.

Com os lucros obtidos em três anos de trabalhos intercalados entre a horta e o seu quintal e o complemento de um empréstimo bancário, Maria de Jesus e o marido conseguiram comprar um terreno de 17 hectares em sua terra natal (União), vendo nele a oportunidade de aumentar a produção. Cavaram um poço e o transformaram num campo agrícola irrigado. Maria de Jesus ficava em Teresina, alternando sua produção entre a horta e sua casa, enquanto o marido trabalhava em União, onde incluiu a produção de frutas como melancia, abóboras, banana, batata, entre outros. Toda a variedade da produção era vendida aos programas do governo, o que garantia a renda da família.

Hoje, Maria de Jesus se configura como exemplo de emancipação feminina. Palestra em associações sobre como ter uma produção de sucesso e permanece com sua área na horta, sua horta no quintal de casa e com a produção do campo agrícola. Tudo é comercializado em Teresina, grande parte sendo fornecida aos

programas do governo e uma pequena parte para venda direta a pessoas que a procuram em sua residência ou na horta.

Liderados por ela e sua mãe, a associação, recentemente, adquiriu um terreno privado, próximo à horta, para aumentar a produção dos hortelões. Eles estão em negociação com a prefeitura para que sejam realizadas melhorias na nova área. Sua mãe, Teresa, conta que a horta foi a salvação na sua vida, pois ela não tinha ocupação. Era uma dona de casa morando num sítio, sem casa própria. Hoje tem casa, sítio, carro e ajuda seus familiares no trabalho. Maria de Jesus diz que se soubesse que o trabalho na horta era tão rentável e gratificante, teria escolhido mais cedo a profissão. Para ela, o segredo do sucesso é trabalhar com honestidade e nunca desanimar, pois quem trabalha com hortas tem lucros e prejuízos, o que faz parte da vida de qualquer pessoa.

Figura 10 - Antônio Pereira Lima: um encontro intercultural até chegar às hortas



Fonte: Do autor (2021).

Antônio Pereira Lima, 73 anos, casado, atua na horta Tabuleta. Nasceu no município de Hidrolândia–CE e cresceu numa família de agricultores junto com sete irmãos. Sua realidade era ajudar os pais na roça para a subsistência da família. Seu irmão mais velho, Lima, quando completou a maioridade, viajou para tentar a sorte em Brasília, época em que a construção da cidade estava no auge e muitos nordestinos migraram para trabalhar nas obras da nova capital.

Um ano depois, o pai de Antônio recebe uma carta do filho relatando que estava bem, que tinha uma loja de artigos alimentícios e gostaria de ajudar a família trazendo o irmão Antônio para trabalhar e estudar em Brasília. Por um caso de amor, o irmão Lima saiu de Brasília e deixou Antônio, que ainda era de menor, empregado, sob os cuidados de amigos japoneses, que lhe forneciam hortaliças na mercearia. Os japoneses tinham uma horta localizada próximo ao plano piloto na cidade de Brasília.

Antônio, sempre muito trabalhador e esforçado, ficou trabalhando durante 14 anos nas hortas com os japoneses, plantando, colhendo, regando, carregando os carros e fazendo entrega nos mercadinhos e supermercados. Trabalhava muitas horas por dia e poupava. Antônio relata que sua disposição e vontade de crescer se deve, em grande parte, à convivência com os japoneses. Segundo ele, a cultura japonesa é de muito trabalho e esforço, além de muito rígida, no sentido de não permitir atitudes desleais, mentira, enganações e corrupção.

As técnicas agrícolas empregadas pelos japoneses incluem a manutenção diária dos canteiros e a aplicação de conhecimentos e técnicas milenares (como a aplicação de cinzas nos canteiros) para a prevenção e o combate às pragas. A disposição e a garra dos japoneses o inspiraram a crescer, a ganhar dinheiro e a aplicar bem seus recursos. Depois de 14 anos de muito trabalho nas hortas, Antônio decidiu regressar à terra natal, oportunidade em que conheceu uma jovem com quem se casou e teve oito filhos.

Seu irmão Lima estava casado e morava em Teresina–Pi, onde era proprietário e se destacava como empreendedor. Em conversa, viram a possibilidade de as filhas de Antônio estudarem na capital do Piauí. O tempo e a saudade fazem Antônio e a esposa se mudarem com os outros filhos para Teresina. Na época, a Prefeitura estava iniciando um grande projeto de hortas no bairro Tabuleta, vizinho ao bairro de Antônio, que viu uma oportunidade para sobreviver na nova cidade. Conseguiu cadastrar-se sem muitas dificuldades, ganhando um lote onde começou a produzir com 33 canteiros, junto com a esposa e os filhos.

Antônio relata que não houve tempo ruim, pois ele já conhecia a profissão e as técnicas de manejo. Logo começou a destacar-se, pois seus legumes e hortaliças

eram bem melhores e mais suculentos que os dos outros hortelões. Ele levava toda a produção para ser vendida no mercado do Parque Piauí (bairro vizinho e comercial), onde vendia toda a produção rapidamente, pois a qualidade de seus produtos era disputada pelos feirantes.

Antônio logo sentiu necessidade de aumentar a produção, porém seu espaço era limitado na horta, onde cada hortelão tem seu lote e não pode comprar ou vender sem a anuência da prefeitura. Foi aí que veio a ideia de plantar no quintal da casa (alugada). O dono do imóvel autorizou-o e, em alguns meses, quando o proprietário da casa pediu para ver os canteiros, ficou deslumbrado com a produção do Antônio, que, além da venda no mercado, colocara seus filhos para venderem de porta em porta pelo bairro.

O proprietário, identificando a vontade de crescer e a mente empreendedora de Antônio, ofereceu um terreno de seis lotes numa rua próxima à sua casa para que ele pudesse aumentar a produção e, futuramente, poder comprá-lo. Antônio decidiu deixar os canteiros da horta da Tabuleta, onde passou cinco anos trabalhando e começou a dedicar-se à sua produção particular. Após alguns meses de trabalho, Antônio monta um pequeno comércio na própria casa, que se torna referência na venda de hortifrutigranjeiros e gêneros alimentícios, complementados com a venda de produtos da Ceasa.

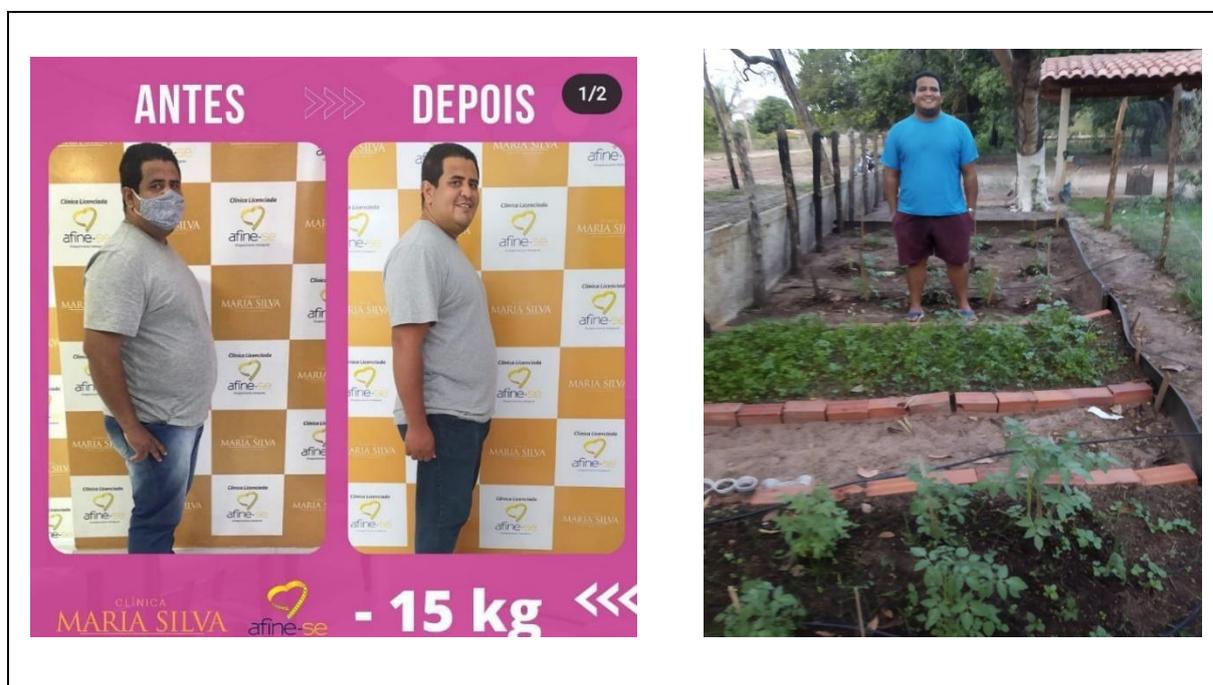
Naquele momento, já passara a contratar pessoas para trabalhar na horta, com funções diferenciadas, além de contar com a ajuda da esposa e dos filhos no comércio. Os negócios começam a evoluir e logo Antônio consegue comprar sua casa e o terreno de seis lotes, pagando parcelado ao dono do imóvel. Antônio vai aplicando seus recursos em imóveis, adquirindo novos terrenos e ampliando sua produção, contratando pessoas para trabalhar. Chegou a ter 35 funcionários, quando construiu um galpão para o processamento e a separação das hortaliças, fornecendo a mercados e supermercados, enquanto a venda em sua mercearia também continuava.

Antônio era bem sucedido e os filhos estavam bem encaminhados. Já havia comprado vários imóveis e vivia com uma renda confortável, oriunda de aluguéis. Percebeu, então, a necessidade de desacelerar o ritmo de trabalho e diversificar

suas atividades. Começou a comprar e a vender ferro (sucata), pois percebeu nesse ramo, um negócio com potencial para crescer.

Hoje, Antônio vive uma vida confortável, tendo mais de 100 imóveis de aluguel. Mora num sítio na zona rural de Teresina e, para não ficar somente na compra e na venda de ferro velho para as indústrias siderúrgicas, nunca deixou as hortas de lado. No terreno da loja, há vários canteiros, onde planta hortaliças para o consumo, além de criar pequenos animais. Antônio é admirado e reconhecido como um grande empreendedor na zona sul de Teresina.

Figura 11 - Eu e minha transformação em hortelão a partir da pesquisa



Fonte: Do autor (2021).

Este capítulo trata das mudanças de hábitos na minha vida através do projeto de pesquisa com foco nas hortas. Eu, Tiago Luis da Silva Soares, contatei o Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD/Univates, através da indicação de um colega de trabalho. Como já havia explorado a área de empreendedorismo social num projeto do curso de administração de produção de artesanatos em argila, no polo cerâmico de Teresina, localizado no Parque Encontro das Águas, decidi apresentar e inscrevi meu projeto com foco nesse tema, com o qual fui selecionado.

Dialogando com a orientadora Dr^a Jane Mazzarino, ela sugeriu que não

necessariamente deveria ser desenvolvido aquele projeto e que poderiam ser explorados outros temas ou áreas. Citei outras duas temáticas que me fascinam: conflitos de terra existentes no cerrado piauiense e o trabalho desenvolvido nas hortas urbanas de Teresina. Logo decidimos por este último tema, pelo fato de já ter sido explorado pela orientadora e de poder contribuir para o grupo de pesquisa.

Os primeiros encontros da orientação foram cheios de dúvidas, mas a ideia central sempre esteve ligada ao empreendedorismo, à emancipação social e financeira e, conseqüentemente, à ascensão das pessoas na sua condição de cidadania. A orientadora solicitou que eu lesse vários artigos sobre hortas urbanas, cadastrados nos Periódicos Capes, e que fizesse um fichamento de cada artigo, o que constituiu o primeiro passo da pesquisa. Logo em seguida, solicitou que fossem realizadas pesquisas documentais, a maioria, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o que constituiu o segundo passo da pesquisa. Por fim, o terceiro e último passo foi a pesquisa de campo, realizada nas hortas, conversando com os hortelões e coletando as informações que fizeram parte deste trabalho.

Já na primeira etapa (leitura dos artigos), fiquei deslumbrado e apaixonado pela temática, pois a familiaridade e a interação com o meio rural sempre estiveram muito presentes na minha vida. Durante esta primeira etapa, emergiram os conhecimentos do passado que até hoje são aplicados nas hortas. A maioria dos personagens que encontrei nas hortas provém da zona rural e trazem consigo um conhecimento empírico muito semelhante ao meu, que, muitas vezes, impressiona até os engenheiros agrônomos. A minha amizade com o ex-secretário da SDR de Teresina facilitou bastante o acesso aos documentos, que trouxeram mais embasamento teórico e científico para o nosso trabalho. O contato com as pessoas nas hortas confirmou a minha hipótese de que a diminuição da pobreza e a melhoria de vida das pessoas passa por políticas públicas de incentivo ao micro e ao pequeno produtor.

Fui me apropriando tanto do tema, que, durante vários finais de semana, estive nas hortas, procurando histórias de sucesso. À medida que as encontrava, me emocionava com passagens de força e superação daqueles personagens, o que gerava em mim motivação para procurar mais histórias. Percebi o quanto as hortas

podem interferir na qualidade de vida das pessoas, através de uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos e de conservantes, os quais têm contribuído para o alto índice de doenças existentes no país.

Decidi que a horta, a partir daquele momento, faria parte da minha vida. Procurei uma nutricionista e pedi que ela me prescrevesse uma dieta baseada nos produtos naturais existentes na horta. No dia 23 de agosto de 2021, iniciei minha mudança de hábitos. No desjejum, me alimento com um pedaço de pão de forma, café com adoçante, suco verde e um ovo cozido. No almoço, como salada crua à vontade e proteínas (um pedaço de carne ou frango ou peixe), mantendo como carboidrato somente um pequeno pedaço de batata doce ou macaxeira. Os lanches da manhã e da tarde sempre são uma fruta e três castanhas de caju. A ceia é um copo de suco de uva integral. Todo sábado eu ia às feiras para comprar os mantimentos da semana. Minha esposa, para me incentivar na mudança de hábitos, também aderiu ao projeto e, ao final de dois meses, eu havia perdido 15 kg e minha esposa 5kg.

As mudanças foram visíveis e a qualidade de vida teve uma melhora significativa tanto no campo físico como no psicológico e espiritual. Eu sofria com colesterol alto, hipertensão e obesidade, taxas que diminuíram bastante e hoje estão dentro da normalidade. A próxima etapa do planejamento é conquistar e convencer os filhos para que também mudem seus hábitos.

Para finalizar e fazer com que a horta fique enraizada em minhas ações, decidi cultivar minha própria horta no meu sítio. Com a ajuda de alguns amigos, foram feitos, com tijolos, canteiros de coentro, cebolinha, tomate e pimentão. Espero que, daqui a algum tempo, não precisemos mais comprar verduras e que a produção seja autossustentável.

Com essa pesquisa percebi o quanto a força de vontade e a perseverança são importantes na vida de uma pessoa, principalmente, quando a comunidade se une e abraça uma causa. Desta pesquisa levo o aprendizado com as plantas, a importância de uma alimentação saudável e a crença de sempre ter fé em dias melhores, o que mudou a vida de hortelões, entre eles, este que me tornei!

6 CONCLUSÃO

Ao retomar o problema de pesquisa e os objetivos, concluímos esta pesquisa, sintetizando seus resultados. Quanto ao objetivo geral, atendemos a proposta de investigar mudanças na vida de pessoas que têm ou tiveram como ocupação o trabalho em hortas urbanas de Teresina, no Piauí. Para isso, realizamos, inicialmente, uma análise integrativa sobre os temas “hortas” e “comunitárias”, o que foi apresentado no referencial teórico e nos ajudou a criar as categorias e interpretar os resultados quanto aos aspectos que emergiram da análise integrativa e como são dinamizados nas experiências, além das demais categorias que emergiram do estudo de campo. Por fim, buscamos compreender como as trajetórias de vida dos hortelões são dinamizadas pela experiência nas hortas comunitárias. Para isso, valorizamos as experiências individuais, contando a história de vida dos seis entrevistados. Deste modo, cumprimos os objetivos específicos e gerais.

No tocante ao problema de pesquisa, questionava-se, no início do estudo, quais aspectos, as atividades em hortas urbanas de Teresina Piauí afetam de forma mais relevante a vida das pessoas. Concluímos que o aspecto social é o mais relevante, pois, através dele, conseguimos mensurar os avanços e os retrocessos existentes na vida das pessoas, apontando a eficácia ou a ineficácia das políticas públicas. Quando nos reportamos à categoria social, sempre a associamos à sociedade (grupo de pessoas) que compartilham os mesmos ideais e que interagem entre si constituindo uma comunidade unida; porém, constatamos em nossa pesquisa que as hortas pesquisadas ainda precisam avançar muito nesse aspecto, pois ainda prevalece o individualismo e a meritocracia. Reconhecemos que alguns governos (federal, estaduais e municipais) têm trabalhado muito, principalmente, nos últimos 20 anos, para tentar reduzir os índices de pessoas que vivem à margem da linha de pobreza. Alguns programas sociais têm contribuído bastante para essa redução; entretanto, não se consolidam ainda como políticas efetivas de mudança e distribuição de renda, mas apenas como paliativos.

As histórias de vida contadas pelos entrevistados, relacionadas com a nossa história, e os resultados encontrados nas categorias pesquisadas nos levam a inferir que a realidade brasileira ainda precisa melhorar muito. A distribuição da renda e o combate às desigualdades regionais, bem como a eliminação da miséria e a

geração de oportunidades para todos ainda constituem o maior desafio da nação.

Acreditamos que deve haver uma profunda revisão das políticas sociais vigentes e uma nova visão de desenvolvimento. Não se admite mais que a maioria das políticas públicas de grande alcance sejam aplicadas somente nos grandes centros urbanos, onde, muitas vezes, traduzem-se em obras eleitoreiras. Os governos devem sempre procurar acomodar projetos como o das hortas comunitárias, principalmente em regiões deprimidas socialmente, rompendo com a estrutura engessada que estimula as desigualdades sociais.

Branco e Alcântara (2011) afirmam que o sucesso nas hortas parecem depender muito mais da organização comunitária e da decisão política de apoiá-las, do que de tecnologias avançadas. Em nossa pesquisa, constatamos que, quando a comunidade se organiza e tem transparência nas ações, os resultados são positivos, conforme constatamos no bairro Tabuleta, onde a associação se reúne semanalmente, pesa e anota toda a produção, organiza em planilhas a produção de cada hortalão, para depois enviá-la aos programas sociais do governo. Trata-se de um trabalho coletivo que, efetivamente, se concretiza. Quando o dinheiro é depositado, a planilha é consultada e faz-se o rateio proporcional da produção de cada um, sendo esta estratégia uma ferramenta igualitária e justa de distribuição de renda para todos.

Sperandio e Filho *et al.* (2013) afirmam que as pessoas envolvidas na horta manifestam um sentimento de pertencimento ao local, demonstram orgulho de seus canteiros verdes e férteis, havendo assim um sentimento de inclusão social e de solidariedade, gerador de um forte vínculo com o local onde residem e trabalham, além de um maior respeito pelo espaço público e pelo meio ambiente.

Situação semelhante foi constatada no bairro Itararé, onde, num sábado, as famílias residentes nos bairros próximos vão até o local comprar alimentos. Momentos como estes geram interação social e, muitas vezes, uma boa conversa, o que alimenta a autoestima, principalmente, a dos hortelões mais idosos, que necessitam desta interação para preencher o vazio, que às vezes sentem por conta da idade. Nesse sentido, um hortelão idoso afirmou que a horta é um passatempo para ele, pois nela o tempo passa mais rápido, já que existem sempre pessoas para

conversar e interagir. Segundo ele, ficar em casa atrai doenças, principalmente, psicológicas.

Para Ribeiro e Franco *et al.* (2011), a utilização de estratégias pedagógicas nas hortas possibilita a fusão dos diferentes tipos de saberes (tradicionais e da ciência), gerando novos conhecimentos através da troca de experiências. Essa realidade pode ser constatada em conversa com um técnico agrícola da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), ao relatar o quanto eles também aprendem com os hortelões. Segundo o técnico, nem sempre os conhecimentos adquiridos na academia se sobrepõem ao conhecimento empírico trazido pelos hortelões. O nosso estudo evidenciou que os saberes tradicionais trazidos dos antepassados são fundamentais para os resultados produtivos da horta.

Queiroz e Guedes (2018) ressaltam em sua pesquisa sobre hortas que as dificuldades mais relatadas foram a escassez de recursos, a dificuldade de comercialização dos produtos, em razão de fatores como produção insuficiente e preço elevado. Em nossa pesquisa, as dificuldades mais ressaltadas foram o transporte para o escoamento dos produtos e a falta de segurança nas hortas, o que traz muitos prejuízos aos hortelões.

Os relatos também demonstram a relevância das capacitações, mesmo que sejam esporádicas. Capacitação e investimento público podem reverter as limitações mencionadas pelos entrevistados, em relação às hortas comunitárias estudadas: segurança, acesso aos terrenos, modelo de produção (mais orgânica), ampliação da renda, acesso a equipamentos, à água e a formas de tornar o solo mais rico.

De modo geral, pode-se inferir que as hortas de Teresina são inspiradoras para a transformação de territórios na direção de um desenvolvimento local mais sustentável. Cada horta esconde histórias de vida emocionantes, algumas das quais conseguimos trazer para este estudo. Cada vida entremeada pelas culturas das hortas ficou mais significativa após esta experiência de trabalho.

Em comum, as histórias evidenciam que a marca da cultura rural atravessa a história de vida destes hortelões e, com ela, a marca do êxodo rural e do reencontro com a terra. Ainda que atuem individualmente, eles mantêm relações de amizade nestes espaços comunitários. Os principais conflitos ocorrem com invasores e com a

Prefeitura, de quem esperam mais em relação à infraestrutura (transporte, capacitação, programas de compra, etc.). Muitas dificuldades relatadas poderiam ser resolvidas com vontade política, investimentos públicos e organização coletiva, no que as associações têm um papel relevante.

Muitos hortelões descobriram-se lideranças de alguns processos, principalmente, no âmbito familiar, a partir do encontro com as hortas, como foi o caso de muitas mulheres. A vontade de trabalhar atravessou as histórias de vida que trouxemos no trabalho. Cada personagem foi escolhido por ter uma história de superação. Eles tinham algo de inspirador a compartilhar, como perceber o quanto pode ser libertador o simples ato de preparar a terra, plantar, cuidar, colher.

Todas as histórias conectam conhecimentos de diferentes gerações, valores e práticas familiares. Todos eram personagens periféricos, que assumiram a centralidade da sua própria vida e a da família, alterando seu lugar na sociedade. Parecem mostrar que acreditar em si é o ponto de partida para vislumbrar oportunidades.

O casamento entre política pública e organização comunitária se mostrou como uma arma infalível para o sucesso do trabalho colaborativo nas hortas, a perseverança dos hortelões por dias melhores ainda é o combustível para o sucesso de quem cultiva sonhos. As hortas também exercem uma função social e terapêutica principalmente na vida dos idosos que ali trabalham e ocupam o tempo livre, prevenindo doenças físicas e psicológicas.

A estrutura de categorias e sub categorias que emergiram da análise integrativa se colocou como uma contribuição metodológica. A horta como prática urbana oferece sempre maior possibilidade de sustentabilidade nos ambientes urbanos. Dentre os limitadores do estudo esteve a paixão pelo tema, que em alguns momentos distanciou-nos do objeto de estudo, pois a valorização de documentos oficiais nos torna de certa forma “parciais” em algumas situações, porém esses documentos são também um reconhecimento de que as políticas públicas funcionam com as limitações existentes, é preciso reconhecer que o sucesso desta pesquisa deve-se ao protagonismo do trabalho dos hortelões.

Ao fim, este trabalho se oferece como um caso de “empreendedorismo

social” , mesmo que conceitualmente não discuta essa temática. Pessoalmente, entendemos que as pessoas devem emancipar-se sem depender do governo.

Por fim, esperamos que este trabalho sirva de referência para outros autores que busquem pesquisar sobre essa temática, bem como sirva de vetor para levar informação e estímulo para a construção de mais histórias de sucesso, de pessoas que conseguem vencer suas dificuldades e desafios. Almejamos também, que este documento sirva como insumo para aprofundar o debate em torno de novos temas como: função terapêutica das hortas, o que motiva os jovens a ficar, estudo das associações, futuro das hortas etc.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007.

ARAÚJO, A. S. O planejamento urbano e ambiental na construção de cidades sustentáveis: as hortas urbanas comunitárias em Porto, Portugal, e Belo Horizonte, Brasil. **Urbana**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 190–209, 2016.

BAIA, Helio Pena. **Rurbanidades marajoaras**: Produção, consumo e mudanças culturais no espaço da cidade de Melgaço-PA. Belém: [s.n.], 2015.

BARATA, S.; ALBUQUERQUE, R.; SIMÃO, J. Capital social e participação nas hortas comunitárias. **Methaodos**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 244-260, 2019. Disponível em: <https://www.methaodos.org/revista-methaodos/index.php/methaodos/article/download/256/460/0>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

BEVILAQUA, Karen Affonso. **Pensando além da produção**: uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

BRANCO, M. C. ALCANTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Revista scielo**, [s.l.], 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-05362011000300028&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRANCO, M. C.; ALCÂNTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, [s.l.], n. 29, p. 421-428, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001** (Estatuto da Cidade). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS – revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília, DF: MS/SVS/SAS, 2014.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. *In*: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 29-40.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. *In*: FURTADO, A. T.; CAVALCANTI, C. V. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 153-174.

CHEMIN, B. F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CIMADEVILLA, Gustavo; CARNIGLIA, Edgardo. **Relatos sobre la Rurbanidad. Coordinadores**: Gustavo Cimadevilla y Edgardo Carniglia. 1. ed. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2009.

COSTA, M. E. B. Grupo focal. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

CUNHA, Sonia Regina Soares da. **Hortas Rurbanas**: agente folkcomunicação que atua no campo contribui para melhoria do meio ambiente nas grandes cidades. *In*: XVIII CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO. Recife, PE: UFRPE/FACIPE, 02 a 05 mai. 2017.

DA SILVA, Elenice Rachid. Gestão da agricultura urbana. **Revista Internacional de Ciências**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 17-47, jun. 2014. ISSN 2316-7041. DOI: <https://doi.org/10.12957/ric.2014.10065>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/10065>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DIAMOND, J. **Collapse: how societies choose to fail or survive**. London: Penguin Books, 2006.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, L.; WEHRMANN, M. Ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade. **Salto para o futuro/TV escola**, [s.l.], 2004. Disponível em: http://www.redibec.org/IVO/rev5_04.pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: que é?**. Recife: Editora Massangana, 1982.

FROELICH, José; MONTEIRO, Rosa; ERICEIRA, Ronald Clay Dos. Processos de Rurbanização Contemporânea – o transporte de tração animal em cidades de médio porte: um estudo de caso. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 2, abr./jun. 2017. 2017. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/1536>. Acesso em: 31 mai. 2021.

GAETE, C. M. San Francisco aprova lei que diminui os impostos dos terrenos baldios que possuem hortas comunitárias. **ArchDaily Brasil**, [s.l.], 11 out. 2014. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/734203/san-francisco-aprova-lei-que-diminui-osimpostos-dos-terrenos-baldios-que-possuem-hortas-comunitarias>. Acesso em: 31 mai. 2021.

GALIMBERTI, A. A.; CIMADEVILLA, G. La máquina de ilusionar: rurbanidad, intervención sociotécnica y condiciones de vulnerabilidad. **Redes**, [s.l.], v. 22, n. 43, p. 93-123, 2016. Disponível em: <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1126>. Acesso em: 31 mai. 2021.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRACINA, Gilliane G.; FLORIANI, Nicolas. **Práticas socioespaciais do modo de vida rural no contexto urbano da cidade de Ponta Grossa – Paraná**. In: II JORNADA: QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO – UFP, [s.l.], 2013.

GUILHERME, M. L. **A sustentabilidade sob a ótica do global e do local, em projetos de execução descentralizada**. 2003. 292f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney *et al.* **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico. **IBGE**, 2010.

JOELI, Silva de Souza. **Hortas Urbanas Comunitárias Em Salvador – BA:** Organização, trabalho e alimentos. 2018. 98f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32847/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Hortas%20Urbanas%20Comunit%C3%A1rias%20%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

KRASNY, M. E.; TIDBALL, K. G. Community Gardens as context for science, stewardship and civic action learning. **Cities and the Environment**, [s.l.], v. 2, n.1, 2009. Disponível em: <http://escholarship.bc.edu/cate/vol2/iss1/8>. Acesso em: 31 mai. 2021.

LENCIONI, Sandra. Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

LOPES, F. J. R. **Horta comunitária e escolar**. Campinas: GDR/CEASA, 2004.

MADALENO, I. M. Brasilia, the Frontier Capital. **Cities**, Oxford, v. 13, n. 4, p. 273-280, ago. 1996.

MARTINS, R. O. debate internacional sobre desenvolvimento sustentável: aspectos e possibilidades. *In*: ENCONTRO DA ANPPAS, 2, 2004, Indaiatuba, SP. **Anais [...]** Indaiatuba, SP: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade, 2004.

MATOS, K. C. **A outra margem da lagoa:** parque urbano como proposta de uso sustentável – Teresina/PI. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

MERICO, L. F. K. Políticas públicas para a sustentabilidade. *In*: VIANA, G. *et al.* **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 251-26.

METRÔ de Tóquio lança projeto para instalar hortas nas superfícies de suas estações. **eCycle**, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/38-no-mundo/3220-metro-de-toquio-implanta-hortas-em-seus-espacos.html>. Acesso em: 31 mai. 2021.

MONTEIRO, J. P. R.; MONTEIRO, M. S. L. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [s.l.], v. 5, p. 47-60, 2006. Disponível em: http://redibec.org/wp-content/uploads/2017/03/rev5_04.pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

MORAES, R. **Mergulhos discursivos:** análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos - Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MOUGEOT, L. J. A. Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks. **Thematic Paper**, [s./l.], v. 1, p. 1-41, 2000.

OLIVEIRA, A. C. N. de; SANTOS, E. V. M. A importância da Agricultura Urbana: um estudo sobre o programa Eco Hortas Comunitárias no município de Campos dos Goytacazes – RJ. **Revista Cerrados**, [s. l.], v. 16, n. 02, p. 51–68, 2018. DOI: 10.22238/rc24482692201816025168. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1080>. Acesso em: 10 dez. 2021.

OLIVEIRA, B. O.; CALVO, P. A. N.; CASTRO, P. G. de. Horticultura Urbana. **Boletim de inovação e sustentabilidade**, São Paulo, v. 1, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Municípios e Comunidades Saudáveis: Guia dos Prefeitos para Promover Qualidade de Vida**. Brasília, DF: OPAS/OMS, 2002.

ORSINI, F.; KAHANE, R.; WOMDIM, R. N.; GIANQUINTO, G. Urban agriculture in the developing world: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, [s./l.], v. 33, n. 44, mai. 2013.

PAVESI, Alessandra; FREITAS, Denise de; LOPES, Bárbara Pacheco. Horticultura comunitária e construção de sistemas socioecológicos sustentáveis. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, Belém, v. 10, n. 19, p. 19-29, dez. 2013. ISSN 2317-5125. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazrecm.v10i19.2184>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/2184/2482>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PONTE, Karina F. da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera**, [s./l.], ano 7, n. 4, jan./jul. 2004. ISSN: 1806-6755.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Manual do horticultor dispõe sobre recomendações para o cultivo orgânico de hortaliças**. 3. ed. Teresina: [s.n.], 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. **Prefeitura investe mais de R\$ 2 milhões em hortas comunitárias e campos agrícolas da zona rural**. Teresina, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2020/12/16/prefeitura-investe-mais-de-r-2-milhoes-em-hortas-comunitarias-e-campos-agricolas-da-zona-rural/> Acesso em: 31 mai. 2021.

QUEIROZ, M. A. Campos de; GUEDES, C. A.; MIRANDA, Assis, R. Linhares de. A atuação dos voluntários do programa ProHuerta em Río Cuarto (Córdoba, Argentina) na formação de hortas e difusão dos conceitos de agricultura orgânica e agroecologia. **Revista De La Facultad De Agronomía**, [s./l.], v. 117, n. 1, p. 43-52, 2018. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/revagro/article/view/7313>. Acesso em: 31 mai. 2021.

QUEVEDO, T. C.; OLIVEIRA, A. S.; GAESKI, L. M.; BARROS, M. P. Produção agroecológica integrada por meio do projeto Rondon: oficina de horta comunitária, composteira e construção de cisterna Novo Hamburgo RS. **Revista Conhecimento Online**, [s.l.], v. 2, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/303>acesso. Acesso em: 31 mai. 2021.

RIBEIRO, S. M.; FRANCO, J. V.; GARCIA, M. T.; BOGUS, C. M.; WATANABE, H. A. Resgate de práticas saudáveis e sustentáveis a partir de vivências com a agroecologia e agricultura urbana. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [s.l.], v. 12, n. 4, p. 1113-1131, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/28751/22871>. Acesso em: 31 mai. 2021.

RIBEIRO, Silvana Maria *et al.* Resgate de práticas saudáveis e sustentáveis a partir de vivências com a agroecologia e agricultura urbana. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [s.l.], v. 12, n. 4, p. 1113-1131, nov. 2017. ISSN 2238-913X. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2017.28751>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/28751>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RIBEIRO, Silvana Maria; AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi; BÓGUS, Cláudia Maria; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Agricultura urbana agroecológica - estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 381-388, 2012. ISSN: 1806-1222. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40823864017>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTANA, P.; COSTA, C.; LOUREIRO, A. Os Sistemas de Informação Geográfica e o planejamento urbano saudável na Amadora. **Revista do Departamento de Geografia**, [s.l.], v. esp. Cartogeo, p. 368-389, 2014.

SCHMIDT, J. P.; FONTANA, E. Comunidades e Planejamento Urbano. **Revista Quaestio Iuris**, [s.l.], v. 10, p. 635-652, 2017.

SEQUEIRA, G. R. **Agricultura Urbana e Periurbana no Curuçambá em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém**: perspectivas e desafios. 2014. 97f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream-am/2011/6764/1/Dissertacao_AgriculturaUrbanaPeriurbana.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/am/2011/6764/1/Dissertacao_AgriculturaUrbanaPeriurbana.pdf). Acesso em: 31 mai. 2021.

SILVA, E. R. Gestão da agricultura urbana. **Revista Internacional de Ciências**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 17-47, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/10065/9171>. Acesso em: 31 mai. 2021.

SILVA, M. do S.; FERREIRA, M. J.; SILVA, G.; SILVA, D. L. CONCEIÇÃO, G. Agricultura urbana: horta comunitária do bairro Dirceu Arcoverde II em Teresina-PI – um estudo de caso. **Agrarian Academy**, [s.l.], v. 3, n. 05, 2016. Disponível em:

<https://conhecer.org.br/ojs/index.php/agrarian/article/view/5169>. Acesso em: 31 mai. 2021.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai./ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKtTbHxzVcgFmRybWtKrr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 mai. 2021.

SPERANDIO, A. M. G.; FRANCISCO FILHO, L. L.; FAVERO, E.; RIBEIRO, M. M.; MANFRINATO, T. Ocupação de vazio urbano como promotor do planejamento para cidade saudável. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 6, n. 3, p. 205–215, 2015. DOI: 10.20396/parc.v6i3.8635018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635018>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SPERANDIO, A. M. G.; MONTREZOR, R. C. Reverberações sociais e territoriais decorrentes de horta comunitária na perspectiva do planejamento urbano saudável. **Arquisur Revista**, [s.l.], v. 10, p. 72–83, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312242359_Reverberacoes_sociais_e_territoriais_decorrentes_de_horta_comunitaria_na_perspectiva_do_planejamento_urbano_saudavel. Acesso em: 31 mai. 2021.

SPERANDIO, A. M. G.; RIBEIRO, M. M.; FRANSOLIN, L. C.; SILVA, M. L.; STRASSA, A. S. A.; LOBO, N. W.; MOURA, A. C. Utilização dos vazios urbanos como estratégia para a promoção da saúde: relato de experiência. **Intellectus**, Jaguariúna, ano 9, n. 25, Edição de Saúde, p. 38-55, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR. 2020. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/category/sdr/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

VIEIRA, D. D.; SILVA, A. S. J. da. Empreendedorismo social e hortas comunitárias: geração de emprego e renda. **Revista Conhecimento Online**, [s.l.], n. 2, p. 50–62, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.105>.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MEDEIROS, Rosa Maria. **Agricultura urbana em belém do Pará**: atividade produtiva, dinamicas socioeconomicas e organização espacial. [s.l.: s.n.], 2012.

YAMAMOTO, T.; MOREIRA, C. M. A. Hortas Urbanas como intervenções temporárias: uma breve reflexão. **Mosaico**, [s.l.], v. 10, n. 16. 2019.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09